



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA**

**POLÍTICA E SINDICALISMO RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE “AJUDAS”,  
“LIBERAÇÃO DE VOTO”, TEMPO E TROCAS DE APOIO NA “TERRA ONDE OS  
PÁSSAROS CANTAM”**

**FORTALEZA**

**2016**

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

POLÍTICA E SINDICALISMO RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE “AJUDAS”,  
“LIBERAÇÃO DE VOTO”, TEMPO E TROCAS DE APOIO NA “TERRA ONDE OS  
PÁSSAROS CANTAM”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do Título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- N778p Nogueira, Carlos Antonio Ferreira.  
Política e sindicalismo rural : considerações sobre “ajudas”, ”liberação de voto”, tempo e trocas de apoio na “terra onde os pássaros cantam” / Carlos Antonio Ferreira Nogueira. – 2016.  
131 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.  
Área de Concentração: Cultura, Política e Conflitos Sociais.  
Orientação: Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino.
1. Sindicalismo. 2. População rural. 3. Antropologia. 4. Política e sociedade. 5. Campanha eleitoral. I. Título.

---

CDD 323.042098131

CARLOS ANTONIO FERREIRA NOGUEIRA

POLÍTICA E SINDICALISMO RURAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE  
“AJUDAS”, “LIBERAÇÃO DE VOTO”, TEMPO E TROCAS DE APOIO NA  
“TERRA ONDE OS PÁSSAROS CANTAM”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Aprovada em: 04 / 02 / 2015

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Antonio George Lopes Paulino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Profa. Dra. Danyelle Nilin Gonçalves  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Profa. Dra. Clébia Mardônia Freitas Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

*Ao meu pai Eugênio (em memória) e à minha mãe Fátima.*

## AGRADECIMENTOS

Quando escrevemos para agradecer, às vezes parece que saímos buscando detalhes, momentos e acontecimentos de todo o tempo vivido numa tentativa, talvez vã, de colocá-la na nossa frente para capturar tudo. Mas a memória, farta que é de equívocos e intenções, faz com que selecionemos ou alteremos propositadamente ou não, essas mesmas memórias que pretendemos alcançar. Mas, enfim, chegou o tempo de agradecer.

Sou bastante grato a todos/as que contribuíram para que esse trabalho pudesse ser concluído me ajudando direta ou indiretamente a partir de tantas possibilidades, mas também àqueles que me incentivaram, estimulando-me, às vezes até sem saber que o faziam, a continuar, a ir em frente com os meus objetivos e as minhas intenções em meio a dificuldades e momentos ruins fazendo-me continuar. No fundo, fica a noção de que viver tem um pouco a ver com isso, é seguir adiante.

Em meio à dimensão espiritual e religiosa em que me sinto envolto, agradeço a Deus pela força dada durante essa caminhada;

Sou grato a minha família: a minha mãe Fátima, por sua tão estimada dedicação e amor por toda a família. Ao meu pai Eugênio, que partiu enquanto algumas destas páginas eram escritas; ficou entre nós mais que a lembrança, ficou o aprendizado fecundo e forte. Aos meus irmãos Hildegarton, Júnior, Emanuela, pelo incentivo e força nos momentos bons e difíceis e por acreditarem em mim, a Emanuela também agradeço pela muitas conversas sobre este trabalho e outros temas. Aos meus sobrinhos Hiago, Higo, Eduarda e Deivid sou grato pela alegria que por si promovem. Também agradeço às cunhadas Elane e Fagyanne pela torcida e incentivo. A família tem sido para mim um porto-seguro onde posso ancorar meu barco no mar bravio da vida. Quando se perde alguém próximo, as coisas parecem mudar, mas aqui tenho tido e sentido a suavidade e força que me possibilitam caminhar.

Sou grato às amigas que se mostraram muito importantes. Quando se tem amigos/as se tem com que contar. Agradeço a todos/as pelos momentos compartilhados e tecidos coletivamente, que serviram e servem para amenizar as dores da vida, suavizar os problemas pequenos e grandes e transformar tristeza em alegria. Assim, não seguindo qualquer ordem ou critério, agradeço a Herson, João Paulo, Josileine, Léo, Régis, Saulo pela amizade, conversas sérias e engraçadas, risos, bobagens faladas.

Aos amigos Rafael, Rycardo e Wegley pela boa amizade de longa data. Pelas alegrias e tristezas compartilhadas. Muito obrigado.

Também agradeço a Norgana pelo incentivo dado em muitos momentos e por seu companheirismo.

Ao meu orientador George, pelos comentários e críticas. Pela paciência em indicar os caminhos para esta pesquisa, pela correção de erros meus e pelo apontamento de soluções. Todos os erros ainda persistentes são meus. Também sou grato a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Agradeço às/aos colegas de turma (alguns de nós nos conhecemos quando ainda estávamos a fazer a seleção), por toda a ajuda mútua que perdurou durante o mestrado, nas disciplinas.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa que possibilitou o financiamento para esta pesquisa.

Agradeço também aos eleitores/as, políticos/as e fazendeiros de Aracoiaba com quem conversei especificamente para esta pesquisa ou em outras situações, que me serviram para pensar as práticas políticas na cidade.

Sou grato aos sindicalistas rurais, em especial a Seixas, cujo nome original oculto nesse momento, a quem agradeço por literalmente me conduzir até alguns dos interlocutores. Sou também grato aos agricultores e pequenos proprietários com quem conversei, durante a reunião do sindicato e em outros contextos. Fica a esperança de que esta cidade e a vida dos trabalhadores rurais melhorem assim como o acesso à terra para os que dependem e vivem dela.

## RESUMO

Neste trabalho procurei analisar as representações, as percepções e as definições acerca das práticas de políticos e de sindicalistas rurais em um pequeno município do interior do Estado do Ceará, Aracoiaba. Desenvolvi a pesquisa a partir do exame de algumas categorias nativas utilizadas para classificar as relações entre políticos, eleitores, sindicalistas e associados. Realizei este trabalho sob a condição de pesquisador nativo, procurando também discutir essa situação, uma vez que me encontro, de algum modo, implicado em meio às relações locais. Na pesquisa, pude perceber um lugar permeado de tempos, tanto na política como no sindicato, que são frequentemente associados a atividades, marcando certas práticas. Também procurei mapear os lugares morais e analisar reputações como forma de apresentar o município, mas também para mostrar a inter-relação entre o rural e o urbano. Por fim, busquei realizar análises sobre as noções de “ajuda” e “liberado para votar”. Pude perceber que elas ajudam a compreender a política e o sindicalismo para além da concepção clássica do clientelismo, que além de trazer consigo uma dimensão normativa, não capta os significados presentes em torno de certas práticas, relações e trocas de apoio político-sindicais que acontecem em diferentes “tempos”, mostrando a complexidade que permeia as adesões e a possibilidade de unificação do voto nos grupos políticos.

**Palavras-chave:** Política, Sindicalismo Rural, “Ajuda”, “Liberação de Voto”, Trocas de Apoio.



## ABSTRACT

This paper tried to analyze the representations, perceptions and definitions about the political and rural union practices in a small town in the state of Ceará, Aracoiaba. I developed the research from taking some native categories used to classify the relationship between politicians, voters, union members and associates. I performed this work under the native researcher condition, looking also discuss this, since I find myself, somehow implicated in the midst of local relations. In the survey, I could see a place permeated times, both in politics and in the union, which are often associated with activities marking certain practices. Also I tried to map the places moral and analyze reputations as a way to introduce the municipality, but also to show the interrelationship between rural and urban. Finally, I tried to make analyzes of the notions of "help" and "free to vote." I realized that they help to understand the politics and trade unionism beyond the classical conception of patronage, which also brings with it a normative dimension, does not capture the meanings present around certain practices, relationships and exchanges of political and union support that happen in different "times", showing the complexity that permeates the adhesions and the possibility of unification of the vote in political groups.

**Keywords:** Policy, Rural Unionism, “Help”, “Release Vote”, Support Exchanges.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ARENA** Aliança Renovadora Nacional

**CEBs** Comunidades Eclesiais de Base

**CONTAG** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

**CUT** Central Única dos Trabalhadores

**IDH-M** Índice de Desenvolvimento Humano do Município

**FETRAECE** Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**INSS** Instituto Nacional de Seguridade Social

**MEB** Movimento de Educação de Base

**MST** Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra

**ONG** Organização Não-Governamental

**PDT** Partido Democrático Trabalhista

**PFL** Partido da Frente Liberal

**PMDB** Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PRB** Partido Republicano Brasileiro

**PROS** Partido Republicano da Ordem Social

**PT** Partido dos Trabalhadores

**PSB** Partido Socialista Brasileiro

**PSDB** Partido da Social Democracia Brasileira

**SD** Solidariedade

**STTR** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

**STF** Supremo Tribunal Federal

**TRE-CE** Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

*Tudo tem o seu tempo determinado, e há um tempo para todo o propósito debaixo do céu.*

Eclesiastes 3, 1

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	1
2. OBSERVAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA E O LUGAR PESQUISADO.....	5
2.1. Aspectos metodológicos .....	5
2.2. As veredas de uma pesquisa .....	11
2.3. Um pesquisador nativo .....	13
2.4. O caminho para o “interior”.....	19
2.5. Os percursos até as interlocuções e os lugares da cidade .....	21
2.6. Mapeando Lugares, Analisando Reputações .....	24
2.6.1. <i>A “rua”, o “sertão” e as “localidades”:</i> uma inter-relação.....	34
2.6.2. <i>A terra de cada um: lugares, terrenos e plantações</i> .....	44
3. A CIDADE NO “TEMPO DA POLÍTICA” .....	49
3.1. O “Lugar Onde os Pássaros Cantam” .....	49
3.2. Gafanhotos, vampiros e minhocas .....	52
3.3. A liberação do voto no “tempo da política” em Aracoiaba .....	57
3.3.1. <i>Quando políticos são liberados</i> .....	58
3.3.2. <i>Quando eleitores são liberados</i> .....	61
3.4. Síntese: A política de liberação do voto .....	66
4. O TEMPO DA FUNDAÇÃO E OS TEMPOS ATUAIS DO SINDICATO .....	68
4.1. Sobre as Eleições, União, Unificação, Ajudas e serviços prestados.....	72
4.2. A representação: em busca de “interlocutores” .....	75
4.3. Dia de Assembleia: entre informes, votações e conversas .....	83
4.4. Síntese: os dois tempos – o tempo da fundação e o tempo atual .....	90
4.5. Excurso: As chuvas, o tempo, a política das águas e a vida social no “sertão”.....	93
5. SOBRE “PEDIR”, “AJUDAR”, “CONSEGUIR” E A SOCIABILIDADE AGONÍSTICA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A POLÍTICA E O SINDICALISMO .....	103
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
REFRÊNCIAS.....	113
ANEXO A – PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DA ECONOMIA – COMPARAÇÃO.....	119

## 1. INTRODUÇÃO

“Rapaz, não tenha dúvida que, em toda cidade, todo político se mete dentro [de sindicato]”. Foi isso o que me falou um homem de quase setenta anos que há décadas atua no meio sindical, quando lhe perguntei sobre como era a relação entre os políticos e os sindicatos. A resposta direta mostra, antes de tudo, que a distinção clara e objetiva entre os campos político e sindical tal como muitas vezes se procura apresentar ou ter como meta, na prática cotidiana, e às vezes até nas análises sociais, não parece se dar de maneira tão evidente.

Quando passei a me dedicar ao estudo dos sindicatos de trabalhadores rurais, ainda na graduação, alguns aspectos chamavam bastante a minha atenção: a proximidade com os partidos políticos e o fato destes, de maneira sutil ou não, prestarem apoio a candidatos, em períodos eleitorais.

Em minha monografia, com uma perspectiva diferente da que procuro desenvolver aqui, passei a estudar a relação entre sindicato e partido político. Naquela época, em parte, eu ainda via esta relação com certa desconfiança, por considerar que a autonomia sindical pudesse ser prejudicada. Em termos analíticos, minha pesquisa seguia em um sentido mais normativo, pois eu fazia algumas conclusões dessa relação, e essas conclusões não eram as mesmas dos envolvidos nas tramas sociais e políticas que eu pesquisava.

A pesquisa que aqui apresento tem por objetivo observar e analisar as representações, as percepções e as definições acerca das práticas de políticos e de sindicalistas do pequeno município de Aracoiaba, interior do Estado do Ceará. Minhas dúvidas consistem em tentar compreender como as práticas políticas e sindicais são interpretadas por sindicalistas, políticos, eleitores e associados. Afinal, a que valores estão associadas essas práticas? Que elementos utilizam para definir e explicar as relações nas quais se encontram imersos? Sob quais características as relações se estabelecem? Como essas relações são classificadas por eles mesmos?

O contexto em que essas relações entre eleitores, associados, sindicalistas e políticos se desenvolve é o de um município pequeno marcado por um conjunto de relações entre políticos e eleitores que podem ser classificadas como desiguais, embora não seja assim definido pela população podendo ser caracterizado pela conservação e alternância de grupos políticos no poder público. O município e suas características serão apresentadas ao longo deste trabalho. Mas deve-se saber que, de maneira geral, que ele possui pouco mais de vinte

cinco mil habitantes, em 2010. Há vinte anos dois grupos políticos disputam e alternam-se no poder, a economia é centrada no terceiro setor, o sindicato de trabalhadores rurais participa das eleições apoiando candidatos.

Também pesquisei o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba (STTR – Aracoiaba), que há alguns meses alterou o nome para Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Aracoiaba. A entidade está presente nesse município e será melhor caracterizado ao longo do trabalho. A política local é aqui apresentada a partir das categorias nativas “ajuda” e “liberado pra votar”. Esta, reforça a complexidade das adesões a grupos políticos e mostra a ambiguidade presente nesta expressão; aquela mostra como as práticas (no âmbito das instituições ou não) podem ser vistas pelas pessoas.

A pesquisa seguirá procurando compreender as práticas de políticos, eleitores, sindicalistas e associados no contexto da vida política e social do município de Aracoiaba, conforme afirmado acima, procurando compreender as diferentes relações que se desenvolvem entre eles e os significados que se encontram em torno das relações que estes empreendem.

Assim, procurei pesquisar os diferentes significados que permeiam as práticas desses agentes sociais, seus pontos de vista, os vínculos que estabelecem entre diferentes pessoas e grupos, e que ajudam a moldar e reconfigurar as redes e as trocas de apoio. Enfim, busquei captar um pouco do cotidiano vivido por esses moradores do município, em especial os/as trabalhadores/as rurais, tentando me utilizar do recurso etnográfico com o objetivo de conseguir acessar os significados e sentidos que políticos, eleitores, sindicalistas e associados atribuem às suas práticas, a fim de discutir sobre esses mesmo aspectos.

No que toca ao sindicato. Dois sindicalistas chegaram a me informar que, em sua maioria, o sindicato é formado por pequenos proprietários, havendo também trabalhadores assalariados. O sindicato foi fundado no ano de 1963 e durante décadas teria ficado sob influência e/ou proximidade de governos. Contavam, por exemplo, com serviços de saúde bucal pagos pelo poder público. A entidade teria mudado seu perfil após a entrada de um grupo associado a instituições tradicionalmente postas à esquerda do espectro político, fato que lhe teria dado o caráter de uma suposta menor proximidade com o governo local, pelo menos nos moldes de como vinha ocorrendo, segundo as afirmações de alguns sindicalistas. É válido lembrar que todo esse processo é semelhante ao que ocorreu em outras cidades do

Ceará até o início dos anos noventa, mas em Aracoiaba tal processo teria ocorrido por volta de dez anos mais tarde. Enfim, resta-me saber como agem e pensam os sindicalistas de hoje.

Quando iniciei minhas análises sobre o sindicato, eu tinha como objetivo trabalhar com suas memórias acerca do processo de fundação da entidade no município de Aracoiaba. Isso acabou retardando o tempo da pesquisa. Este aspecto era interessante para mim, porque eu considerava que dessa forma poderia “caminhar melhor” no meio em que me situava, além de ser uma ótima possibilidade de encontrar interlocutores que pudessem me apresentar a instituição. Esse processo não teve muito sucesso, pois fugia ao que eu pretendia inicialmente, que era uma imersão não só nos aspectos da construção histórica da entidade e da política local, mas fazer uma análise de aspectos mais recentes, em especial, os eventos e as relações entre sindicalistas e políticos que ocorrem no município.

Conversando com moradores, em especial com sindicalistas, fui percebendo como as questões da política partidária estavam muito entrelaçadas às questões sindicais, ou seja, tanto a política institucional como a ação sindical da cidade pareciam se entrecortar. Isso era bastante recorrente nas falas das pessoas com quem eu conversava, pois frequentemente havia referência a prefeitos, vereadores e deputados, principalmente esses últimos.

Essa proximidade me fez refletir sobre essa relação, uma vez que ela ficou de uma tal maneira tão evidente que caberia uma análise. Por esse motivo, pelo fato de que as relações sindicais são atingidas pelos grupos político-partidários locais, mas também estaduais, é que vi a necessidade de analisar a política institucional e suas práticas também a partir das relações entre político-político, político-eleitor, eleitor-eleitor. Trata-se de uma análise generalizada e ampla sobre uma pequena cidade, sem a pretensão de estender esses aspectos para os demais municípios do Ceará ou do Nordeste brasileiro.

Desde o começo, fiquei imaginando que pudesse estar tratando de dois “objetos de estudo” ao mesmo tempo. Também temi abordar duas coisas de maneira totalmente separadas, sem nexo entre ambas. Tudo isso pelo fato de buscar analisar as práticas políticas e sindicais, sem me deter somente aos sindicalistas e políticos, mas também aos eleitores, candidatos, agricultores associados ou não à entidade trabalhista, antigos sindicalistas, ex-sindicalistas. Enfim, tentei demonstrar como essa relação ocorre e expor essa proximidade. Afinal, no município, todos estão relacionados.

A justificativa para isso está relacionada, como já afirmei, à forte inter-relação dos dois campos, o político e o sindical, que se confundem a ponto de formarem entre si zonas

cinzentas, interseções, mostrando uma inter-relação ora conflituosa, ora de proximidade fértil para ambos.

Mas o principal motivo que me fez assumir essa possibilidade de analisar o sindicato e a política na cidade diz respeito às caracterizações que ambos assumem. Percebi um sindicato que carrega aspectos da política partidária. Um sindicato que se faz a partir de elementos também presentes na vida social mais ampla. E que acontece através de alguns elementos que se assemelham à política institucional. Do mesmo modo, percebi que a política carrega consigo elementos da vida social mais ampla e que, de algum modo, as relações podem apresentar alguma semelhança com as encontradas no sindicato.

Deste modo, se ainda persistir a noção de que desenvolvo duas análises em separado, devo afirmar mais uma vez que a intenção jamais foi essa. Durante este trabalho busquei apresentar aspectos que demonstrem inter-relações nos campos político e sindical que acontecem num pequeno município. Para tanto me utilizei de categorias nativas que permeiam ambos os campos ou que servem para exemplificar relações semelhantes em cada um desses campos. Mas também, em hipótese alguma quis afirmar que ambos sejam a mesma coisa.

Também procurei mostrar a inter-relação dos mundos rural e urbano pelas dimensões dos fluxos e do intercâmbio de pessoas e coisas, capaz de formar uma extensa rede de conexão entre essas áreas. Tentei assim não me deixar tomar pela noção de oposição entre campo e cidade, rural e urbano.

Assim sendo, minhas dúvidas nesta pesquisa consistem em saber quais as percepções, os significados e os sentidos acerca da política e do sindicalismo vivido no município de Aracoiaba. Pretendo saber: como definem esses campos? Quais valores acionam? Como esses dois campos da vida social são percebidos por seus respectivos praticantes?



## 2. OBSERVAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA E O LUGAR PESQUISADO

### 2.1. Aspectos metodológicos

A descrição e análise de situações constitui uma das grandes características da Antropologia da Política, do ponto de vista metodológico. A etnografia, nesse sentido, acaba sendo por excelência um grande marco teórico-metodológico que torna possível a análise de eventos e situações sociais. Estas são importantes porque, segundo Max Gluckman, a partir delas “e de suas inter-relações em uma sociedade particular, podem-se abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições etc. daquela sociedade” (2010: 239). Além disso, o autor também afirma que “quando se estuda um evento como parte do campo da Sociologia, é conveniente tratá-lo como situação social. Portanto uma situação social é, em algumas ocasiões, o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisando e comparando com seu comportamento em outras ocasiões” (2010: 252).

A observação que estou desenvolvendo tende a priorizar e acessar os sentidos e os pontos de vista nativos acerca da política e do sindicalismo. A proposta é mesmo a busca de categorias nativas e não as analíticas, impositivas e normativas das tradicionais pesquisas. “Isso significa que essas categorias devem [...] ser apreendidas em seu significado ‘nativo’ e, mais importante que isso, devem ser apreendidas ‘em ato’, ou seja, no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua atualização e utilização” (GOLDMAN, 2007: 17). Enfim, trata-se de capturar as formas pelas quais os indivíduos definem seu mundo.

Assim, eventos e rituais ganham destaque. Toda a tentativa analítica consiste e reside no fato de que os rituais nos permitem acessar elementos da sociedade, como se os mesmos pudessem de algum modo condensar elementos que comumente encontramos na sociedade, de modo geral (PEIRANO, 2003).

A pesquisa seguiu dentro da chamada Antropologia da Política, que tem como objetivo “entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significados aos objetos e as práticas relacionadas ao universo da política” (KUSCHNIR, 2007: 09). Tal abordagem vai ao encontro dos objetivos meus e desta pesquisa porque “privilegia a dimensão simbólica, ou seja, a interpretação que os atores sociais fazem das instituições, relações e objetos com os quais lidam no seu cotidiano” (*idem*). O procedimento metodológico aqui consiste em observar a política.

O trabalho que realizei teve essa pretensão, a de encontrar nos eventos e situações do grupo e do lugar analisado, aspectos que possibilitem a compreensão destes, a partir de problematizações advindas do campo propriamente dito, mas também de trabalhos realizados por outros pesquisadores e de teorias sociológicas e antropológicas. Algumas categorias nativas são o fio condutor que me levam até essas pessoas ou para ser menos pretensioso, tais categorias são a minha forma de apresentar o lugar e as situações que foram antes por mim percebidas, selecionadas e analisadas. Essas categorias serão observadas no cotidiano dos nativos, daí a ênfase “na dimensão vivida como meio de acesso a visões de mundo”, como afirma Mariza Peirano em *O Dito e o Feito* (2002: 11).

Será também possível perceber a complexidade, não totalmente explorada (isso seria impossível) da dimensão de tempo, que não é propriamente um conceito, mas uma categoria nativa teoricamente já discutida em outros lugares, porém igualmente presente no lugar pesquisado e, conforme já foi abordado por Moacir Palmeira, trata-se de algo menos associado a uma temporalidade e mais à descrição e postulação de atividades e práticas de um dado momento (PALMEIRA, 2002: 172).

É preciso não conceber o “tempo da política”, categoria nativa analisada por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995; PALMEIRA, 2002), em pesquisas feitas por eles nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente, também encontrada no município de Aracoiaba, como único “tempo”; outros “tempos” e eventos existem paralelamente, ou melhor, coexistem junto ao “tempo da política” e podem se relacionar uns com os outros: como o tempo das festas da padroeira e co-padroeiro onde nos leilões membros de grupos políticos se mobilizam para saber “quem dá mais”, ou quem faz doações maiores e melhores para ajudar a Igreja (atualmente, essas práticas estão quase inexistentes). Ou a Semana do Município, uma semana inteira dedicada a atividades cívico-políticas em comemoração à emancipação da cidade em que se inauguram obras públicas, o que leva à promoção da imagem de políticos locais e estaduais.

Não é difícil remontar a Bronislaw Malinowski (1976), que percebeu a importância daquilo que ele próprio chamou de os “imponderáveis da vida real”, ao atentar para a importância da observação de variados aspectos da vida cotidiana para a pesquisa. É possível considerar que é no cotidiano, no fazer, nas realizações, nas ações diárias, que os valores, as visões de mundo, os sentidos e significados se reforçam, ganham valor, vida e até mesmo, se concretizam. O cotidiano não pode ser descartado (SOUZA NETO; AMARAL, 2011).

É importante ressaltar que a exposição acerca do lugar pesquisado é uma forma de demonstrar em quais redes de relacionamentos, de poder, de apoios, as pessoas do sindicato e da política se encontram. Sua rede é extensa, por isso uma leve imersão sobre o município onde elas se situam se faz necessária, afinal tais pessoas não estão isoladas. É necessário, portanto, orientar-se e situar-se em seu mundo a partir de categorias locais.

Quanto à pesquisa, eu preciso comentar que os aspectos sobre as experiências passadas do grupo aparecerão sob a característica dos tempos abordados acima, e que aqui serão situados no “tempo da fundação” do sindicato, porque é a isso que os relatos remontam. Já em se tratando do “tempo da política”, busquei tratar das relações, práticas e conflitos, além das divisões e facções políticas que se formam nesse período, tanto nas eleições municipais quanto nas gerais.

Devo afirmar que não me restringi aos sindicalistas. Conversei com fazendeiros locais, donos de terrenos, agricultores não necessariamente associados àquela entidade trabalhista, políticos (vereadores) e pessoas em geral. Ouvi conversas e comentários, em diferentes contextos. Em filas de bancos e comércios. Observei familiares, amigos e desconhecidos. Fiz perguntas e busquei analisar como nativo e como pesquisador (mais adiante comentarei essas duas dimensões).

Estar no município em que a pesquisa é executada trouxe a mim facilidades e dificuldades. O acesso a alguns interlocutores foi um pouco difícil por morarem em áreas mais distante da sede do município, mas um parte deles, apesar de morarem em lugares distante, deslocavam-se com frequência para o centro, o que me permitia acessá-los mais facilmente.

Sobre o acesso aos interlocutores é preciso considerar que estar entre eles, seja como morador ou pesquisador, fez com que eu os acessasse muitas vezes de maneira informal, por meio de conversas cotidianas. Essa proximidade também me permitiu observá-los de maneira atenta a seus comportamentos, atentando para valores, os comportamentos e gostos acionados em diferentes contextos, na intenção sempre de tentar comparar suas falas em contexto público e suas práticas, ou seja, o dito e o feito como propõe Mariza Peirano (2002), ao conceber que as análises devem ser comparadas mediante essas duas possibilidades, uma vez que as práticas nem sempre condizem com o que é apresentado nas falas. Nesse sentido, concordo com a autora e foi deste modo que procurei orientar a análise, atentando-me às ações, compreendendo ainda que elas se dão em meio a um contexto de

valores que nem sempre são atingidos ou alcançados e esse certo “descompasso” é importante para compreendermos os agentes sociais nas suas práticas.

O fato de que meu pai possuía um pequeno e simples comércio no centro da cidade, em que pessoas ligadas de diversas formas à agricultura o frequentavam, permitiu que eu tivesse um acesso privilegiado a agricultores e proprietários grandes ou pequenos fora da instituição sindical, tendo a oportunidade de conversar sem precisar me apresentar como um pesquisador. Pude assim, em alguns momentos, coletar seus comentários em um contexto de sociabilidade muito mais informal, numa bodega da cidade – aquele típico comércio onde se vendem miudezas, grãos, cereais, bebidas, produtos variados de limpeza e alimentação.

Esse aspecto é interessante, uma vez que o contexto da pesquisa social tende a “impor” condições de entrevistado e de pesquisador, em que a pessoas se apresentam para aquela situação de maneira distinta do modo como se apresentariam em outros contextos sociais. Neste caso específico, é possível fazer referências a Goffman (2011), que capta aspectos importantes em torno da sociabilidade, em níveis micros-sociais, no âmbito das interações, mostrando como é possível que a partir dali se desenvolvam aspectos de ordem sociológica, onde se forjam sociabilidades distintas.

Foi nesse contexto de informalidade que conversei com alguns, afinal de contas, mais à vontade, uma vez que ali, distante dos sindicalistas, podiam falar bem ou mal dos que fazem parte do sindicato, sem que isso pudesse lhes causar qualquer implicação. Também ali, os agricultores podiam encontrar-se com colegas, amigos e conhecidos sejam estes seu pares que vivem da terra ou seus patrões fazendeiros, donos de terras.

Quanto a mim, sempre considerei complexo o fato de estar analisando características do local em que vivo e por consequência, carregar comigo alguns aspectos da cultura local, ou discordar de alguns deles. Isso é curioso, pois como já venho afirmando, encontro-me implicado em meio a relações nesse lugar, a ponto de me envolver sentimentalmente com suas questões. Esse envolvimento relaciona-se com o fato de se tratar do lugar onde não só habito como convivo com pessoas dali.

Vi-me em muitos momentos sem saber se identificaria as pessoas. Meu receio era o de comprometer, de algum modo, principalmente as pessoas do sindicato, uma vez que estão em número menor e as caracterizações feitas por mim poderiam facilmente levar à sua identificação.

Assim sendo, faço um esclarecimento, os nomes dos interlocutores com quem conversei e que precisavam ser citados foram todos alterados, assim como também foram

alterados os nomes citados por estes. Os únicos nomes que não foram alterados foram os nomes de políticos que, uma vez sendo figuras públicas, a citação em nada lhes onerava. A ocultação dos nomes de sindicalistas está relacionada à necessidade de lhes manter um mínimo de integridade e reserva social, embora reconheça que para alguns em certos casos talvez seja possível, para um nativo, saber de quem se trata.

Já afirmei acima como essa pesquisa se desenvolveu, seu caráter. Para ser um pouco mais preciso em termos metodológicos, já que realizei muitas conversas informais, fiz algumas entrevistas semiestruturadas e um breve formulário de pesquisa ainda num primeiro momento como forma de estabelecer os primeiros contatos como pesquisador com sindicalistas. Deste modo, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas gravadas com cinco sindicalistas, dois ex-sindicalistas, um vereador e um ex-militante de partido político que frequentava o sindicato. Daqueles sindicalistas, realizei conversas informais com três, tendo me aproximado de dois destes. Também tive conversas informais com outro vereador.

Algumas das pessoas com quem realizei entrevistas semiestruturadas gravadas, pude em outros momentos realizar conversas de maneira mais livre e deste modo também poder captar alguns elementos para esta pesquisa. O trabalho é marcado principalmente por observações da vida local, mas também fiz gravações das entrevistas formais e estas perfizeram um total de 12 horas de conversas gravadas e que foram analisadas posteriormente.

Talvez pelo fato de ser um morador do local tive, em inúmeros momentos, a oportunidade de conversas com diversas pessoas que durante as eleições ganham o estatuto de “eleitores”, com essas pude conversar em diversas situações, que foram por mim aproveitadas como dados importantes para esta pesquisa. Procurei assim captar, na espontaneidade da conversa cotidiana suas visões acerca das práticas políticas e sindicais do município de Aracoiaba.

As conversas informais a que me refiro são aquelas que se estabelecem no cotidiano local, no dia-a-dia do município em que as pessoas se veem, se inter cruzam e conversam, trocando informações sobre si, sobre o que ocorre em suas vidas pessoais e no município à sua volta. Elas foram bastante úteis, principalmente pelo fato de que no contexto da informalidade os assuntos e as opiniões fluíam sem aquele discurso aparentemente pronto e formal que a situação da entrevista algumas vezes impõe.

Sou nativo e analiso aqui a partir de minhas concepções e formulações adquiridas no meio acadêmico e que contribuíram para que pudesse expor o lugar que eu habitei e habito.

Trata-se de uma interpretação que busca ser acadêmica e não pessoal, exatamente por se tratar de uma pesquisa, pelas técnicas empregadas e pelo modo com que foi elaborada e problematizada.

Por esses motivos, por ter vivido o local antes mesmo que eu fosse pesquisador é que algumas das lembranças, decorrentes da experiência de ter vivido no local, foram reinterpretadas e ressignificadas ganhando a cor, a forma e o tom que o meio acadêmico fornece. Quero afirmar aqui que a experiência como morador também me serviu, mas que mesma, ao longo desses anos sob o contato com as Ciências Sociais, puderam ganhar novos ares a partir das interpretações destas.

Além do mais, mesmo quando a intenção é captar as interpretações de “nativos” acerca da política, o faço a partir de técnicas e métodos acadêmicos. Não quero afirmar com isso que aqui superei qualquer possibilidade de inserir alguma subjetividade minha, mas demonstrar que o trabalho procurou se adequar algum procedimento minimamente aceito e defendido entre as Ciências Sociais. A neutralidade e a objetividade absoluta é uma pretensão difícil, quando quem projeta, executa e interpreta uma pesquisa realizada com seres humanos (e não em seres humanos) é alguém igualmente humano.

Voltando aos entrevistados do sindicato que acima me referia, acabei me aproximando e tendo maior inserção entre aqueles que classifiquei como sendo a elite sindical, por sua maior atuação política, participação nas atividades da entidade e na vida política partidária local. Também foram eles que me receberam, que se coloram mais à disposição, que deram algum tipo de abertura que permitisse minha inserção, enfim, que se colocaram mais a falar da instituição. Este aspecto fez com que certa vez um dos sindicalistas com quem conversei chegasse a me informar que havia integrante da diretoria que tinham inclusive pouco interesse por assuntos da política. As entrevistas se deram nos anos de 2013, 2014 e 2015.

Morar em pequenos municípios marcados por processos de inter-reconhecimento, onde “os sujeitos são reconhecidos uns pelos outros em virtude de suas marcas pessoais” (CANIELLO, 2003: 33), como a cidade analisada, pode fazer com que seja possível deduzir alguns dos nomes alterados pelo contexto e características que apresento. Mas, mesmo que não haja aqui, neste trabalho, qualquer julgamento ético ou moral em torno das práticas de políticos e sindicalistas (o objetivo é analisá-las), o receio diante da possibilidade de uma utilização ou interpretação distorcida e equivocada das práticas comentadas me fez repensar a possibilidade de usar nomes próprios. Enfim, medidas que são reflexo de um tempo em que o

acirramento político permeia diversas esferas da vida, em concepções distorcidas, estereotipadas e algumas vezes eivadas de sentimento de intolerância e ódio sobre o que vem a ser “esquerda” ou “direita”. Assim, preservar-lhes o nome, pode ser um modo de também fazer preservar a integridade física deles. Uma última observação, as fotografias aqui contidas foram feitas por mim enquanto esta pesquisa era executada. As da Pedra-Aguda e da Serra da Tamanca foram feitas no dia 09 de janeiro de 2016, enquanto as da assembleia-geral do sindicato, no dia 13 de maio de 2015.

## **2.2. As veredas de uma pesquisa**

Desde o fim de minha graduação, quando busquei pesquisar a relação entre sindicalistas rurais e partidos políticos tendo como pano de fundo um município de política tradicional (eu o classificava assim), conforme a definição clássica adotada pela Ciência Política – em tal tipo, as relações se dão em um contexto em que a arena política se encontra mais ou menos fechada a um pequeno número de indivíduos, cuja força política se encontra quase sempre associada ao poder que suas famílias exercem (embora nem sempre sejam assim vistos pela população local) -, vi-me instigado e até obrigado a me dedicar de forma mais intensa a uma análise muito mais voltada para as vivências subjetivas do que ocorria no sindicato sobre o qual me esforcei para pesquisar.

Concomitante a isso, também passou a ser interessante para mim enquanto pesquisador e também para meus objetivos de pesquisa que até então apenas se cogitavam, que houvesse uma modificação ou uma conversão na abordagem utilizada. Ou seja, para que eu pudesse captar os significados, os sentidos, os valores, os interesses, as questões, os conflitos e tantos outros elementos tão próprios às análises socioantropológicas voltadas para o universo das relações cotidianas e num foco mais microsocial, fazia-se necessário deixar um pouco de lado as perspectivas mais institucionais, mais analíticas, mais voltadas à classificação por parte do pesquisador, de tom um tanto quanto normativo, que algumas vezes mais analisam a política como esta *deveria* ser, ao invés de perceber como ela *é*. Busquei tecer uma abordagem que se orientasse pela visão dos agentes sociais, do nativo, captando visões de mundo e tentando entender o porquê de as pessoas agirem do modo como agem.

Foi nesse contexto que me convenci da necessidade de uma análise que se aproximasse mais das pessoas, que pudesse captar suas percepções e valores, sua forma de enxergar as coisas, enfim, as suas visões de mundo. Interessa-me, portanto, o ponto de vista

das pessoas, com suas significações, sem deixar de lado a análise que me permitisse entender as motivações, os significados e as práticas políticas dos governantes, daqueles que por entre os grupos políticos orbitavam, não só durante o período eleitoral, mas no cotidiano.

Fui percebendo que tão ou mais importante que simplesmente analisar, desaprovar e recriminar as tais práticas que aconteciam, também se fazia necessário entendê-las dentro de seus contextos e no plano dos significados que elas se encerram para os agentes sociais. Foi aí que percebi a importância dos estudos da chamada Antropologia da Política.

Inicialmente, no mestrado, minha intenção era a de centrar a pesquisa somente em sindicalistas, mas como já afirmei, fui aos poucos, percebendo o quão próximo do campo político estes se situam, quando por exemplo, eles participam de campanhas eleitorais a favor de certos candidatos. Ao mesmo tempo em que meu interesse pela política institucional me fez notar como candidatos têm interesse em acionar grupos para apoiá-los e mobilizar votos em seu favor. Esses grupos podem ser os mais diversos: religiosos, associações ou sociedades profissionais, movimentos dos mais progressistas aos mais conservadores, entre outros, inclusive os sindicatos. Deste modo, foi que percebi que a análise deveria inevitavelmente perpassar os dois campos. Assim, resolvi ampliar os horizontes da pesquisa para abarcar o sindicato e a política desenvolvida no município. Suas conexões entre si formam uma extensa rede de relações que se estendem independentemente dos limites institucionais dos quais fazem parte.

Em suma, a pesquisa me fez perceber que política e sindicato carregam consigo elementos da vida social mais ampla, podendo ser considerados expressões dessa mesma vida social que contextualiza suas relações. Estes dois campos se inter-relacionam de tal modo que podemos encontrar correspondentes de elementos de um no outro. Isso se evidenciará à medida que categorias nativas forem apresentadas exemplificando e caracterizando suas relações. São esses aspectos que me fazem analisar esses campos de maneira conjunta no município, mas tendo a compreensão de que eles possuem suas peculiaridades, particularidades, enfim, suas idiosincrasias.

Tenho falado em campo, este conceito está presente em Pierre Bourdieu (2012) que concebe o mundo social a partir de espaços sociais estruturados chamados de campos. Estes são definidos como sendo um lugar caracterizado por práticas, hierarquias, valores e lutas específicas, sendo marcado por relativa autonomia e padronização ou homogeneização. Nos campos, os agentes sociais disputam hegemonia, posições, poderes e influências como



forma de legitimação dentro desses espaços. O autor também considera que os campos se relacionam entre si.

Disso advém a noção de agente social também utilizada por Pierre Bourdieu, que a utiliza para romper com a concepção de que o indivíduo age exclusivamente de maneira a perseguir seus fins, numa racionalidade inteiramente calculista, tal como parece propor os adeptos da Teoria da Ação Racional, que centram suas análises nas intenções e interesses individuais. De igual maneira, essa noção serve para realizar crítica às concepções mais estruturalistas que lançam mão de uma proposta voltada para normas sociais, capazes de exercer sobre os indivíduos a influência capaz de fazer agir da maneira mais conveniente às regras que fundam o conjunto social mais amplo.

Feitas essas considerações sobre a abordagem teórico-metodológica e alguns aspectos conceituais que orientarão o meu olhar sobre o “objeto” de análise em questão, bem como a explanação sobre o movimento pelo qual cheguei até esta abordagem, passo agora a tratar do meu lugar social de onde escrevo: a cidade de Aracoiaba. Como já afirmado, houve uso de nomes fictícios. Tudo foi feito de modo a não expor ou comprometer os interlocutores e os que aqui foram mencionados. Agora gostaria de me situar diante da pesquisa.

### **2.3. Um pesquisador nativo**

Todos sabem que o empreendimento da pesquisa qualitativa impõe ao pesquisador um conjunto de procedimentos já amplamente debatido e discutido nas Ciências Sociais. Refiro-me aqui às questões de método voltadas à tão pretensa “objetividade” nas Ciências Humanas. Desde os clássicos trabalhos de Émile Durkheim (2002) e de Max Weber (1992), ocupando-se das regras e das “objetividades”, respectivamente, passando pelos pensamentos mais recentes e predominantes nas Ciências Sociais, vemos a preocupação em debater questões sobre o fazer das práticas acadêmicas, de modo a garantir que as mesmas não sejam tomadas inteiramente pela subjetividade do pesquisador.

Vi-me diante dessas questões na pesquisa sobre a qual escrevo. Afinal, como pesquisar no e sobre o local onde vivi a maior parte da vida e onde desenvolvi relações diversas? Durante a graduação e agora, no mestrado, estive relativamente distante do município em questão, mas a força dos vínculos e alguns motivos pessoais me faziam ir constantemente a esse lugar. Cada vez mais meu olhar sobre a cidade se modificava, como se a percepção antiga fosse aos poucos alterada e o olhar de morador de então passou a ganhar

tons de uma análise “socioantropolítica” (com a licença do neologismo, que mescla os adjetivos sociológica, antropológica e política – este, relativo à Ciência Política). Foi assim que pude enfim perceber que podia então tomá-la como um elemento de análise. O olhar de morador-nativo talvez nunca tenha se perdido, mas certamente foi alterado.

Não quero afirmar em hipótese alguma que eu tenha buscado a tal “objetividade” nesta pesquisa. Os autores citados (Durkheim e Weber) e a questão da objetividade estão aqui exclusivamente pelo fato de terem trazido em algum momento essa questão e pelo fato deste tema ter vindo à tona em muitos momentos em que me vi refletindo sobre pesquisar no local em que moro. Mas, antes de tudo, considero importante e concordo com a afirmação de Anthony Giddens sobre essa questão da objetividade nas Ciências Sociais ao afirmar que “aqueles que continuam à espera de um Newton, não esperam apenas por um comboio que não chega, estão todas na estação errada” (1993: 27).

Estes aspectos me fizeram refletir sobre questões relacionadas à “objetividade” e à “neutralidade” na ciência, melhor dizendo, nas Ciências Sociais. Vieram-me, enfim, as perguntas, as dúvidas. Eu teria afinal que me comportar como um pesquisador nativo e não como um nativo pesquisador? Teria que me isentar nas análises e nos julgamentos? Teria de ser imparcial, neutro e objetivo para que meu trabalho alcançasse o importantíssimo e relevante *status* de acadêmico?

Percebi que eu estava mesmo era diante de uma dimensão ou concepção de ciência ou de Ciências Sociais e que fazia necessário imergir nesta, compreendê-la como um campo de disputas de poder, de legitimidades. Concepção que, inserida em meio a diversas relações, perspectivas e pressupostos encontra-se também envolta em valores que se sobrepõem, impondo formas e padrões de fazer pesquisa.

Mas, tenho que afirmar também que estou implicado com o campo nesta pesquisa, à medida que me encontro diariamente em constantes relações com pessoas da cidade em que sempre habitei. Isso não tem sido tarefa fácil. Não é só a questão da total objetividade que hoje anda meio “fora de moda” (e que é preciso deixar claro que não a defendo), mas é preciso notar que hoje, nas discussões sociológicas e antropológicas, há intensos debates sobre esta implicação. De todo modo, minhas dificuldades centravam-se em como problematizar um lugar sobre o qual já naturalizei tantas práticas, concepções, visões de mundo e classificações e onde desenvolvo relações.

No início de minha graduação, havia decidido não me dedicar a pesquisar esta cidade. Eu achava que seria impossível, porque poderia ser atacado por certos sentimentos

que nutro enquanto habitante do local, e acabar descrevendo a cidade de forma excessivamente pessimista (quando resolvesse abordar os temas que me angustiam e me causam irritação, como algumas práticas políticas) ou de maneira muito positiva (quando se tratasse dos temas os quais eu considero importantes quando se fala em buscar ou lutar por direitos).

Em meio a esses desafios que a pesquisa empírica impõe, me propus, no entanto, a estudar o pequeno lugar que por muito tempo habitei. Volto o olhar a Aracoiaba não como um nativo pesquisador, mas como um pesquisador nativo. Assim, o reconhecimento da impossibilidade de uma “neutralidade” não me impede de recorrer à objetivação participante definida por Pierre Bourdieu (2003), já que para o caso desta pesquisa, volto-me a essa cidade, onde, ao menos instantaneamente, encontro-me na situação de pesquisador que busca encarar e objetivar o mundo social de onde provim.

Por isso, é possível afirmar que não há aqui de maneira clara e bem definida um “primeiro contato” ou uma “entrada no campo”, uma vez que essas ações se confundem com minha própria experiência social, de vivência e convivência entre as pessoas da cidade. Talvez, ainda, essa “entrada” tenha se dado a partir de meu contato com as Ciências Sociais, quando passei a problematizar as questões locais.

Mariza Peirano (1999; 2000) usa um termo que acabou sendo-me útil: trata-se da expressão “alteridade próxima” que ela emprega para tratar do fato de que, na antropologia, tem se buscado temas cada vez mais “próximos de casa”. Em meu caso, tal expressão veio a calhar, uma vez que eu podia encontrar meu tema até mesmo dentro de casa.

Em certo momento me vi com uma dúvida e que se relacionava ao fato de eu poder, ao menos algumas vezes, me expressar não na primeira pessoa do singular, na primeira pessoa do plural. Essa discussão em torno das pessoas do discurso é apresentada por Roberto Cardoso de Oliveira (2006). O autor defende a escrita na primeira pessoa do singular, como forma de se assumir aquilo que se escreve, uma vez que, para ele, as outras formas acabam fazendo com que o pesquisador se esconda em meio à impessoalidade. Mas, no caso específico, a referência ao “nós” se daria pelo fato de que, em sendo pesquisador nativo, não poderia eu também me expressar utilizando este pronome, uma vez que eu compartilho de algumas concepções, habito a mesma cidade, estando também inserido em meio a algumas práticas?

No entanto, a opção utilizada consistiu em adotar a postura de escrever na primeira pessoa do singular. Posso explicar melhor: a intenção em meio a esta opção não está

ligada a nenhuma postura de se colocar distante do mundo social do lugar onde vivi e de onde neste momento escrevo. Mas como se trata de analisar o contexto local mais como pesquisador do que simplesmente apresentar um trabalho como nativo, percebi que deveria mostrá-lo como tal, mesmo sabendo que falo de/ocupo um lugar específico da própria organização social que pesquiso.

Enquanto pensava sobre essa questão, lembrei-me que Goffman (2011) trata dos contextos, afirmando que neles podemos assumir posturas e condutas diferentes. Talvez seja algo parecido com isso que neste momento acabo por fazer. Escrevo no e sobre o lugar. Mas faço isso como pesquisador, tentando me utilizar dos métodos e referenciais do campo acadêmico, não agindo como um morador, já que o contexto é o de pesquisa, embora não me livre desta condição.

O fato geral que tenho percebido é que ser nativo me permite ter acesso a certas informações, dados, comportamentos, atitudes, valores, noções, classificações, enfim, modos de ser, estar, agir e pensar que um pesquisador não-nativo talvez não teria. No entanto, ter acesso a certas informações que sob outra condição eu não teria, não implica em afirmar que ser um pesquisador nativo se constitui em um aspecto que eleve a pesquisa sociológica ou antropológica a uma condição superior ou que ela seja inferior em relação à pesquisa realizada por alguém que não seja nativo. Também não implica em dizer que esta deva ser uma condição última de se fazer pesquisa.

Ora, tentei desenvolver uma pesquisa no lugar onde moro e busquei encontrar as qualificações trazidas por aqueles que atuam na política e no sindicalismo, mas também fora destes âmbitos, a partir da forma como esses elementos são acionados em suas falas e em suas práticas, de modo a tentar compreendê-los, a partir de uma objetivação participante.

Sobre esse ponto específico da objetivação participante, Silva (2007) aborda esse tema comentando que esta “seria a objetivação do sujeito da objetivação, ou seja, o pesquisador ele mesmo (Bourdieu, 2003:43), pois em sua prática científica ele é guiado por pré-noções cujas condições sociais de produção não podem ser ignoradas, assim como as condições sociais do pesquisador enquanto agente social que as utiliza (Bourdieu, 2003:44)”. O que posso afirmar depois disso é que carrego comigo aspectos do mundo social e cultural e das relações que busco analisar, ao mesmo tempo em que compartilho de alguns dos valores e códigos sociais do campo acadêmico cujos métodos foram utilizados para a realização da pesquisa.

Todas essas questões se tensionavam porque eu habitava o local pesquisado e conheço, ainda que pouco, alguns dos interlocutores e parentes seus. Após levar tudo isso em consideração, percebi que nada implicava em considerar que iria tratar tudo com minhas opiniões, afinal, pude em minha trajetória experimentar o contato com as Ciências Sociais – o campo sobre o qual já fiz minhas considerações e que a partir dele empreendi essa pesquisa.

Agora, passo a me situar de maneira mais específica no contexto da pesquisa e de minha condição de pesquisador. Como estamos situados em uma cidade pequena onde as pessoas facilmente se inter-reconhecem, senão pessoalmente ao menos por meio da ativação dos parentescos (um mecanismo de identificação de um indivíduo é saber de quem este é filho ou neto), alguns daqueles com quem conversei se nunca me viram ou não me conhecem, buscavam pela via familiar uma maneira de identificação a partir das perguntas “você é daqui mesmo?”, “você é filho de quem?”. Essa abordagem foi feita a mim, e é muito frequente, para qualquer um que não seja conhecido. Isto foi notado por Comerford (2003) e analisado por ele, permitindo chegar à conclusão de que tal situação está associado, entre outras coisas, à busca de enquadramentos sociais, pela reputação da família.

Continuo a exposição sobre minha condição no contexto do município em questão e do tema especificamente. Pelo lado materno, tenho avós donos de fazendas advindas de herança, quando um destes após a perda de seus pais passou a ser criado por uma senhora proprietária de glebas de terras; do lado paterno, tive avós donos de pequena propriedade de terra, agricultores. Mas foi no comércio que meu pai enveredou-se, enquanto minha mãe assumiu o papel de dona de casa. Criei-me num contexto de classe média local, ao lado de meus irmãos. A proximidade com os assuntos políticos locais ocorreu desde antes da adolescência, indo a comícios, passeatas, carreatas etc. acompanhando meu pai. Quanto a mim, nunca fui filiado a nenhum partido político, nem nunca participei de campanha eleitoral, a não ser quando mais jovem quando fazia isso acompanhado de meu pai. Na última eleição, votei em Sérgio Silvestre e nas anteriores em Ary Ribeiro e seu grupo. Votei ainda, em outro momento, em um candidato que logo se afastou da vida política local, Márcio Luz. Esses nomes serão apresentados mais adiante.

As preferências por grupos políticos específicos vão se formando desde muito cedo. Os vínculos a grupos acabam sendo tão fortes, que em geral, não é comum a troca, e quando a mesma ocorre, há desconfiança em torno da índole de quem pratica isso, envolvendo valores como honra e lealdade, mas também sem deixar de lado interesses (materiais) imediatos.

O passar dos anos, o acesso a certas ideias, a percepção das desigualdades, as buscas por ideais de melhoria e modificação no mundo quando ainda estudante do Ensino Médio, quando passei a estudar como bolsista em uma conhecida escola católica da região, colocaram-me mais aberto a ideias de reforma e mudança social, alinhadas, portanto, à esquerda ou centro-esquerda do espectro político. Daí o interesse pela política feita “de baixo”.

Compartilho, na cidade, relações de amizade, coleguismo, conflitos, políticas, afinidades por gostos, relações de afeto, amor e desamor. Estes aspectos me fizeram observar a mim mesmo como mais um entre eles. Fizeram-me sair do pedestal acadêmico, que aparentemente me fazia ser visto como distinto. Algumas vezes percebi que eu era medido muito mais por minha pessoa na cidade, ou seja pela estrutura social local, do que pelo fato de ser um estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Ou seja, o peso das reputações e das concepções em torno da família e dos parentescos era um atributo que atuava fortemente.

Sentia, às vezes, que as coisas se davam como se a reputação que eu carregava na cidade não pudesse ser menor do que o suposto *status* de mestrando. Frequentemente, tive que me apresentar como o filho do Eugênio; da Fátima do Eugênio; o neto da Raimunda Ferreira. Eu fazia referências a eles pelo fato de não ser conhecido por alguns entrevistados, já que alguns moravam em distritos. Eu então recorria a parentes para tentar me legitimar diante de quaisquer suspeitas, no intuito de me fazer mais bem aceito.

Temia não ser bem aceito ou bem visto, numa cidade em que os frequentadores de universidade são geralmente os que gozam de algum tipo de *status* e possuem pele clara (sendo legitimados por essa mesma violência simbólica). Eu tinha receio de que eu não fosse reconhecido como pesquisador, que não me “levassem a sério” e que eles não se interessassem em me dar informações.

Sempre tive muito mais proximidade com o meio “urbano” da cidade, conhecendo pouco sobre os distritos, o “meio rural”. Mas também nunca fui um adepto dos estilos de vida mais agitados, como frequentemente está associada a vida em Fortaleza, por exemplo. Pesquisar o campo e um pequeno município fez com que eu pudesse conhecer um pouco mais sobre esse lugar.

A pesquisa me possibilitou ir a lugares que eu não conhecia, a ver paisagens bonitas, a ter diante de mim cenários de seca intensa e às vezes apavorante. A palavra seca é bastante temida entre os agricultores, principalmente. Quando estive em Quixadá, num

encontro de “Profetas das Chuvas” (agricultores e agricultoras que se utilizam de técnicas para prever se haverá um bom inverno ou não), esta palavra era não só temida como evitada. Como se a sua pronúncia pudesse ser capaz de atraí-la.

Pude, ainda na pesquisa, conhecer e falar com pessoas com as quais talvez eu nunca entraria em contato não fosse numa situação de investigação social; pude ter acesso ao seu cotidiano e modo de vida, numa dimensão que algumas vezes não me permito. É ainda mais difícil fazer pesquisa social quando se carrega dentro de si a chamada timidez. Mas sempre vi na pesquisa uma possibilidade, ainda que remota, de tentar superá-la.

#### **2.4. O caminho para o “interior”**

Nesta seção farei uma descrição sobre minha viagem até o município onde ocorreu a reunião do dia 13 de maio de 2015, na sede do Sindicato, a descrição desse evento será feito na seção 4.3 – *Dia de Assembleia: entre informes, votações e conversas*. Aqui descrevo o caminho que me leva até chegar ao local, na sede de Aracoiaba. Durante a descrição, será possível perceber que eu trouxe alguns elementos relativos a uma conversa com um interlocutor associado à entidade trabalhista.

Embora eu seja morador da cidade de Aracoiaba, excepcionalmente, no dia da reunião eu estava em Fortaleza e de lá parti no primeiro ônibus que me conduzia àquele lugar. Às cinco horas da manhã eu estava na rodoviária central. No modo de falar de alguns moradores do interior (e os de Aracoiaba não são exceção), em especial entre os mais velhos, Fortaleza é identificada simplesmente como “Ceará”. Diz-se “vou pro Ceará” ou “estava no Ceará” – o termo parece estar associado à importância que a cidade representou e representa ante ao estado, associada à modernidade e à sua centralidade econômica, política, religiosa, turística, tecnológica etc. Sendo assim, seguindo a mesma lógica, saio do “Ceará” para as terras onde vivi, são cinco e meia. O sol ainda não raiou. Mas já está claro.

O caminho que me leva é bastante diversificado. Saio de vias asfálticas, ladeadas de prédios, estabelecimentos comerciais, apartamentos, todos ainda fechados, afinal ainda é cedo. Perpasso ruas e avenidas com alguns automóveis, vejo pessoas seguindo para os pontos de ônibus para iniciarem mais uma jornada de trabalho – é uma cidade que se acorda. A janela do ônibus é meu acesso ao mundo lá fora, percorro bairros até chegar à rodovia CE-060 ou “Estrada do Algodão”, caminho que durante anos foi usado para escoar a produção algodoeira

do interior do estado. São caminhos de história, que se diluem em meio à paisagem verde e calma com a qual vou me deparar mais adiante.

A paisagem vai mudando. As habitações, os tipos humanos, as formas de trabalho. Tudo denuncia: estou entrando em um novo ambiente social e natural, estou chegando nas cidades do interior, nas zonas rurais, nos distritos das cidades. Cortando fazendas, deparo-me com plantações. Já não há mais apartamentos, a maior parte das pessoas mora em casas e algumas destas ganham o alpendre, aquela caracterização tão comum e aconchegante às casas desses lugares e que oferecem o parapeito como assento. Passo a ver agricultores, homens nos roçados, mulheres limpando o terreiro, crianças fardadas caminhando em direção à escola. Do lado esquerdo, predomina um horizonte vasto; à direita, serras e montanhas distantes. É maio, o mato está verde, consequência das últimas chuvas.

O caminho que me leva à Aracoiaba me faz passar por algumas cidades. Atravesso Maracanaú, e sua Central de Abastecimento, onde vejo caminhões enfileirados na pista – são frutas e verduras advindas do interior. O ônibus segue seu rumo, às vezes parando. A presença de grandes indústrias e das primeiras montanhas deixa claro, estou em Pacatuba, a partir daqui, estas serão minhas companheiras.

Em pouco tempo, chego a Guaiúba. A cada nova cidade, a cada novo aglomerado, capto momentos distintos e específicos do cotidiano desses lugares. Agora já vejo mais pessoas, carros e motocicletas nas ruas. Seguindo, adentro a uma área caracterizada por fazendas, com a rodovia sendo duplicada. Atravesso comunidades inteiras situadas à beira da pista – passo por distritos pertencentes a esta cidade, avisto igrejas e alguns pequenos comércios já começam a funcionar.

Com o passar de muitas paisagens, acabo chegando a Acarape e em seguida, Redenção, cidades cujas sedes são bastante próximas, ambas pertencentes à Região do Maciço de Baturité. Esta última reivindica historicamente o fato de ter sido a primeira cidade a libertar os escravos no Brasil, daí o nome da cidade. A paisagem da cidade vem se alterando nos últimos anos com a instalação de uma universidade pública federal de alcance internacional voltada para a integração de países lusófonos. Há algum tempo a cidade tem ampliado, aos poucos, alguns serviços privados.

O ônibus segue e passo por alguns distritos de Redenção, comunidades distantes, vilarejos de casas simples, onde agricultores vendem o que plantam. Roçados inteiros de milho e feijão podem ser avistados. Tons de verde variados compõem esse cenário, até que, antes de chegar a Antônio Diogo (distrito de Redenção) avisto montanhas íngremes variadas



distantes e próximas que me parecem engolir. É preciso admitir: toda a paisagem é bonita, sempre a considere assim. E sempre me causou certo estranhamento todo o concreto pesado da paisagem da capital, com suas noites de céu avermelhado que impossibilitam a observação das estrelas e cujas luzes artificiais ofuscam o brilho do luar. Quanto à viagem, já me aproximo de meu destino e chego a Aracoiaba. Estou no “interior”, modo comum como os fortalezenses chamam genericamente aquelas cidade mais distantes. Mas também o meio pelo qual as próprias pessoas “interioranas” algumas vezes se identificam.

## **2.5. Os percursos até as interlocuções e os lugares da cidade**

Antes de me interessar por sindicalismo rural e práticas políticas no interior, eu me interessava em estudar movimentos sociais urbanos, centrando especial atenção nas lideranças comunitárias. Tudo porque eu morava em Fortaleza, e se tornava mais interessante, uma vez que estava mais próximo dessas pessoas. Mas por motivos pessoais tive que retornar à cidade de Aracoiaba, onde me vi estimulado à pesquisa sobre o sindicalismo rural local, uma vez que esse era o único movimento social mais fortemente articulado que se desenvolvia na cidade, na minha opinião.

Entrei em contato primeiramente com Gonzaga, que se colocou em pronta disposição a responder às minhas dúvidas sobre a instituição. Os demais sindicalistas foram advindos em decorrência deste contato inicial. Conversei com outros sindicalistas, inclusive de outras cidades. E permiti, aos poucos e com certo cuidado para não me perder em campo, que as relações e os contatos me levassem aonde eu pudesse pesquisar.

Gonzaga é filiado ao PT, chegou a participar de ocupações de terra na década de noventa, integrou movimentos pastorais da Igreja Católica quando mais jovem, tendo obtido uma formação política e religiosa no ambiente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Não posso negar o fato de que para mim, embora se tratasse de um estudante de Ciências Sociais, que tinha interesse em pesquisar movimentos sociais e possuía uma visão de mundo que flertava com as ideias da esquerda, todo aquele mundo sindical era novo, estranho e instigante e ao mesmo tempo um pouco distante de mim. Via-me como um estranho ali, e pensava no que eles poderiam especular a meu respeito. Pensava que poderiam estar especulando coisas negativas. Imaginava que poderiam cogitar coisas pelo fato de eu ter pais que possuíam terras, ou mesmo, por minha condição de pesquisador, pelo fato de eu ser uma pessoa com ensino superior, mas cuja família não é rica ou tradicionalmente associada ao

poder; logo me veio um receio de ser deslegitimado. Este é um fator negativo que enfrentei. Trata-se de um risco que ocorre quando se está implicado com o campo. Participo de seus esquemas e sistemas de classificação, de sua política de reputação (BAILEY *apud* COMERFORD, 2014). Não sei se tive êxito no processo de desenvolvimento desta pesquisa, entre eles. Não sei ao certo quais eram suas de ideias a meu respeito, provavelmente nunca saberei. Mas, após certo tempo, passei a não me preocupar tanto com essas questões e centrar atenção à pesquisa.

Depois me vieram as indagações sobre a pesquisa propriamente dita. Pesquisadores das Ciências Sociais não são comuns ali, ainda mais oriundos da própria cidade. Imaginei que para eles isso talvez fosse novo, como para mim foi um dia, que uma pessoa se dedicasse a estudar pessoas, temas e problemas sociais, ao invés de coisas (naturais). Não custou para que em meio a conversas eu percebesse que havia suspeitas de que eu pudesse estar tentando articulá-los melhor, ajudá-los, mobilizá-los em torno de algum nome político, ou ainda, que eu tivesse interesse em me candidatar a algum cargo político.

Como já foi afirmado, desde o final da minha pesquisa na graduação, vi-me instigado em conhecer mais a fundo os aspectos que propiciaram a formação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba<sup>1</sup>, bem como sobre a política que se desenvolvia no município. Não se tratava, é claro, de nenhuma busca sobre as origens, de uma busca pela verdadeira história ou da tentativa de encontrar o germe originário que levou ao começo da instituição analisada e da cidade em questão. Mas sim, de conhecer a entidade e a cidade a partir de seus próprios integrantes e moradores.

Encontrei pessoas realmente interessadas e envolvidas com minha pesquisa. O exemplo maior disso foi o interlocutor Seixas, para quem minha pesquisa estava “resgatando a história do sindicato”. Vi-me então, diante de uma dúvida ética e profissional, uma vez que não era exatamente esse o meu “objeto” e o objetivo da pesquisa, embora eu lhe dissesse que a intenção, no âmbito do sindicato, era outra, a análise de suas práticas e relações, de suas atuações e percepções acerca da atividade sindical e política. Diante de alertas sem sucesso, resolvi me permitir “ser afetado”<sup>2</sup> por tal percepção, a de que eu estava a pesquisar suas “origens”, embora eu nunca afirmasse isso, repito.

---

<sup>1</sup> Como já foi afirmado anteriormente, a entidade teve o nome alterado para Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Aracoiaba.

<sup>2</sup> Aqui me refiro ao termo usado por Jeanne Favret-Saada (2005), em texto onde a autora comenta que para conseguir adentrar a certo grupo social, deixou que os integrantes desse grupo associassem sua pessoa a uma

Também conhecia Seixas antes mesmo da pesquisa. Durante esta, saíamos em sua moto para conversar com pessoas envolvidas no processo de formação da entidade. Eram longas conversas que perduravam a manhã ou a tarde quase toda. Quando a “prosa” ocorria pela tarde, saíamos num quase escurecer, por estradas isoladas, onde passávamos longos minutos sem cruzarmos com uma única pessoa sequer. Havia ali certo receio por assaltos, muitos comentavam sobre esse “perigo”.

O perigo a que muitos se referiam era descrito em relatos de roubos de motocicletas, que ocorriam então. Com alguma frequência esses relatos constantemente eram assunto das conversas, exatamente por irromper o cotidiano local, em que pouco se ouvia falar em tais práticas. Muito embora o número de roubos não fosse tão alarmante, o receio, o medo e a recorrência ao tema faziam ampliar a dimensão desses acontecimentos, que eram explicados pelas pessoas como algo próprio dos tempos atuais: “Hoje em dia tá muito perigoso, antigamente não tinha isso”.

É interessante observar como parece existir uma política de reputação associada a certos lugares, são os lugares morais. Comerford (2003; 2014) também constata isso em suas etnografias na Zona da Mata pernambucana. O que se tem a observar é que nesse caso em especial, o perigo está associado a um lugar que é a estrada, um lugar de passagem, de travessia.

Alguns lugares da cidade são classificados como sendo perigosos. Isso é bastante comum, não se trata de nenhuma novidade. O diferencial que aqui aponto é quando o perigo é a estrada, a via que leva as pessoas aos diferentes lugares. Como se trata de um município pequeno, com poucos habitantes, em determinados espaços rurais, há de se imaginar que as paisagens mais comuns são aquelas dotadas de mato nem tão verde assim, devido à estiagem, sem a presença e a intervenção humana, o que dá um ar de calma, tranquilidade e sossego a que esses lugares são associados. Além disso, as estradas pelas quais passamos são pouquíssimo frequentadas, principalmente à tarde, já que o fluxo tende a ocorrer pelo turno da manhã quando, em geral, ocorre o deslocamento para a sede do município e o retorno.

A estrada carroçável é a via por onde acontece o fluxo até a “rua”. Por ela as pessoas transitam a pé, de bicicleta, em caminhões de pau-de-arara, em ônibus, ou em moto (principalmente nesses três últimos) e chegam até o centro para fazer compras, passear,

---

enfeitada ou uma desenfeitadora, não intervindo nessa classificação recebida, o que permitiu que ela conhecesse melhor elementos da feitiçaria no local pesquisado.

conversar, pagar contas, pagar vales (quando a compra é efetuada e o pagamento se dá no mês seguinte, esse é um tipo de relação que envolve confiança, pois nesse caso o cliente faz a compra e paga a do mês anterior, ficando tudo registrado em um caderno do dono do estabelecimento, mas também em alguma caderneta ou folha de papel com o cliente), receber pagamentos – como Bolsa Família ou aposentadoria. Enfim, as estradas são importantes e em períodos de chuvas intensas podem apresentar bloqueios capazes de dificultar o fluxo e a relação entre as pessoas.

Em todos esses casos de fluxos e inter-relações, uma intensa gama de sociabilidade ocorre, conversas acontecem, atualizando, reatualizando, dinamizando reputações, classificações e estereótipos em torno de famílias, lugares e pessoas. Este aspecto também é indicado por Comerford (2014). E serve para reforçar caracteres relacionados aos lugares morais. Assim, volto à questão dos “perigos da estrada”.

Em minhas experiências pessoais, ao passar por essas estradas isoladas, o cruzar com outras pessoas era frequentemente acompanhado por um cumprimento, que no caso de veículos automotores, se dá com buzinas. Algumas vezes ouvi pessoas conversarem sobre algum sujeito desconhecido, que ao cruzar por elas em uma estrada não as cumprimentou. Noutra vez perguntei a um rapaz por que ele acionava a buzina toda vez que cruzava alguém na estrada. Ele me disse que era uma forma de dizer que ele era “amigo” e que não ia “fazer nada”. É como se essa fosse uma espécie de situação limite da sociabilidade em que ambos, reconhecendo a situação de isolamento social, reafirmam ali um certo tipo de pacto mútuo e tácito de respeito ao outro. Não realizar tal ato implica em não aceitar aquele “pacto”, o que pode gerar desconfiança em torno da índole e do caráter de quem não retribui o cumprimento.

Talvez esses aspectos da sociabilidade no âmbito das estradas sirvam para compreender um pouco dos “perigos” aos quais ela está associada, marcada pelo isolamento físico dos lugares povoados onde os laços e as normas morais e sociais acontecem. As estradas parecem ser essa espécie de não-lugar<sup>3</sup>, onde as normas sociais não regem o espaço e os transeuntes ficam como que “à mercê” dos “pactos sociais” que são inventados ou atualizados no entrecruzar das pessoas.

## **2.6. Mapeando Lugares, Analisando Reputações**

---

<sup>3</sup> Marc Augé (1994), numa perspectiva distinta, usa o termo não-lugar para analisar alguns espaço nas cidades.

Há uma enorme possibilidade de um pesquisador se dedicar a uma análise que contemple as dimensões família, política e sindicatos no município de Aracoiaba, sob algumas dimensões. Quero chamar atenção especial para os aspectos associados à política de reputação, à qual venho fazendo menção. E associar esse debate a aspectos pelos quais é possível pensar os campos da política e do sindicalismo.

A reputação é um elemento para se pensar o modo como sindicalistas e políticos se veem e são vistos. Ela tem forte associação à família, mas isso não é uma exclusividade. Etnografias mostram essa presença importante da família, mas esse fator não é o único elemento para se pensar a reputação.

Sobre a reputação, Bailey comenta que “a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um ‘bom nome’, a evitar a desqualificação social” (BAILEY *apud* PALMEIRA, 2004: 138), reconhecendo ainda que ela atravessa não só as localidades, mas toda a sociedade. É nesse universo local associado a essas famas, qualificações de nomes e lugares que vamos adentrar agora.

Em se tratando das famílias, tudo se dá como se houvesse uma espécie de característica mais forte, que os membros carregam, quase que inevitavelmente. É como se o simples fato de alguém ter nascido em determinada família fosse o bastante para falar sobre seu caráter. Mas isso vem se reconfigurando.

Aliás, a reputação de famílias pode também ser apresentada como explicação da reputação desses lugares, uma vez que certos lugares estão associados a certas famílias. Essa perspectiva, presente em alguns trabalhos como os de Comerford, em Aracoiaba não é tão evidente assim. Na verdade, esse aspecto tem perdido sua força, pois cada vez mais o município vem sendo tomado por, digamos, uma racionalidade mais econômica, que divide espaço com outras racionalidades.

Embora trabalhando em uma perspectiva que não a etnográfica, dedicando-se aos estudos e à discussão sobre a temática rural na Sociologia e com certa influência weberiana, Arilson Favareto comenta que

um aspecto marcante do rural contemporâneo é a penetração crescente em todas as esferas da vida rural de um longo processo de racionalização que se manifesta em formas cada vez mais desencantadas de condução da vida por parte dessas populações, em mecanismos e instituições cada vez mais complexos de regulamentação desses territórios e das formas de acesso e uso dos recursos naturais e em uma mudança nas estruturas sociais locais com a introdução de novas populações, uma valorização cada vez maior dos conteúdos técnicos e instrumentais [...]. Não se trata de afirmar que toda a população rural se tornou calvinistas à imagem weberiana d'A *Ética protestante e o espírito do capitalismo*, mas de

constatar que, mesmo sendo o lugar por excelência onde ainda mais se valoriza a proximidade com a natureza e a tradição, isso se faz sob conteúdos sociais totalmente novos. Com a racionalização da vida rural, é todo um universo ancorado na ruralidade agrária que se dilui, para dar lugar a novas significações (2007: 185).

O trecho de Favareto (2007) é importante por tocar a dimensão das mudanças sociais, apontando ainda para as mudanças no âmbito das infraestruturas, da integração de mercados, das instituições, na densidade demográfica, das comunicações e para a descentralização política e econômica que teria permitido essas mudanças. A análise de Favareto, embora com perspectiva distinta da que venho expondo neste trabalho, corrobora com a dimensão das mudanças que vêm ocorrendo nas pequenas cidades e nas localidades, à qual se faz necessário atentar.

Provavelmente seja possível falar em termos de uma mudança no padrão das relações que antes eram mediadas muito mais por aspectos que valorizam e idealizam elementos como honra, caráter, honestidade, dignidade, trabalho, força e disposição física para o trabalho, masculinidade (ser “macho”), seriedade, entre outros. Estes elementos estariam cada vez dividindo espaço com características de ordem econômica, por exemplo. Explico: as mudanças que têm ocorrido mostram cada vez mais a inserção do capital econômico como elemento preponderante nas relações. A ascensão social e econômica de famílias outrora pobres e pouco influentes faz com que haja uma alteração nesse padrão de relacionamentos. Isso se dá, na configuração, a partir da criação de estabelecimentos comerciais associados a grupos econômica, social e politicamente relevantes que buscam se distinguir dos demais munícipes.

Deste modo, é possível que a reputação (positiva ou negativa) de uma família não seja “estendida” a um dos seus familiares, por inúmeros motivos: aspectos de ordem econômica (sucesso econômico ou não), comportamental (hábitos como ir à missa aos domingos, ir a grandes festas caras com a participação de bandas de forró eletrônico afamadas e consumir bebidas caras ou tidas como elitizadas, como uísque e energéticos, podem a depender do grupo, ser vistos como atitudes socialmente aceitas e valoradas rendendo algum tipo de *status* social; no entanto, ficar excessivamente embriagado frequentemente na “rua”, em especial, se se tratar de alguém mais pobre e sem emprego, tende a ser visto como algo reprovável), religiosos (mudança de religião, desvio comportamental em relação a esta ou à falta desta). Como se observa, não são só aspectos de ordem econômica que promovem e estimulam a reputação, mas vários.

Enfim, a variedade de grupos e valores faz com que seja cada vez mais complexo, mesmo nos municípios pequenos, captar o que é valorado e o que não é entre os grupos. Essa tentativa tende a ser cada vez mais difícil, uma vez que a variação dos grupos faz formar valores distintos que disputam e conflituam com os valores de outros grupos.

Algumas vezes a reputação da família pode encontrar referência à sua ligação a pessoas tidas como importantes, ricas, bem sucedidas. Nesses casos vale a rede de contatos e vínculos políticos aos quais as famílias estão ou não estão associadas. Esses vínculos podem ser com pessoas importantes dentro ou fora da cidade. Há momentos ainda em que a reputação está associada à ocupação, cargo ou função que a pessoa ou a família exerce dentro da estrutura produtiva local, que pode ir do menos ao mais valorizado.

Certa vez ouvi de um rapaz: “Em Aracoiaba vale quem você conhece”. Ele me falou isso quando conversávamos sobre *status* e o aparecimento de estabelecimentos comerciais voltados para um público cujo estilo de vida está associado à classe média local, que busca distinção pelo consumo de produtos e serviços, manter-se próximo, andar com essas pessoas e frequentar os mesmos ambientes; aspectos que podem contribuir para a formação desse *status*. É deste modo que o capital social atua, forjando reputações. Há que se considerar ainda que algumas vezes os lugares socialmente importantes podem estar fora dos limites da cidade, como as serras e a capital, Fortaleza. Assim, frequentar festas e lugares turísticos importantes desses lugares pode ser visto como algo socialmente relevante, gerador de prestígio e reputação.

Em Aracoiaba, a reputação se dá como se certas coisas não fossem feitas para certos tipos de pessoas, devido à reputação que essas pessoas possam carregar, sua fama, seu nome, sendo necessário um enorme dispêndio de força social para a tentativa de superação dessa reputação.

Mas o que percebo e aqui reafirmo é que tem sido cada vez mais frequente a associação da reputação à pessoa, ao indivíduo, e menos ao grupo familiar em que este permaneça. Embora alguns possam ver as pessoas sob a dimensão da reputação familiar, esta mesma reputação pode ser superada pela reputação individual, em certos casos.

É interessante notar que a reputação pode sim, ser individual. A questão que aqui é abordada faz referência a outras etnografias realizadas na Zona da Mata mineira, especificamente, as quais informam que os lugares morais se relacionam a reputações de famílias e essas são importantes para se falar das pessoas de um lugar, de um modo geral (COMERFORD, 2014; 2003).

Essa reputação individual tem sido cada vez mais forte. Isso pode estar relacionado a uma mudança no padrão das relações e dos valores, que permitem a inserção de outras racionalidades, como venho apontando. Pode ser que a internalização de valores advindos de Fortaleza seja um fator importante para se pensar essa mudança nos padrões e formas de relacionamentos pautados em aspectos de uma racionalidade mais econômica, que aqui parece coexistir com outras racionalidades.

Em uma análise com perspectiva e objetivos distintos dos que são aqui expostos, Brandão (2007) tece comentários sobre algumas produções da Geografia, da Sociologia e da Antropologia acerca desses aspectos. Sua tese central aponta a diversidade e a polissemia do espaço rural, indicando uma tendência àquilo que seria uma mudança de racionalidade. Brandão traz para corroborar seus argumentos as conclusões de Milton Santos, para quem a racionalidade do mercado, as técnicas, a ciência vêm adentrando cada vez mais o campo. Em seguida, Otávio Ianni e José de Souza Martins aparecem no texto para reforçar essa mudança na agricultura, que de subsistência passa a ter excedentes que podem ser negociados ou trocados – fazendo adentrar outra racionalidade que se aproxima do mercado. É válido observar que Brandão chega a comentar sobre processos de resistência a essas mudanças, que ele considera como negativas para os agricultores, já que estão associadas à exploração da mão-de-obra pela economia capitalista.

Ainda sobre essa valorização do que é oriundo de Fortaleza. Algumas vezes possuir algum vínculo com essa cidade acaba por forjar um processo de distinção social pelos gostos e estilos associados à capital, alterando reputações, uma vez associada a símbolos de *status* não só de classe econômica como social<sup>4</sup>. Roupas, calçados, nascimento, amigos, parente, estudos etc. que estejam ligados àquela cidade são frequentemente valorizados, desde que não estejam relacionados a lugares estigmatizados de Fortaleza, onde bairros e moradores destes são associados a certas práticas julgadas como ilícitas.

Alguns aspectos referentes a essa reputação mais individual que familiar podem estar relacionados a fatores como a maior inserção dos valores da economia monetária nas relações econômicas, sociais e de trabalho, onde prepondera o peso da lógica do mercado, a busca pelo lucro, o tempo cronológico, que em Aracoiaba já começa a permear por entre as lojas, as facções, as escolas, as prestadoras de serviços, os relacionamentos em geral etc.

---

<sup>4</sup> Bourdieu (2007) e Goffman (s/d) realizam em seus trabalhos análises sobre gostos e distinção social e símbolos de *status* de classe, respectivamente. Cada um desses trabalhos, em suas perspectivas, contribui para a compreensão das desigualdades e das diferenças sociais.



Em alguns aspectos o que se pode falar dessa reputação é que ela consegue ser individual e coletiva ao mesmo tempo, algumas vezes. As pessoas fazem com certa frequência uma associação familiar seguida de um atributo pessoal. Assim, quando se quer falar de alguém é possível que a identificação seja a seguinte: Fulano, o filho de ciclano, que é/faz (profissão/cargo/função). Deste modo, consegue-se mapear o grupo ao qual o indivíduo pertence e associar algum caractere à pessoa.

Com uma economia que vai aos poucos se modificando e aos pouco, minimamente se especializando, é possível falar em divisão social do trabalho, mas trago esse conceito tratado por Durkheim (1995) não como elemento para se pensar essa sociedade que se diversifica, seus aspectos funcionais ou a especialização. Trago essa categoria durkheimiana para tratar das reputações individuais ou pessoais, já que nesse sentido as pessoas passam a ser cada vez mais reputadas por suas funções, cargos e ocupações, embora mesmo no exercício destas estejam sujeitos ao julgamento, pela possibilidade de serem associadas a seus pares familiares.

É a essa dimensão da mudança que tento destacar. A dimensão da divisão social do trabalho, as associações profissionais e o avanço das profissões liberais são aspectos que, *grosso modo*, Costa Pinto (1980) passou a considerar como indicadores para a diminuição dos conflitos de terra entre famílias. Barreira (1992) chamou atenção para o processo de institucionalização dos conflitos no campo, antes marcados por uma instância mais pessoal. Ambos os autores dão mostras da alteração da dinâmica do padrão das relações na Região do Nordeste brasileiro.

De um modo geral, as reputações encontram-se menos associadas às famílias, sendo frequentemente associadas a outros fatores. Esse aspecto é diferente do encontrado em outras cidades pequenas e localidades apresentadas em algumas etnografias. Fatores econômicos têm trazido outra racionalidade, que divide espaço com aquela outra apresentada, dita “tradicional”.

Essas racionalidades, uma mais monetarizada e calculista e outra mais “tradicional”, repercutem localmente inclusive por meio de falas, conversas e “causos”, como nos casos em que se deixa de vender ou atende-se mal a algum cliente por este frequentar um grupo político opositor. Essas situações mostram como a política divide e separa grupos, não importando sequer a lógica da venda e do lucro do mercado, ao mesmo tempo em que pessoas podem ser julgadas por adotarem em seus negócios e em suas próprias vidas uma postura e uma lógica mais capitalista, enquanto outras são igualmente julgadas por manterem um

comércio mais simples. Enfim, são exemplos que mostram como elementos de ordem economicamente diferentes afetam reputações, tocando ainda no campo político.

Não quero trazer a ideia de que há, atualmente, uma total modificação nas relações entre as pessoas dos municípios pequenos ou das áreas consideradas rurais. A questão da reputação ainda é algo muito forte, atravessando transversalmente variados campos, inclusive o campo econômico, como nos casos em que o filho acaba seguindo a mesma profissão do pai, constantemente associado a aspectos relacionados à reputação, por não conseguir sair daquilo ao qual está “condicionado” a ser e a seguir, uma vez que carrega consigo aspectos que são próprios a um indivíduo que pertença a certa família e exerça uma atividade específica. Mas isso não é regra, óbvio, e divide espaço com outras possibilidades interpretativas como as de ordem econômica, que tornam escassas e limitadas chances de superação para os menos afortunados.

Por outro lado, também a economia capitalista centra peso no indivíduo, seja pela especialização das funções nos processos produtivos, seja pelas responsabilidades imputadas nesse mesmo processo, ou pela relação econômica e trabalhista intermediada ou não por leis. Enfim, esses elementos impessoais parecem cercar e tornar as pessoas mais individualizadas e as relações se tornam mais impessoais, o que as deixa menos identificáveis com seus familiares, que possuem profissões diferentes.

Mas esse peso da profissão dos pais sobre a geração seguinte é sentido de diferentes formas no campo. Um exemplo disso são os agricultores, já que nem sempre os filhos destes seguem a atividade dos pais (e os pais, algumas vezes, fazem questão que isso não ocorra); o que nem sempre é fácil, já que têm que superar algumas barreiras sociais. É como se o trabalho no campo não fosse tão valorizado, por diversos motivos, inclusive pelo fato de não ser tão rentável, por ser frequentemente associado a atraso, à pobreza etc. Os filhos então acabam se deslocando para Fortaleza, Região Metropolitana, para a sede ou para cidades vizinhas, ocupando cargos em indústrias ou no setor de serviços.

Na verdade, observo uma tensão entre as concepções e reputações familiares e as individuais, que são moldadas em seu cotidiano. É possível, por exemplo, que o pai seja considerado “cidadão”, “trabalhador” e “honesto” e um de seus filhos tenha reputação completamente contrária. A reputação é um jogo complexo, mas importante para se compreender as relações sociais nos pequenos municípios e nas “comunidades”.

Também é necessário observar outro fator de capaz de alterar a reputação e os rótulos associados a pessoas: a ascensão social e econômica. No âmbito do próprio município

ela ocorre, frequentemente, pela interface com o campo da política. Foi a partir de contratos firmados com o governo local, que muitos conseguiram ascender economicamente, fazendo alterar sua reputação junto às pessoas locais.

Fala-se com certa desconfiança das pessoas que “ficaram ricas”, fala-se da mudança em seus comportamentos, em seus modos de ser, de vestir, nos hábitos, nos consumos, na alteração de seus gostos. Fazem-se também ilações sobre o modo como alguém ficou rico, principalmente alguns políticos; criam-se então suspeitas no âmbito da ética. Principalmente quando a ascensão se dá pela participação direta ou indireta na administração pública, seja sendo secretário de governo, vereador ou com contratos diretos ou por meio de empresas terceirizadas ligadas à prefeitura. Algumas vezes, a ascensão é valorizada, apresentada como mérito de quem tem capacidade e talento. Em outros momentos a ascensão é deixada de lado e passa-se a mostrar que o passado de certa pessoa está associado à pobreza, como se se quisesse mostrar que a pessoa nem sempre fora “rica”. Nesses casos, o peso que vem do passado pobre, de não ser uma pessoa de classe média ou média alta desde sempre, pesa como se se quisesse demonstrar que aquele não é o lugar social devido daquela pessoa.

Em Aracoiaba talvez seja possível falar em lugares sociais pertencentes a certos grupos de pessoas/famílias. Esses lugares sociais também estão associados a reputações de famílias, onde determinados empregos, cargos e profissões parecem estar como que reservados a certos grupos familiares, por carregarem certas características (reputações). É como se para ser político ou ocupar certos cargos públicos, houvesse a necessidade de se carregar algumas características padrões.

Daí é possível compreender os comentários de um sindicalista que uma vez me disse “na cabeça do povo, vereador liso não existe”. É como se a posse de dinheiro, para gastos com os eleitores, dentro e fora da campanha eleitoral, fosse primordial e como a “ajuda” cotidiana da qual as pessoas necessitam se faz algumas vezes por intermédio do vereador, a presença e a posse de dinheiro para isso acabam sendo importantes. O dinheiro vem dividindo espaço com a reputação. Mas a reputação no âmbito da política muitas vezes está associada à própria posse de dinheiro.

Há, assim, a expectativa de que algumas condutas sejam executadas por políticos, de que algumas ações sejam feitas por certos grupos, de que alguns cargos pelas características a eles associadas sejam ocupados por pessoas com reputação “à altura” do cargo, mesmo que muitas vezes não haja uma adequação à dimensão da técnica e da aptidão que o exercício da atividade burocrática exige, genericamente falando.

Basta um olhar sobre os que integram o comando do governo municipal, nas secretarias que compõem a atual gestão (2015), e percebemos a persistência de alguns sobrenomes. Algumas poucas famílias se dividem na administração da prefeitura. A repetição do sobrenome possibilita perceber como são distribuídos os cargos e as possibilidades de emprego público. Os demais cargos comissionados de segundo e terceiro escalão são distribuídos a depender da família e do vínculo com o grupo e as famílias que estejam no alto escalão governamental, que também obedecem a alguns critérios, incluindo aqueles associados a dádivas políticas.

A proximidade excessiva com políticos para benefício próprio ou familiar é vista como atitude de bajulação, que aqui ganha a alcunha de “babar”. Ser visto como “babão” de algum político constitui-se em uma reputação negativa que adentra a dimensão da honra, podendo ser tido algumas vezes como um enorme insulto. As pessoas fazem referência bastante negativa em torno dos “babões”. É como se estes chegassem ao extremo do aceitável, fazendo demonstrar aberta e claramente seus interesses em relação aos políticos e à política e também como se não possuíssem capacidade própria para trabalho e sustento, tendo que depender de políticos. Em geral, o “babão” não se refere a si mesmo como tal.

Acontece que com esta prática, muitas pessoas conseguem se aproximar de políticos e pessoas influentes, fortalecendo contatos. A relação entre alguns eleitores e alguns políticos faz com que alguns cheguem a se referir a eles por “mamãe” ou “papai”. Isso se dá de maneira especial no grupo de Marilene Campelo Nogueira<sup>5</sup>.

A questão da reputação toca inevitavelmente sobre a política e o sindicato, quando se trata de escolher os candidatos. A questão para esses casos é saber, entre outras coisas, quem é o “sério” ou não. Ser “sério” está associado ao caráter dos indivíduos e, algumas vezes, ao de suas famílias. Principalmente na política, onde se pode acabar deparando com o “ladrão”. Ambas as expressões formulam dimensões éticas nessas esferas.

A reputação no âmbito do sindicato parece estar associada à dimensão de “luta”. Esta é uma categoria ampla e bastante recorrente, que carrega uma enorme gama de significados, tem enorme valor e importância, não só no movimento sindical mas também nos demais movimentos sociais.

A “luta”, em uma interpretação mais geral, é o próprio travamento do conflito contra o que está estabelecido; por isso é tão importante, uma vez que esses movimentos se

---

<sup>5</sup> Apesar de sobrenomes idênticos, não possui qualquer parentesco com Marilene ou seu esposo.

veem em meio a um enfrentamento e às disputas de forças contra aqueles que detêm poder político e econômico. Daí a importância desta dimensão no sindicalismo.

É válido observar como o sindicato também é visto como um lugar de defesa de direitos. Sendo assim importante a capacidade de “ir atrás”, de “conseguir” as coisas, de “conquistas para classe”. Possuir essas características é importante neste campo. Percebi isso ao notar que muitos trabalhadores rurais carregam consigo uma preocupação de se chegar ao fim último das coisas, como se se interessassem por resoluções objetivas, claras e diretas de seus problemas ou situações; uma espécie de pragmatismo que se interessa pela utilidade e finalidade das coisas, sem “arrodeios”.

Já em se tratando da reputação diante de uma possível candidatura política, é preciso mais que o simples interesse. Pertencer a uma família que já tenha tradição ou boa reputação é importante, mas não o suficiente se não houver uma rede de vínculos, associada a dívidas a serem pagas, sob a forma de apoios políticos trocados ou, simplesmente, voto.

Mas a família também ganha importância em casos de eleições quando esta possui um tamanho numeroso. Isso quer dizer que essa quantidade de pessoas, sendo cada indivíduo um potencial eleitor, pode ser um peso importante na contagem final de votos. Isso não quer dizer que o candidato, nesse caso, contará exclusivamente com o voto de seus familiares, porque valerá também a rede de contatos e vínculos dos seus familiares, conforme afirmado anteriormente.

Outro fator importante a ser levado em consideração está relacionado ao fato de que o dinheiro pode ter uma boa preponderância. Cada vez mais as eleições estão não só ganhando ares de profissionalização com a utilização de recursos tecnológicos nos palanques com cenário de *Light Emitting Diode* (LED - Diodo Emissor de Luz) e algumas iniciais estratégicas de marketing político, presentes em alguns discursos, campanhas e gestões, como no modo como candidatos se apresentam aos eleitores; o que não quer dizer que isso seja uma regra ou algo seguido por todos.

O dinheiro financia os mais variados momentos das campanhas, carros de som, santinhos, cartazes, pintura em paredes e muros de casas. Há também uma categoria cada vez mais frequente, os ativistas, que até então não eram comuns na cidade, mas que em meio a esse processo de profissionalização da política, vêm se tornando cada vez mais frequentes. Adiante falarei mais sobre isso.

Ainda sobre o dinheiro e sua relação com a política, em especial em épocas de campanha eleitoral, pude observar como, nos relatos das pessoas em geral, a presença do

dinheiro tem se tornado cada vez mais forte. Com ele pode-se “dar” para se “conseguir” voto. Com ele, pode-se “receber” para se votar em alguém. Nesses casos, em que o voto está relacionado com um dinheiro que foi “recebido”, mantém-se em geral segredo e fala-se pouco ou quase nada sobre isso.

É possível que algum político/a ou eleitor/a, a depender do contexto, fique “mal visto” por “dar” ou “receber” dinheiro para votar ou ser votado. É possível ainda que quem “dê” dinheiro fique “bem visto” por possuí-lo, porque quem faz isso “é rico” ou é pessoa influente/importante. Como algumas vezes esse ato não é feito diretamente pelo político, mas por alguém próximo a ele, é possível que quem realize este ato ganhe essa mesma caracterização ambígua: positiva e negativa ao mesmo tempo, a depender das pessoas e dos contextos.

Enfim, todo esse jogo envolvendo reputações pode gerar a possibilidade de ser “bem visto” ou “mal visto”. Esses atributos fazem parte de um conjunto de reputações que influenciam na vida social como um todo. Essa noção dá conta do modo como as pessoas se veem e percebem os outros. Isso cria um conjunto de elementos simbólicos que possibilita valorar ou não os indivíduos, produzindo e reproduzindo concepções acerca das pessoas.

### **2.6.1. A “rua”, o “sertão” e as “localidades”: uma inter-relação**

No município de Aracoiaba é relativamente comum, em especial entre as pessoas mais velhas, o uso da expressão “sertão”, havendo significados distintos em relação a seu emprego. Alguns dos contextos que eu pude perceber acionam sentidos diferentes. Embora importante, não pretendo me ater muito a esta questão, pois a mesma não é exatamente tão frequente.

O sertão, sem dúvida, é aquele termo que toca o universo simbólico de muitos escritores e pesquisadores, perpassando ricamente as mentes e os corações daqueles que abordam tal tema. Sena (2011) soube muito bem mostrar a dimensão simbólica construída em torno dessa classificação, tratando-a no âmbito da imaginação. Aqui, estamos diante de uma classificação nativa acerca dos lugares.

Algumas pessoas usam o termo para se referirem ao lugar em que moram, isto é, quando habitam regiões distantes, mais isoladas, onde há maior presença de mato, onde a dimensão “rural” parece ser mais forte. Isso é tanto verdade que quando alguém mora em

algum dos distritos mais populosos, passa a fazer referência ao nome desse lugar (por exemplo, Ideal ou Vazantes – os dois maiores distritos).

Essa dimensão rural mais forte na qual o significado de “sertão” parece estar envolvido se refere ao fato de que nesse lugar, a paisagem costuma ser tomada pela natureza, a intervenção humana sobre esta se percebe pela presença de plantações ou criações, as casas têm alpendre e terreiro, que quase se confunde com o restante do terreno. Nas fazendas tomadas pelo processo de mecanização ou modernização é possível ver galpões, tratores e outras máquinas. Entre as famílias mais pobres ainda se vê a presença de casas de taipa, ou pequenas casas de alvenaria frequentemente com uma porta e uma janela ao lado desta, com uma fachada simples, onde o telhado, em formato triangular, pode trazer ao final, calhas por onde escorre a água da chuva em direção a alguma cisterna ou bica. Além dessa paisagem, o chamado “sertão” parece ganhar uma noção de lugar mais afastado da cidade, distante, ermo, “no meio do nada”, “isolado”, marcado pela seca e temperatura alta.

No município existe ainda um ponto específico que frequentemente é associado como espécie de símbolo da cidade, situada no “sertão”, conforme a letra do Hino de Aracoiaba. Trata-se da chamada Pedra Aguda, um monólito com mais de cem metros de altura, cuja imagem destoa e se destaca no horizonte de montes baixos da localidade que carrega seu nome. Em torno desta pedra há algumas lendas, mitos e histórias envolvendo desde príncipes e princesas a luzes de objetos não identificados, chamados de “aparelhos”. O lugar carrega consigo a importância de deter aquela imagem que é tida como a grande representação da cidade, estando presente também na bandeira do município. O local é relativamente próximo a outro ícone do município, a Serra da Tamanca, que teria tal nome por ter formato semelhante a um tamanco emborcado.

**FOTO 01 – PEDRA AGUDA - ÂNGULO A (MAIS CONNHECIDO)**



Fonte: Arquivo Pessoal

**FOTO 02 – PEDRA AGUDA – ÂNGULO B**



Fonte: Arquivo Pessoal



**FOTO 03 – HOMENS TRABALHANDO E UTILIZANDO MAQUINÁRIO AGRÍCOLA E SERRA DA TAMANCA AO FUNDO**



Fonte: Arquivo Pessoal

Quando as pessoas não moram nos distritos do município, nem no sertão, podem ainda fazer parte de uma “comunidade” ou “localidade” – uma referência aos lugarejos, com fileira de casas à margem das estradas. O termo é utilizado pela Igreja Católica não somente ao referir-se aos lugares, mas também em alusão a um conjunto de pessoas para formação de grupos religiosos encarregados de conduzir as atividades da Igreja num determinado local. A referência a esse termo pode não estar tão próxima quanto se pensa do campo religioso, advinda por sua conotação que remete um lugar cujos relacionamentos tendem a ser de maior proximidade e convívio de mútuas trocas e sociabilidade intensa, por seu pequeno tamanho; referência semelhante à concepção sociológica do termo. Às vezes, “comunidade” traz consigo uma dimensão quase eufemística para se falar de lugares mais pobres, economicamente falando: seriam aqueles lugares que guardam consigo um aspecto daquilo que se costuma chamar de simplicidade, lugares que fogem aos padrões estéticos comumente associados ao que é tido como sofisticado e elegante. Neste sentido, não necessariamente são

vistos como inferiores, podendo até serem considerados como lugares que devem ser valorizados, ajudados e cuidados.

Morar em Aracoiaba ou simplesmente “ser de Aracoiaba” é condição de quem vive na sede do município. Com o crescimento da cidade e dos bairros, tem sido comum fazer referência ao nome do bairro em que se habita. A dimensão de valor associada a esses lugares é bastante frequente. Eles são valorados ou diminuídos em relação a outros. Os lugares podem ganhar atributos negativos conforme o estigma atribuído a seus moradores, ao mesmo tempo em que é a fama desses lugares acaba se estendendo aos que neles habitam.

O Centro e o bairro Planalto carregam rótulos positivos, este último principalmente. Bairros vistos como “perigosos” ou associados a uma dimensão de “marginalidade”, podem ser desvalorizados por moradores do centro, assim como as comunidades rurais e os sertões são associados a um suposto “atraso”.

Em geral, os habitantes desses dois lugares mais valorizados, Centro e Planalto, carregam valores que podem ser associados à capital cearense. Sendo assim, algumas vezes valorizam-se numa busca por padrões que estão associados a Fortaleza. Há assim, uma aspiração ao que é produzido como valor naquela cidade, vista como sinônimo daquilo que é avançado, moderno, *chic*, tecnológico e superior à cidade de Aracoiaba e aos seus municípios. Isso parece perpassar diversos aspectos da vida social. Deste modo, podem ocorrer modulações em torno de algumas características entre as pessoas exatamente por sua relação de proximidade ou não com Fortaleza. Um exemplo disso está naqueles que possuem filhos estudando nessa cidade, ou ainda, nos que costumam adquirir bens comprados lá. Em ambos os casos tem-se a valorização e o destaque mediado pela relação com a capital do Estado.

Mas os moradores dos lugares que são “negativados” ou estigmatizados, em circunstâncias em que o seu local de origem é posto em questão nem sempre assimilam tais caracterizações, porque eles têm as suas, e também porque podem acionar pertencimentos familiares ou elementos relacionados à classe socioeconômica como forma de reafirmar seus *status*, não mais pelo lugar em que moram, mas por outras condições que eles portam (como se a classe ou o fato de ser parente de alguém suprisse qualquer qualificação negativa). Além disso, esses rótulos de lugares não são tão frequentes e intensos, mas permeiam parte do modo de ser e estar na cidade, dividindo espaços com rótulos de valores associados a classes, atributos familiares, pessoais etc.

Outros termos comumente utilizados para se referir a lugares distantes da sede do município, ou que simplesmente não são abarcados pelo perímetro mais habitado, estão nas

categorias “interior” e “localidade”. O termo “interior” faz referência aos lugares mais distantes da sede. “Ser do interior” é morar em alguma “comunidade” ou “localidade” mais distante que, em geral, não conta com um acesso fácil, nem com alguns serviços públicos ou privados. Às vezes, a expressão pode ser empregada em sentido negativo, pela associação ao pouco ou nenhum “desenvolvimento”. Mas também pode ser tratada em um sentido positivado quando muitas vezes o ambiente é visto como um lugar de mistério, beleza e imensidão. As “localidades” são os agrupamentos que se formam um pouco mais distante dos maiores distritos ou da sede, são algumas vezes cercadas de mato. São lugares mais afastados, possuem algumas famílias que há algumas gerações moram na mesma área, sítio, fazenda ou terreno. As “localidades” oficialmente fazem parte de distritos e podem, às vezes, serem identificados assim.

Essa referência ao “desenvolvimento” é outra coisa importante e bastante observável entre as pessoas. As pessoas tendem a qualificar alguns lugares, em especial as cidades, por essa categoria. Um lugar é “desenvolvido” conforme conte com variada gama de serviços, com boas oportunidades de emprego, decorrentes de uma economia local mais diversificada e apresente um crescimento ao longo dos anos; também é “desenvolvido” se o lugar tiver atrativos de lazer, infraestrutura para saúde e educação.

Em outros momentos a noção de “desenvolvido” é simplesmente substituída pela caracterização do lugar como “grande”, “médio” ou “pequeno”. Conseguem-se com esses termos saber mais ou menos como é a cidade. E esses tamanhos aparecem amiúde em comparação a outras cidades (quando se considera, por exemplo, que a cidade X é grande/desenvolvida em comparação a cidade Y) exatamente para que se possa ter uma dimensão exata sobre o lugar de que se fala.

Outro lugar é de fundamental importância: a “rua”, expressão frequente que muitos evocam. A “rua” pode estar associada à sede do município, mas não só a isso, uma vez que as pessoas da sede também utilizam tal expressão. Em geral, quando as pessoas da própria sede utilizam essa expressão, o termo está associado ao centro comercial, onde existe um maior fluxo de pessoas. Ir à “rua” é quase sinônimo de ir fazer compras ou resolver alguma questão de ordem econômica. É na “rua” onde se encontram o comércio, os bancos, as lojas de roupas e calçados, as farmácias, os postos de gasolina, as praças, os bares, as escolas (embora alguns desses serviços possam ser encontrados em alguns bairros ou em quaisquer outras localidades), as academias de musculação, o mercado e, mais recentemente, também é

possível encontrar a instalação de supermercados, que têm ganhado destaque em relação aos demais tipos de estabelecimentos comerciais mais simples.

Em todos esses lugares da “rua” as pessoas interagem e tomam conhecimento do que acontece na cidade, nas comunidades, nas localidades, nos bairros com a família de fulano de tal, com o político x, com a candidata y, com algum ou alguma sindicalista para tirar dúvidas de aposentadoria, por exemplo. Podem assim ficar “inteiradas” do que ocorre na política, no sindicato e na vida das pessoas que são amigas, colegas e conhecidas. Tudo isso na “rua”. Na “rua” é possível resolver pendências, realizar compras, frequentar escolas, receber benefícios, entre outras coisas. Como já falei anteriormente, as pessoas que moram mais afastadas do centro costumam se referir a este local, por Aracoiaba.

O comércio da “rua”, ao longo do período de um mês, experimenta momentos de alta e de queda. Isso ocorre devido ao pagamento de benefício de distribuição de renda, de aposentadorias e de salário de servidores públicos, que ocorre nos primeiros ou nos últimos dias de cada mês. Nos outros momentos o comércio é pouco “movimentado”, é “parado”; o volume comercializado é bem menor comparado aos demais dias.

É comum também que proprietários de terra morem na “rua” e se desloquem de carro ou moto para suas respectivas propriedades. Isso permite que haja cada vez mais intercâmbio entre os lugares, as localidades e as regiões. Algumas vezes também alguns agricultores, em especial os mais velhos ou os já aposentados deixam seus lugares para morar no centro da cidade. A comodidade dos serviços e a “segurança” são, em geral, os maiores motivos dessa mudança.

Venho mostrando aqui como se desenvolve a relação entre a cidade e o campo, mas não no intuito de mostrá-las em separado; quero trata-los de maneira relacional. Eles se inter-relacionam de diversas maneiras e movimentam fluxos de pessoas, econômicos, de produtos, de informação – seja esta a partir de conversas em lugares públicos (como calçadas ou praças), por meio de telefone, em trocas de mensagens em celulares ou computadores, pela internet.

Os fluxos entre as pessoas é bastante intenso: todos os dias, muitos se deslocam até a sede do município para realizar compras, resolver pendências, visitar amigos, entre outras atividades. Também pelo comércio se estabelecem conexões distintas entre o rural e o urbano, uma vez que frequentemente o comércio dos distritos é abastecido pelo comércio da sede do município ou ainda por meio dos caminhões das empresas e distribuidoras de bens e de alimentos vindos de Fortaleza, por exemplo.

Esse mesmo fluxo ocorre ainda entre os que moram em Aracoiaba e os que moram em cidades maiores como Baturité, município que ocupa posição de destaque no Maciço, frequentemente visto como mais “desenvolvido”. Todos os dias o fluxo de pessoas a este lugar é intenso, vindas de diversos lugares. A cidade de Baturité é frequentemente associada a um comércio mais diversificado e maior, suas lojas são tidas como mais elegantes, essa cidade também é associada a uma importância religiosa, devido à presença de monumentos e antigas edificações da Igreja Católica e de templos que não se encontram em alguns municípios. Paralelamente, ainda na região do Maciço, Redenção – cidade limítrofe a Aracoiaba – vem experimentando mudanças decorrentes principalmente da instalação de uma universidade pública federal e de atuação voltada para a integração de países lusófonos<sup>6</sup>.

São esses mesmos fluxos (de pessoas e informações) que possibilitam também uma inter-relação entre a cidade de Aracoiaba e Fortaleza. É assim que os valores associados à capital circulam por entre os moradores de Aracoiaba, atualizando reputações e forjando lugares morais, onde a associação à cidade grande possibilita uma positividade da família ou da pessoa, conforme já afirmado.

É perceptível e também discutível, não só em Aracoiaba como em outros lugares, o fato de que há casos em que os filhos acabam não seguindo a profissão dos pais. Brandão (2007) comenta isso em seu trabalho em que faz uma análise bibliográfica sobre o mundo rural: o fato de que “espaços urbanos tendem a ser cada dia mais o lugar de destino dos filhos dos homens e das mulheres da terra, quando não deles próprios” (p. 56). Isso mostra, além da tendência à migração, também o fluxo comunicativo que se estabelece entre os mais diferentes lugares, o que também acaba produzindo inevitavelmente algumas mudanças.

Ainda sobre a inter-relação entre os lugares, observo que nomeações positivas e negativas acerca dos diferentes locais que apresentei acima contribuem para que seja possível tratar essas instâncias como coisas integradas e relacionáveis. No caso específico e analisado, é bastante comum que donos de fazendas, terrenos e sítios morem na sede de Aracoiaba e frequentemente tenham que se deslocar até suas propriedades rurais. Do mesmo modo, o sindicato fica na sede do município, aonde os associados precisam se deslocar para as reuniões ou qualquer outra atividade que este promova, ou ainda para tratar de resolver qualquer problema.

É toda esta possibilidade de analisar de maneira conjunta o “rural” e o “urbano” que muitos pesquisadores e autores vêm tentando experimentar. Aquela análise convencional

---

<sup>6</sup> Trata-se da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a UNILAB.

presente nos momentos iniciais da Sociologia Rural a partir da visão dicotômica entre cidade *versus* campo tem sido cada vez mais superada pela noção associada a um *continuum* entre ambos, até chegar a uma concepção que mostre suas inter-relações (CARNEIRO, 2008).

Essa inter-relação observada nesses dois elementos aparece de maneira diferente em Comerford. O autor põe seu foco nas sociações, mantém atenção na dimensão das conversas, dos códigos e reputações morais de famílias e lugares, para estabelecer a interconexão cidade-campo. Isso faz com que suas considerações acerca dessa relação estejam associadas a uma dimensão mais pautada nas reputações dos lugares, pois analisando lugares morais, o autor consegue adentrar a uma dimensão mais subjetiva dessas concepções para além do que é tido como “rural” e “urbano”.

Quando se capta essa dimensão mais subjetiva sobre os lugares se consegue chegar às percepções nativas dos mapeamentos sociais. Nas etnografias realizadas por Comerford essas classificações e mapeamentos morais das regiões encontravam-se associadas a famílias do lugar. Segundo o autor, estavam mais associadas a uma dimensão moral do que econômica. Tenho observado que, em se tratando de Aracoiaba, a reputação vem sendo cada vez mais atrelada a aspectos de ordem econômica, à ascensão econômica de algumas pessoas ou famílias. Isso se dá muitas vezes decorrente de seu envolvimento com a política, tem servido para alterar padrões de riqueza – isso se evidencia, entre outras situações, em campanhas eleitorais cada vez mais caras, nas fachadas de casas cada vez mais modernas, nos automóveis frequentemente importados, no aumento do número de indústrias (facções), no crescimento e na modernização do comércio, no aparecimento dos primeiros supermercados e na agricultura, que aos poucos vai ganhando técnicas agrônômicas.

A reputação de lugares, deste modo, além de abarcar aspectos de ordem moral, encontra-se atrelada também a uma dimensão econômica relacionada aos moradores e famílias da região. Como já afirmei acima, a cidade vem experimentando mudanças em diversos aspectos da vida econômica. Considero que essas mudanças também afetam o padrão de relação entre as pessoas, uma vez que o padrão mais tradicional, marcado pelos valores de ordem moral, vem dividindo espaço com a racionalidade mais monetarizada, calculista, preponderando maior centralidade na importância que o poder econômico pode impor às variadas relações. É provável que essa mudança venha ocorrendo e se intensificando cada vez mais.

Voltando à questão crítica do dualismo rural-urbano, percebe-se como outras questões têm sido trazidas pela Sociologia Rural. Por exemplo, Maria José Carneiro, articula a

contribuição de autores como Bourdieu e Mormont, para quem o “sentido operacional dessas categorias estaria justamente na sua utilização pelos atores sociais para classificar o mundo e a si próprios” (2008: 31). Sendo assim, observa-se como a identificação dos lugares de acordo com categorias operacionalizadas no cotidiano pelas pessoas pode ser um meio interessante de superação desse dualismo.

Uma perspectiva como essa, na Sociologia Rural, é importante porque traz meios para que se possa compreender os modos pelos quais os indivíduos captam, constroem e reconstroem o mundo social a partir dessas mesmas categorias, uma vez que elas são apreendidas socialmente e estão também relacionadas às ações, pois “orientam práticas sociais” (CARNEIRO, 2008: 31). Como se vê, uma tendência à superação da velha dicotomia parece já estar em curso, e segue por uma dimensão com foco nos agentes sociais.

De todo modo, meu empenho consiste numa aproximação à perspectiva indicada por Comerford (2014), de mapear os lugares morais, propondo ainda a noção de “rede”, para transpor a criticada oposição entre rural-urbano. Essa proposta se dá uma vez que o autor constatou em etnografias o quanto, pela sociabilidade, os contatos, as reputações e as classificações vão se atualizando e se refazendo nas conversas constantes e nos contatos espalhados numa área para além das divisões oficiais, aspecto que também observo em Aracoiaba.

Essa noção de “rede” em Comerford (2014) aparece de modo a indicar a conexão existente entre os diferentes lugares e é estabelecida a partir das muitas relações entre as pessoas. Em sua etnografia, o autor não estabelece uma análise extensa sobre essa noção, utilizando-a de maneira livre e demonstrando sua presença em diversos contextos do cotidiano. Faço uso do termo em um sentido qualitativo e seguindo os procedimentos de Comerford. Para uma análise mais detalhada sobre redes, conferir John Barnes (2010).

Carneiro (2008) no âmbito da Sociologia, aposta numa categoria analítica: a localidade. A autora considera que o termo pode ser útil em qualquer contexto, seja “rural” ou “urbano”. No entanto, apesar de sua proposta ser interessante, penso que a possibilidade de um mapeamento social e moral traz a oportunidade de conhecer e estar por dentro do meio social analisado, pois seguindo pelas categorias nativas, posso tentar apresentar a cidade e o campo pelo viés de alguns de seus moradores, acionando suas bússolas de navegação social.

Assim, embora a noção de localidade seja importante enquanto categoria analítica, minha opção por uma análise mais subjetivista faz com que eu opte pela atenção às categorias nativas. Enquanto a pretensão da pesquisa estiver situada no âmbito dos valores, das

classificações e dos significados, a opção continuará pela abordagem que siga pelas dimensões subjetivas acerca das práticas produzidas no âmbito do sindicato e da política.

Os fluxos e intercâmbios de pessoas e objetos materiais a que tenho me referido permitem formar uma rede de relações entre os variados espaços da cidade, independentemente de seu caráter “rural” ou “urbano”. É nessa rede que as relações se desenham entre as “localidades”, as “comunidades”, a “rua” e o “sertão”. É possível observar que estes não estão isolados, mas que antes, estão bastante interligados e assim parecem desejar estar.

Desse modo, o fluxo de pessoas, bens e significados entre os mais diversos locais (não importando aqui quais sejam) é capaz de formar uma rede de contatos levando a fortalecer laços e formando uma economia de bens simbólicos e materiais, onde aspectos da vida cotidiana circulam quase que livremente entre os agentes sociais.

### ***2.6.2. A terra de cada um: lugares, terrenos e plantações***

Esses lugares que venho descrevendo têm uma ligação com a política e o sindicalismo. Alguns lugares são frequentemente associados à figura de alguns políticos. A participação destes na política está muitas vezes relacionada ao seu pertencimento a uma família de inserção nesse mundo – o que descrevo se aproxima bastante da chamada política de reputação descrita por Bailey (*apud* COMERFORD, 2014). O que se faz necessário observar é que essa inserção no mundo político institucional na maioria das vezes está associada a aspectos de ordem econômica presentes na própria família, mas isso não é suficiente; outros aspectos persistem, como se pôde observar na seção anterior.

A “terra” que trago no título deste trabalho encontra-se relacionada ao lugar específico de um grupo ou de um indivíduo. É o lugar de origem de cada um, com o qual as pessoas se identificam. Essa expressão carrega certo ar de formalismo, mas nem sempre; tudo depende do contexto. A depender deste, a expressão pode inclusive estar associada a um grau de informalidade, ou mesmo de descrédito e desprezo. No título ela foi explorada em seu sentido mais positivo.

“Terra” pode não ser lugar de origem, mas tão somente o lugar onde se planta, onde se cultiva, ara e trabalha a terra, embora, na maioria das vezes a expressão mais utilizada associada a essa atividade seja “roça” ou “roçado”. Ir para a “roça” é praticamente sinônimo de ir trabalhar. Àqueles que são vistos como desocupados, diz-se em tom jocoso ou como



crítica para ir “procurar um roçado, pra plantar”. O “roçado” é lugar de trabalho, onde se planta e se consegue o sustento. Lá, nem sempre se olha para o chão, mas para o céu, na esperança e na dúvida se a chuva virá ou não. A expectativa de quem trabalha na roça é que haja o máximo possível de êxito: que a planta germine, que cresça, que vingue, que nenhuma praga ataque e que haja uma boa produção, que a planta dê legumes, frutos e verduras.

Agricultores e mesmo donos de fazenda estão frequentemente se perguntando se seus vizinhos já iniciaram a plantação. É como se eles quisessem ter a certeza sobre qual seria o melhor momento para se plantar, pois sempre há o receio de que a plantação não prospere. Algumas vezes ocorre de a planta germinar, crescer, alcançar certo nível de desenvolvimento, mas com uma eventual queda ou escassez de chuva, “no meio do inverno”, a planta pode vir a secar e morrer. Deste modo, a expectativa é sempre que o inverno “segure” do começo ao fim. Segurar é manter constante, nem chover demais, nem chover pouco.

O “bom inverno” é aquele, que numa medida ideal permite não só uma plena produção nos roçados, mas também garante “água correndo nos rios e riachos”. A paisagem, nesse contexto, também é afetada. Com o verde tomando conta do cenário, os “matos” e a “mata” estão maiores e verdes. Uma vez estando nos meses de verão, meses “secos”, a maior parte da mata encontra-se quase inteiramente sem qualquer folhagem. Também pode acontecer de o inverno não “segurar” e o “mato” se manter verde. Essas situações, em que a chuva não é tão intensa, mas o bastante para modificar a paisagem “seca” para uma paisagem em que as plantas passam a apresentar uma folhagem, “esverdeando” o cenário, tem sido comum chamar de “seca verde”, que consiste mais em um termo utilizado por técnicos do que pelos agricultores.

Quando é “tempo de chuva”, os agricultores perguntam-se constantemente se caiu chuva no terreno de fulano ou de beltrano. Também perguntam o que foi plantado, para posteriormente saberem se aquilo que se plantou está dando certo ou não. As informações sobre a terra fazem parte do cotidiano dos grandes e pequenos proprietários, que frequentemente vão ao sindicato, ou perguntam entre si na “rua” para também se informarem sobre a declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), sobre seguro-safra (como realizar seu cadastro e como fazer para ter acesso ao benefício em caso de “inverno fraco”, “pouco inverno” ou “seca”), entre outras coisas.

É em torno da terra que muitos assuntos giram, servindo inclusive de mecanismo de localização e referência. “Ali perto do terreno de fulano de tal” ou “na extrema do terreno de beltrano com sicrano”. As terras servem como referência, algumas vezes, para identificar

peessoas, como “Fulano da Oiticica”, “Beltrano da Chapada”, “Sicrano do Bairro”. Nesses casos, o lugar serve de referência para saber de quem se trata, quando num grupo têm-se pessoas com nomes iguais.

Dos assuntos relacionados à propriedade rural vem a noção de que alguém pode “possuir terras”, “ter terra” ou “terreno”. Essas categorias são frequentemente positivadas, podendo ser seguidas de exclamação, principalmente se a quantidade de terras em questão for grande. Não é incomum as pessoas perguntarem a quantidade de terra que alguém possui, mas para alguns essa pergunta pode trazer algum constrangimento, uma vez que se trata de falar de algo que faz parte da vida pessoal sobre a qual se possa especular. Nesses casos pode ser que a pessoa não diga a quantidade exata de terras que possui, afirmando possuir um valor inferior ou simplesmente afirmando que possui apenas um “terreninho”. Mas se na conversa a declaração exata da quantidade de terra não for interpretada como coisa que comprometa, fala-se normalmente sobre isso. Há contextos em que se costuma mostrar possuir um número elevado de hectares<sup>7</sup>, como nos casos em que este valor é acionado para assumir certo *status* ou posição na estrutura social.

Além do hectare, outras unidades de medida servem como referência. Algumas delas bastante antigas e seus nomes fazem alusão a unidades de medida portuguesas trazidas para o Brasil. Como essas unidades são utilizadas quase de maneira indiscriminada o valor de uma unidade pode variar no país, sendo algo próprio de cada região. Por exemplo, a Légua e a Braça (valem respectivamente, seis quilômetros e dois metros e vinte centímetros), e o Quadro (para áreas, vale para a relação trinta braças por trinta braças), são frequentemente utilizados tanto por agricultores como por fazendeiros. Braça e Quadro, em especial, são utilizados para medir roçados, nas áreas para plantio.

Também é no terreno onde se desenvolve a prática da pecuária. Fazendeiros, donos de terras e alguns pequenos proprietários também podem possuir algumas poucas cabeças de gado. Em geral, a prática se dá para a produção de leite, que pode ser vendido no comércio local, em embalagens plásticas de refrigerante reutilizadas. Mas também, o gado bovino pode ser vendido para abate de modo a ser consumido no mercado local. Outros animais como bodes e carneiros são criados, para consumo familiar ou comercial.

Abro um parêntese para falar resumida e genericamente sobre a produção local. Segundo dados do IBGE (Cf. Tabela em anexo), a produção do setor de serviços supera a agropecuária, e em Aracoíaba as indústrias vêm se tornando mais presentes, a partir das

---

<sup>7</sup> Hectare é uma unidade de medida oficial utilizada como referência pelo Estado. Um hectare é equivalente a 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), ou 10 km<sup>2</sup> (dez quilômetros quadrados).

fábricas de confecção. O gráfico também mostra como, diferentemente dos dados gerais sobre o Ceará, a agropecuária do município tem maior produção do que o setor secundário. Em todos esses setores permeiam inúmeros comentários sobre as relações de trabalho que se desenvolvem nesses ambientes.

Os assuntos sobre o gado e a criação - nome frequentemente dado aos animais de menor porte não domesticados - fazem parte do cotidiano vivido pelos pequenos proprietários. A preocupação ocorre quase sempre em torno dos períodos de vacinação contra a febre aftosa e demais doenças, além do preço de venda desses animais. Também circulam informações que se relacionam à reputação, como o estado desses animais, a qualidade de suas carnes, a quantidade de cabeças de gado que alguém possui etc. Esses elementos atuam no âmbito das reputações das pessoas.

O espaço físico que as pessoas habitam é modulado pelos diferentes tempos: a chuva, a seca e a produção agrícola gera temporalidades distintas, marcando uma espécie de calendário paralelo ao oficial. Essa dimensão é mais comum entre os agricultores, que guardam na memória e conseguem afirmar com exatidão quando ocorreu um “ano de seca”, “de inverno bom”, “de inverno fraco”, de anos passados.

A safra também forma uma espécie de outro calendário. Os tempos do caju, da goiaba, da manga, do milho etc. mostram não só períodos em que se tem uma safra específica mas também dão amostras da produção agrícola local, seja nos pequenos ou nos grandes terrenos, além de serem marcados por práticas diferentes.

Nos roçados dos agricultores e pequenos proprietários há, frequentemente, a plantação de milho, feijão e fava. Em tendo “bom inverno” e se tudo vinga, parte do que é produzido é entregue ao proprietário no caso do plantador se tratar de um “rendeiro”. Sendo um pequeno proprietário, a produção certamente será consumida, mas podendo também ser vendida ou trocada por outro alimento.

O “rendeiro” em si daria uma ótima análise sobre as relações que acontecem no campo e há uma ampla discussão sobre a questão do arrendamento da terra e as condições de trabalho desse agente social e de sua dependência em relação ao proprietário. Neste trabalho, os limites dos objetivos não me permitem ir mais além e me dedicar a uma maior análise dessa figura.

No município há ainda a produção mais “moderna”, não só pela utilização de máquinas agrícolas, como também pelo fato em se utilizar de algumas técnicas agronômicas em vastas áreas. Algumas outras fazendas têm pouca produção, apesar da extensão que

abarcam no espaço agrário local. Esse mesmo espaço agrário também é composto de sítios, algumas vezes pequenos e com plantações de frutas.

Aliás, é preciso ainda que se faça uma diferenciação que por vezes ocorre. É que o termo “fazenda” geralmente está associado a uma grande propriedade que conta com uma estrutura física e técnicas agrícolas, mas também que proporciona conforto e bem-estar a quem chega. Enquanto “terra” ou “terreno” podem estar associados a um espaço físico sem as melhorias típicas das grandes fazendas. Mas em outros momentos os três são postos como referência de que se tem imóvel rural, sendo apresentados quase como sinônimos. Disso vem a figura do “fazendeiro”, do “dono de terreno”, “dono de terras”, frequentemente valorizada.

A plantação de sementes como o milho, o feijão e a fava centra-se nos meses iniciais, quando as primeiras chuvas começam a cair. Essas primeiras chuvas são decisivas, pois tocam nas expectativas e até na autoestima dos agricultores, que veem esperança de boa colheita, decorrente não só da chuva, mas de todo o trabalho empregado.

Até que toda a plantação cresça, o agricultor frequentemente mantém-se apegado à crença religiosa, na maioria dos casos, a católica, reservando constantes orações para que possa vir a ter “um bom inverno” capaz de “segurar” a plantação até o fim, e que ele venha a ter uma boa colheita. Esta, em geral, culmina nos meses de maio, junho e julho. A alegria e a celebração de uma boa safra se confundem com os festejos dedicados a santos católicos, no mês junino.

### 3. A CIDADE NO “TEMPO DA POLÍTICA”

#### 3.1. O “Lugar Onde os Pássaros Cantam”

Tratarei agora do município num sentido mais geral. A cidade de Aracoiaba está localizada a cerca de setenta quilômetros de Fortaleza - CE. Encontra-se encravada na Região do Maciço de Baturité, região serrana que também inclui em sua área uma extensão não contemplada por suas grandes serras. Este aspecto faz com que seja possível encontrar um cenário de contrastes dentro desse território, por exemplo, entre as montanhas verdes e a mata seca das planícies; a fria temperatura das noites das cidades da serra, com o tórrido calor dos dias e das tardes experimentados pelos habitantes das cidades que se situam ao pé da serra ou distante desta – A cidade em destaque se encontra entre este segundo grupo de cidades.

No município de Aracoiaba não há muitos documentos ou fontes históricas preservadas e acessíveis acerca do processo de formação da cidade. Há sim alguns poucos trabalhos que numa abordagem factual procuram fazer um relato dos acontecimentos, principalmente a partir da visão de grupos socialmente dominantes, construindo uma imagem em torno da figura dos “grandes homens” e seus “grandes feitos”. São fontes em que genericamente são contados aspectos históricos, como o fato de Aracoiaba ser oriunda do desmembramento de Baturité, no fim do século XIX; dados acerca dos primeiros padres e das primeiras devoções; elementos sobre a origem de certas famílias e a passagem de figuras nacionalmente conhecidas pela cidade ou sobre a presença de cidadãos aracoiabenses “ilustres” em eventos importantes.

Alguns aspectos históricos permeiam o imaginário local de forma quase mítica no que diz respeito à formação da cidade, como a história de um senhor que com sua canoa prestava serviços atravessando as pessoas de uma margem à outra do rio que corta a cidade e lhe dá o nome de Aracoiaba – este fato seria responsável pela formação do primeiro nome da localidade: Canoa.

Goldman em sua pesquisa sobre o movimento negro de Ilhéus, na falta de dados etnográficos e a partir de Richard Handler, questiona aquilo que determinadas análises chamam de conhecimento histórico ou descrição “objetiva” de determinado “contexto”. Para ele isso “consiste na maior parte dos casos em um conjunto de práticas retóricas objetivantes que procuram *impor* uma série de interpretações como ‘fatos’ supostamente objetivos e indiscutíveis” (2006: 207). O autor considera, ainda seguindo os comentários de Handler, que

“deveríamos evitar recorrer a falsos ‘panos de fundo como prelúdio de algum tipo de análise sincrônica...” (idem, p. 208). Por esse motivo, tal como fez Goldman em seu trabalho (Op. cit.), aqui faço apenas algumas indicações sobre a cidade e o sindicato em questão, em torno de aspectos que considere relevantes.

Seu nome significa, conforme amplamente é divulgado, “lugar onde os pássaros cantam” e sua população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é estimada em pouco mais de vinte e seis mil habitantes, tendo algo mais de vinte um mil e seiscentos eleitores aptos a votar. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M, 2010) é de 0,615, aspecto que coloca a cidade entre o grupo classificado como médio (IBGE, 2014; BRASIL, 2014).

A vida política da cidade é, desde os fins da década de setenta, marcada pela predominância de dois grupos políticos na disputa pela prefeitura. Liderada por chefes que se alternaram no poder, a cidade tem dois políticos que por três vezes foram eleitos prefeitos, cada um. A prefeitura, assim, quando não esteve ocupada por eles pessoalmente, esteve ocupada por alguém vinculado a um dos grupos.

Um aspecto interessante dos grupos políticos locais, é que, em geral, famílias inteiras são vinculadas a grupos políticos. Utilizo o verbo ser, em detrimento ao estar, porque algumas vezes pode ocorrer da vinculação perdurar muitos anos, atravessando gerações. Esta ação é vista como positiva, pelo político que a interpreta como lealdade. Para as pessoas em geral, esta prática pode ser positiva ou negativa, uma vez que tanto pode estar associada à fidelidade ao grupo, como a depender de quem seja, a pessoa pode ser descrita como alguém que é enormemente dependente de tal político e que por isso mesmo fica bajulando, aproveitando-se do vínculo em benefício próprio. Esse tipo de pessoa frequentemente é chamado de “babão” – figura sobre a qual já comentei anteriormente no tópico *Mapeando Lugares, Analisando Reputações*.

É preciso indicar ainda que este quadro pode não ocorrer. Algumas vezes a família, pais e filhos, podem estar divididos no apoio a candidatos diferentes. E isso pode se dar por questões ligadas aos vínculos, a bens a serem retribuídos. Algumas vezes essa atitude gera conflitos internos bastante intensos, mas em outros casos, isso não ocorre pelo fato de a política não ser uma temática tão presente na vida da família. Essa não unificação do voto na família aparece com maior frequência e de maneira muito menos conflituosa nos votos para vereador, deputado e senador. Essa divisão pode gerar interpretações negativas, podendo ser

questionada dentro do grupo, mas pode em certos momentos ser vista como útil, pois ao final é interpretada como mais um voto conquistado.

Antes de tratar dos grupos políticos atuantes no município, quero chamar atenção para a categoria “tempo da política” – presente na cidade de Aracoiaba, enquanto categoria nativa, já bastante discutida por Moacir Palmeira, antropólogo que estudou trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro (especialmente em Pernambuco) durante anos. Um dos elementos da problematização que serviu de base para suas pesquisas sobre voto e adesão a grupos políticos ou facções está relacionado à observação feita, entres aqueles trabalhadores, sobre algo que lhe chamou atenção - o fato de votarem exatamente em candidatos que estariam, digamos assim, vinculados a interesses de seus patrões ou mesmo que seriam seus próprios patrões. Parte da resposta para a dúvida do autor está relacionada aos vínculos estabelecidos entres trabalhadores e políticos, transformados em votos nesse “tempo”.

O autor também comenta, em um de seus artigos em que faz uma espécie de revisão acerca da sua produção, sobre a categoria “tempo da política”. É aqui que Palmeira (2002) busca tratar da temporalização, isso porque ele afirma que em meio às comunidades analisadas tudo era temporalizável. Assim, “a sociedade não é dividida em parte, ou em ‘esferas’ ou ‘espaços’, como se tornou mais adequado enxergá-la em nosso *tempo* acadêmico contemporâneo, mas em *tempos*” (PALMEIRA, 2002: 175 – Grifos do autor).

Palmeira se refere ao fato de que, dentro dessas sociedades, certos aspectos ou eventos importantes acabam marcando e sendo destacados. Esses mesmos tempos podem não ser regulares, mas alguns são, como o *tempo da política*. Aqui chegamos a outro ponto identificado pelo autor, que ao deparar-se com comunidades do sertão nordestino viu, no âmbito da temporalidade, uma referência da “política” ao período eleitoral. Daí a existência de um tempo próprio para esse período.

Constato, em Aracoiaba, semelhantes elementos encontrados por Moacir Palmeira, com o “tempo da política”, ou simplesmente “política”, associado ao período em que ocorrem as campanhas eleitorais, mas mais que isso, quando certas práticas, relações, conflitos e divisões acontecem. Os tempos e as situações contextuais demonstradas pelo autor ajudam-nos a compreender como funciona esse tempo (no nosso caso, o da política) e o modo como os tempos operam numa dada sociedade, reconfigurando relações sociais entre vizinhos, parentes, amigos etc., criando relações, mas também lugares de evitação, dividindo a sociedade entre estes e aqueles, nós e eles; enfim, forjando verdadeiras facções políticas que se dão pela adesão ao grupo por uma escolha política, o voto. Há ainda a expressão: “tempo

das campanhas” que aparentemente está mais restrita ao período das divulgações das candidaturas.

Percebe-se também que a atenção de Moacir Palmeira dá-se sobre as definições e as categorias nativas. Vê-se a preocupação na busca por “navegadores sociais” de referência, utilizados pelas pessoas. Ele pretende imergir nas relações cotidianas que na “política” são acionadas ou interrompidas num período específico e faz uma análise especial desse período (tempo). E aqui é possível encontrar com o principal objetivo da Antropologia da Política, que é etnografar a política a partir daqueles que a vivem e a praticam, como já foi afirmado antes.

Mas o “tempo da política”, como o próprio autor demonstra, não é o único com a referência a essa categoria “trata-se menos de estabelecer um desenho de qualquer temporalidade e mais de descrever ou de postular um conjunto de atividades adequadas e um ritmo próprio à sua consecução em um determinado momento” (2002: 172). Deste modo, “trata-se de criar um tempo próprio para o desempenho de atividades consideradas importantes para a sociedade” (p. 173). Além disso, as categorias facção e adesão, que o autor utiliza, possibilitam analisar o contexto social e político em que vivem os moradores, os sindicalistas, os políticos e os grupos que atuam na cidade.

A dimensão das categorias facções e adesão, como se verá, está presente em Aracoiaba a partir de expressões do tipo: “O pessoal do Ary ou da Marilene”, que pode ter conotação pejorativa, ou a partir de uma expressão que acaba por demonstrar a divisão existente, quando se diz que alguém “é do lado do Sérgio”. A ideia de uma sociedade dividida em “lados” também aparece quando a fala se refere a alguém que tenha mudado de grupo político “foi pro lado do Sergio, do Ary ou da Marilene”.

Os sindicalistas rurais e a população em geral desdobraram-se no apoio a alguns desses nomes. Aqueles manifestam seus apoios participando de campanhas eleitorais. Isso quer dizer que eles se envolvem mobilizando votos de conhecidos, seja entre os associados do sindicato, entre vizinhos ou entre amigos.

### **3.2. Gafanhotos, vampiros e minhocas**

Agora volto a tratar das facções políticas da cidade. Os grupos locais são liderados por Marilene Campelo Nogueira e Ary Ribeiro Teixeira. Ela é advogada, proprietária de terras e de gado e sempre esteve filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tendo mudado recentemente para o Partido Social Democrático (PSD). Antes de ser prefeita foi



vereadora, tendo ocupado posteriormente o cargo de vice-prefeita exatamente quando Teixeira fora prefeito; também já fora professora. Ele é médico e dono de terras, já esteve filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), ao extinto Partido da Frente Liberal (PFL), ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pertence atualmente ao Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Por volta do início dos anos dois mil, surge o nome do auditor fiscal e também proprietário de terras, Sérgio Silvestre de Oliveira – inicialmente ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), mudou-se para o PROS, e hoje se encontra filiado ao PDT. Vem desde as eleições de 2004 se candidatando ao cargo de prefeito sem lograr sucesso. Oliveira surge no cenário político local sem ter galgado uma “trajetória política” como secretário ou vereador, como se faz tradicionalmente no campo político (MIGUEL, 2003). Em outro momento, surge rapidamente o nome de Francisco Marcio de Oliveira Luz, então pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), médico que logo saiu do cenário político local, tendo gozado de algum capital político após se apresentar como sendo um “perseguido” de Marilene Campelo Nogueira.

Como se pode imaginar, trata-se de uma política marcada pela presença de bacharéis. Essa tradição bacharelesca na política faz com que frequentemente sejam chamados de “doutores” e em alguns casos, a depender do contexto, seus nomes podem ser ocultados, como no caso de Marilene Campelo, para se falar simplesmente “doutora”, e já se saberá de quem se trata. Na gramática local, “doutor” parece ser uma espécie de pronome de tratamento dado aos que ocupam uma alta posição de comando e influência. Também tem sido bastante utilizada a expressão “professor/a”, como forma de tratamento para professores ou algumas pessoas com formação superior e de classe média. É preciso considerar ainda que, por vezes, tanto o tratamento de “doutor” como o de “professor” dispensam qualquer formação superior específica que as expressões parecem exigir.

Os grupos de Nogueira e Teixeira, até alguns anos atrás, eram reconhecidos respectivamente, pelos apelidos “gafanhoto” e “vampiro”. Esses termos são utilizados tanto como uma referência a si como ao outro (sendo mais frequente esta última, ou seja, em geral, as pessoas usam esses termos para se referirem ao outro). O termo pode ganhar cargas significativas diferentes, a depender da circunstância e do modo como é empregado. Assim sendo, pode ser sinônimo de deboche, desdém, ironia ou ira (“Vamos acabar com esses Vampiros/Gafanhotos!”, “Esses Gafanhotos...”), mas também pode ser tomado para si em comparação, contraposição e superioridade (“Eu sou é Vampiro/Gafanhoto!), ou quando em comícios ou carreatas são apresentados desenhos em bandeiras, cartazes ou qualquer outra

coisa que carregue consigo (por meio de figura, pintura ou desenho) a ideia de um vampiro atacando um gafanhoto e vice-versa, ou ainda o sinal gráfico de “proibido” sobre a imagem de um gafanhoto ou vampiro. Esses são alguns exemplos<sup>8</sup>.

Pouco se sabe sobre o processo de formação desses apelidos e, ao que parece, eles remontam, a grupos anteriores que passaram pela cidade; é como se os atuais, fossem espécies de “herdeiros” desses apelidos. A tradição parece ser relativamente forte, tanto que o fato novo na configuração da política local, a aparição de Oliveira na política, fez com que um novo “apelido” surgisse: “minhoca”. O termo é uma referência ao grupo do líder que reivindicava que a cidade nunca tivera um “filho da terra” como prefeito. Este aspecto se transformou em motivo para humor, piadas e brincadeiras quando pessoas, provavelmente aquelas que não integram seu grupo, passaram a afirmar que “filho da terra é a minhoca”<sup>9</sup>.

No entanto, a cada nova eleição vejo que essas expressões estão caindo em desuso. Cada vez mais os grupos que esses políticos integram são chamados pelo número da sigla a que estão filiados; então, atualmente, é mais comum se ouvir: “Eu sou 15!” ou “Aqui só tem 40!” ou ainda, “Eu voto é no 45!”. Esse processo de mudança coincide com a inserção da urna eletrônica, onde o voto é condicionado à digitação do número do candidato (que é o número de seu partido) na urna – as pessoas em suas falas pouco parecem fazer referência ou associação do partido ao número do candidato propriamente dito, mas associam o candidato ao número.

Atualmente, Antônio Claudio Pinheiro (PSDB) é o prefeito do município de Aracoiaba. Na eleição de 2012 ele foi apoiado pela então prefeita Marilene Campelo Nogueira (PSDB), quando ele ainda era vereador. Naquela eleição, além de Sergio Silvestre de Oliveira, outro candidato de oposição era Ary Ribeiro Teixeira (PMDB), que saiu vencedor do pleito, mas não pôde assumir o cargo em decorrência da aplicação da chamada Lei da Ficha Limpa. Sua candidatura foi impugnada por decisão monocrática no Supremo Tribunal Federal (STF), mesmo após ter sido aprovada no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) – fato que fez com que o candidato mantivesse sua candidatura. A decisão final saiu após os resultados das urnas e, conseqüentemente, dos rituais de comemoração, como as carreatas e passeatas celebradas com fogos, bandeiras e músicas de candidatos eleitos ou derrotados

---

<sup>8</sup> Sobre o imaginário da política é possível citar Raoul Girardet (1987) que analisa o contexto histórico europeu, para pensar em constelações mitológicas e no imaginário que projeta figurações sobre a política e o poder. Sua utilização neste debate possibilita pensarmos significações acerca do poder, a partir de referências ao reino animal.

<sup>9</sup> Em Montenegro (1980) percebemos a presença desses apelidos na política cearense e na brasileira, de modo geral, a partir dos grupos dos Chamangos e Carangueijos. Ver também Cordeiro (1997).

(como sinônimo de deboche). Após o resultado, não mais o das urnas, mas o dos tribunais, a comemoração trocou de lado e Pinheiro acabou assumindo a Prefeitura local. No entanto, atualmente, o grupo que chegou ao poder com o atual prefeito e que integra sua gestão atual rachou em meio a disputas internas, ficando de um lado Nogueira e de outro Maria Valmira Silva de Oliveira, atual vice-prefeita e seu esposo Wellington Nonato da Silva, reeleito vereador e escolhido presidente da câmara municipal.

Estes dois últimos são relativamente novos na política local, detentores de enorme capital econômico, mas contam com pouco capital político, a não ser pelas relações de vínculos e de “ajuda” que desenvolvem entre setores da população de baixo capital econômico. São pais de um popular líder de banda de forró eletrônico – Wesley Safadão. Há três pleitos eles vêm disputando e ganhando cargos na política local, sendo que ela foi quem primeiro entrou no mundo da política.

Na última eleição, Wesley Safadão participou da campanha do PSDB local cantando o *jingle* da chapa em que sua mãe concorria como vice-prefeita. Paralelamente, o principal candidato de oposição usava outro aracoiaabense “famoso”, igualmente cantor de uma banda de forró, talvez com um pouco menos de reconhecimento que o outro; trata-se de Vicente Nery, que cantava uma música usada na campanha de Teixeira, do PMDB.

Os *jingles* usados pelos políticos locais, assim como em outros lugares, costumam ser, na verdade, paródias de músicas que estejam fazendo sucesso, naquele momento. A estratégia costuma ser bastante eficaz, uma vez que associa uma letra (com referências à candidatura) adaptada a um ritmo e a uma melodia já bastante conhecida pelas pessoas em geral; era o caso de um *jingle* de Silvestre que trazia o paraibano radicado no Ceará, Chico Pessoa, que cantava uma de suas canções adaptada para ser a canção deste candidato. Algumas poucas vezes também são utilizadas músicas originais sem qualquer alteração, mas com intenções políticas de atingir o candidato, a chapa ou o grupo político opositor. Também pode ocorrer o contrário, supervalorizando o grupo político que promove a divulgação da música no carro de som.

É comum o uso da expressão *pessoal do* ou *pessoal da*. Ela remonta às pessoas que apoiam certo candidato(a)/político(a), formando um grupo cuja pertença implica na ligeira e imediata oposição ao outro, a opção ou “adesão” (GOLDMAN; SANT’ANNA, 1996). Portanto, atua pela automática exclusão de pertencimento ou de integração ao outro grupo e é genericamente assim que alguém se torna um opositor, condição que em alguns casos pode equivaler a ser inimigo.

Como dito antes, é possível afirmar que o termo “pessoal da/o” seja a forma equivalente da expressão “facção”, que Palmeira (2002) analisa. O termo é utilizado quando se quer fazer referência às pessoas do grupo político como um todo e parece servir para “fechar” conclusões generalizantes acerca não só dos envolvidos diretamente com as campanhas, como os eleitores por extensão, mas em especial aqueles mais atuantes nas campanhas, que são aberta, conhecida e declaradamente votantes de algum candidato.

Em geral, após essa expressão é comum observarmos alguma adjetivo, para afirmar que o “pessoal da/o” possui certa característica. Também é comum que a mesma seja utilizada para afirmar que certo grupo vai realizar algum feito, como passeata, carreata, ou qualquer outra manifestação de outra ordem: “o pessoal de Fulano vai fazer uma carreata”.

Na cidade, alguns lugares, localidades e bairros e também algumas pessoas passam a ser caracterizados em torno de grupos políticos aos quais pertencem. Nessas situações, é comum as pessoas pararem de se visitar, diminuírem a proximidade umas com as outras, evitarem certos lugares ou espaços, mesmo os públicos. São comuns relatos e “causos”, e se pode passar uma tarde toda ouvindo alguém contar sobre pessoas que chegaram às vias de fato e outras que realizaram altas apostas em certas candidaturas e acabaram perdendo terras, gado e/ou automóvel.

Sobre esses lugares a que me referi no parágrafo anterior, eles estão relacionados aos vínculos políticos (sejam eles quais forem) a que cada agente social está associado. Esses vínculos asseguram relações e conflitos dentro, fora e entre grupos distintos, como se as coisas se desenvolvessem em torno de um “nós contra eles”.

Desse modo, saber sobre o “pertencimento”, o lugar, a posição e o posicionamento de cada um ante a política torna-se um importante meio de navegação social para as pessoas que moram em Aracoíaba, para os que desconhecem essas peculiaridades, mas também para o pesquisador, uma vez que ter conhecimento desses caracteres pode ser um ótimo instrumento para evitar conflitos maiores ou situações constrangedoras e de embaraçamento<sup>10</sup>, como por exemplo, criticar algum candidato na presença de um eleitor daquele.

---

<sup>10</sup> Erving Goffman, segundo Martins (2008) deu importância às situações de embaraçamento. Embora Goffman não se refira à situação de pesquisa, é possível afirmar que, a centralidade do embaraço aparece porque o mesmo é visto como uma ocasião desconfortável por uma pessoa que se vê diante de uma determinada situação, “tal sentimento deriva de um descompasso entre a projeção social realizada por um indivíduo e eventuais acontecimentos que podem emergir durante o desenrolar de uma interação que a contradiz” (MARTINS, 2008: 140). O embaraço acaba sendo, de algum modo, o elemento que expõe o que há por traz das interações, uma vez que isto se revela na medida em que os atores buscam evitar quaisquer ações que os coloquem em condição de embaraçamento.

Outro elemento definidor da participação em grupos políticos está associado àquilo que as pessoas chamam de “perseguição”. Esses grupos políticos são frequentemente acusados de fazer “perseguição”. A “perseguição” é a prática em que lideranças políticas ou pessoas bastante próximas a estas realizam incursões e ameaças sobre funcionários públicos. O objetivo é dificultar o trabalho destes, podendo chegar ao ponto deles pedirem demissão, ou ainda mudarem para o grupo político que governa e realiza tais práticas, ou simplesmente, que a referida “perseguição” continue até que se mude o grupo político. Essas práticas podem não se restringir à administração pública, podendo adentrar em relações privadas, com o mesmo intuito de demonstrar possíveis poderes que o grupo ou seu líder possui<sup>11</sup>. Alguns tentam se proteger dessa ameaça se resguardando e pedindo apoio ao grupo político opositor.

### **3.3. A liberação do voto no “tempo da política” em Aracoiaba**

Durante os momentos iniciais das campanhas políticas municipais, deparei-me algumas vezes, seja conversando com pessoas que moram na cidade ou ouvindo pessoas falarem a respeito, com o uso de uma expressão referente ao fato de alguém ter sido “liberado para votar”. É bastante provável que eu mesmo a tenha pronunciado em qualquer momento tal expressão, isso não vem tanto ao caso. O fato é que, de início, não lhe dei a ela a importância devida, pois pensava tratar-se de uma definição corriqueira, que alguém dá no momento de uma conversa informal.

A tal expressão foi me chamando atenção em conversas, quando alguém afirmava que certo político havia sido “liberado para votar” por alguma liderança local. Tive receio em utilizá-la, mas a deixei “guardada”, como que fermentando à espera de outras ocasiões em que ela pudesse ou não ocorrer.

A importância maior dada a tal categoria me veio após a publicação de uma informação no perfil da página de relacionamentos Facebook pertencente ao vereador Marcos. Este usava exatamente a expressão: “liberado para votar”. Nesse momento passei a me dedicar a analisar essa categoria nativa.

---

<sup>11</sup> Alguns desses aspectos aparecem em estudos políticos representados a partir das máximas: “Aos amigos, tudo. Aos inimigos, os rigores da lei” ou “Aos amigos, favores. Aos inimigos, a lei”. Frases associadas, respectivamente, a Getúlio Vargas e a Nicolau Maquiavel.

Em outro momento essa categoria apareceu de forma curiosa, quando foi utilizada por um rapaz que mantinha colados adesivos de dois candidatos no pára-brisa de seu carro. Quando alguém que certamente conhecia o grupo ao qual o motorista pertencia lhe fez a seguinte indagação, apontando para um dos adesivos: “Mas esse aqui não é o candidato do Antônio Cláudio<sup>12</sup>?”. A resposta dada foi: “Não, mas ela [Campelo] liberou!”. Foi aí que pude perceber que a categoria “liberado para votar” não ocorria somente entre políticos e lideranças, mas permeava a política como um todo, já que incluía os eleitores. Este aspecto se tornou ainda mais clarividente quando um homem chegou a me contar que o líder político do grupo ao qual ele pertence (esse homem falou que já fora “ajudado” por tal político), pediu voto somente para um de seus candidatos a deputado federal, *liberando-o* para votar em quem quisesse.

A liberação, no modo como tenho identificado, acontece no “tempo da política”. De maneira geral, o político indica para o eleitor um ou dois candidatos específicos em quem se deve votar (para os cargos de deputado federal e estadual, em geral), “liberando” seu grupo para votar nos demais cargos. Não por acaso, observei na cidade maior intensificação e acirramento justamente nas campanhas para os cargos de deputado federal e deputado estadual – a quantidade de carros de som e a intensidade na divulgação de campanhas, evidenciavam isso. É preciso lembrar que essa “liberação” também pode ocorrer entre um grupo de político, como se verá adiante, e não somente na relação político-eleitor.

Palmeira (2002) comenta sobre a categoria nativa *tempo da política*, mencionada acima, que de início ele achou tratar-se da manifestação de um “regionalismo”, algo próprio da população camponesa do Nordeste – onde ele pesquisava. Mas descartou tal possibilidade, uma vez que semelhante associação fora também encontrada por Beatriz Heredia, no Rio Grande do Sul. Essa categoria também está presente em Aracoiaba, com significado bastante próximo ao encontrado por Palmeira e Heredia, conforme já foi dito acima. Ou seja, “tempo da política” também é categoria nativa entre aracoiabenses, assim como “política” e “época da política” também o são, e surgem como equivalentes àquela primeira expressão.

### 3.3.1. *Quando políticos são liberados*

Aracoiabenses,

Dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (*sic*) como Vereador, para

---

<sup>12</sup> Pinheiro não apoiava os mesmos candidatos que Campelo apoiava.

esclarecer que não rompi com meu grupo político. Continuo sendo do grupo de João, ele sempre terá meu apoio. Antes de firmar meu apoio ao Deputado Estadual Alberto e seu Deputado Federal Joaquim, conversei com Dr. João que sem problemas me liberou. [...]

O meu apoio a outros Deputados diferentes dos seus, não significa divisão do grupo, a vitória eleitoral destes candidatos a quem hoje darei meu apoio, só fortalecerá o grupo. Serão representantes de nosso povo, que lutarão pelo interesse dos Aracoiabenses, estarão vindo para somar e não dividir.  
**PORQUE APOIO ALBERTO E JOAQUIM?**

Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1ª eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares. [...]

Portanto, que fique claro, que meu apoio a esses dois Deputados não é financeiro e sim o compromisso social que os dois prometem realizar em nossas comunidades.

Agradece,

VEREADOR MARCOS

(Texto publicado pelo perfil do Vereador Marcos na página de relacionamentos Facebook, no dia 23 de Agosto de 2014)

A liberação do voto realizada pelos líderes em relação aos políticos que pertencem a seu grupo pareceu para mim, nos momentos iniciais, associada a uma ação que pudesse estar centrada exclusivamente no grupo ao qual o “liberado” pertence, no âmbito local, quando na verdade, tal liberação também pode está associada a uma rede de contatos externos à cidade. Antes de me deter sobre a questão do “liberado” eu imaginava que aqueles que apóiam candidatos externos a seu grupo eram “livres” o bastante para tomarem sozinhos esse tipo de iniciativa, sem quaisquer problemas com o grupo a que se pertence, nem precisar dar maiores explicações – uma vez que se trata não da eleição local, mas das eleições gerais.

Inicialmente, no texto do vereador chama atenção a necessidade de esclarecimento pelo fato dele não estar apoiando os candidatos de seu grupo, como se quisessem esclarecer qualquer mal entendido ou confusão, já que o “natural”, o esperado, aquilo que obedece às expectativas locais seria o vereador apoiar os candidatos de seus grupos. O vereador tenta acabar com qualquer rumor afirmando e reafirmando seu pertencimento: “Aracoiabenses, Dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (*sic*) como Vereador, para *esclarecer* que não rompi com meu grupo político. Continuo sendo do grupo de João, ele sempre terá meu apoio” (Grifo meu).

Também é interessante observar o tom de discurso ao público que a postagem confere, em especial pelo adjetivo gentílico “Aracoiabenses”, ao mesmo tempo generalizante, mas também direto, por atingir aqueles que se identificam como tal. Após isso, a frase: “dirijo-me a todos vocês, a quem devo meu pleito (*sic*) como vereador” parece inclusive justificar a publicação da mensagem e a intenção de findar qualquer mal-entendido. O trecho

também traz consigo ares de “democrático” e de “transparência”, afinal, reforça a noção de que seu mandato de vereador pertence ao povo, que o elegeu, e que, portanto, lhe deve atenção dirigindo-se não só aos seus eleitores, mas aos aracoiabenses de modo geral.

Ao fim, ele conclui de uma maneira enfática afirmando que não rompeu com *seu* grupo e que não só continua pertencendo ao grupo político de Doutor João, como também afirma que este sempre terá o seu apoio. O trecho demonstra a preocupação em associar sua pessoa àquele grupo acima de tudo, sua adesão, pertencimento.

A publicação na página do perfil do candidato e a conversa que tive com ele apontam exatamente para um aspecto em que o apoio que é dado se dá sob a circunstância de um conjunto de vínculos, numa espécie de rede de dons e contra-dons – rede de reciprocidades (FICK, 2006), de dívidas morais, políticas etc, envolvendo o político e o candidato por ele apoiado e retribuições em torno de apoios dados e recebidos: “Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1º eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares”.

No segundo trecho é quando ele começa sua explicação sobre o fato de estar apoiando distintos candidatos de seu grupo. Em um primeiro momento ele afirma que o seu apoio “a outros Deputados diferentes dos seus [de Doutor João], não significa divisão do grupo, a vitória eleitoral destes candidatos a quem hoje darei meu apoio, só fortalecerá o grupo”. Nesse momento sua preocupação se volta para o grupo ao qual pertence, com um tom de justificativa, como que negando a possibilidade de que o mesmo se prejudique, se esfale ou não fique bem em decorrência de sua atitude. Ele passa a afirmar exatamente o contrário do que se poderia imaginar, que ter um grupo em que as pessoas apoiam candidatos diferentes vem, na verdade, a fortalecer esse mesmo grupo, pois valoriza a população, que contará com mais representantes. Também expõe que uma vez eleitos, os deputados “serão representantes de nosso povo, que lutarão pelo interesse dos Aracoiabenses, estarão vindo para somar e não dividir”. Novamente a associação a uma dimensão democrática aparece, desta vez como justificativa do ato, afirmando que seus candidatos representarão o povo aracoiabense lutando pelos interesses deste. Finaliza tentando mostrar que o ato de apoio vem para “somar” – na conversa que tivemos, o vereador se utilizou dessas mesmas justificativas, afirmando que o apoio a candidatos diferentes dentro de um mesmo grupo beneficia a cidade, que passa a ter mais políticos com quem contar na Câmara dos Deputados ou na Assembleia Legislativa (novamente uma dimensão facilmente associável a dádivas, reciprocidade).



Também são expostos os motivos que o fazem apoiar um dos candidatos: “Meu apoio ao Deputado Alberto vem desde a sua 1º eleição para deputado, que depois de eleito não abandonou o povo de Aracoiaba. Nestes 4 anos de mandato sempre esteve presente. Através dele consegui duas Emendas Parlamentares”. Na entrevista dada ele explica isso de maneira mais clara: afirma que o candidato o procurou (à época Marcos não era vereador, candidatara-se, porém perdera) pedindo apoio político para a divulgação de sua candidatura. Marcos me informou que recebeu dinheiro apenas para a manutenção de material de campanha, do carro e para o pagamento de “ativistas”. Anos depois ele se candidata novamente, é eleito e enquanto vereador afirmou ter conseguido, por intermédio do deputado estadual, duas emendas parlamentares em seu nome. E é exatamente em razão dessa dívida de reciprocidade, por isso mesmo, uma troca de apoio, que ele justifica sua posição a favor dos deputados, bem como a sua liberação por parte de seu líder político (que segundo o vereador, agiu com bom-senso e em reconhecimento de uma “dívida” que deveria ser “paga”). Indaguei-o se caso o Doutor João não o “liberasse”, ele passaria a apoiar os candidatos deste, e a resposta dada foi que “talvez só [deixaria de apoiar] o Joaquim”. Curiosamente, ele não justifica o apoio ao deputado federal, que fez “dobradinha” com Alberto na cidade. Além disso, Marcos também afirmou que a atitude do líder teria causado desagrado e conflitos entre os demais membros do grupo, pois alguns também queriam estar “liberados”.

O vereador conclui afirmando que apoio dado se manifesta enquanto um “acordo político”. E opõe esta forma de apoio aos “apoios financeiros” (mediados por dinheiro). Ele parece aqui querer imprimir um caráter de honra<sup>13</sup> em seus atos, tentando afastar de si qualquer tentativa de associação ao mundo ou submundo político da corrupção.

Vale salientar que os ativistas a que Marcos se refere são pessoas pagas para promover e “animar” campanhas eleitorais portando, em geral, blusas, bonés, adesivos e bandeiras com o nome e o número do candidato. A prática tem sido cada vez mais comum conforme mostra Gonçalves (2012), que analisou o “ativismo” entre jovens.

### ***3.3.2. Quando eleitores são liberados***

A liberação do voto, no modo como tenho identificado no sentido político-eleitor, acontece no “tempo da política”, quando, de maneira geral, o político indica ao eleitor um ou

---

<sup>13</sup> Sobre a dimensão da honra em meio aos políticos e à política, ver Teixeira (1998).

dois candidatos específicos para o cargo de deputado federal e/ou estadual, em quem se deve votar, “liberando” esse eleitor para votar em candidatos de sua preferência (do eleitor), nos demais cargos.

O elemento principal que leva um eleitor a ser liberado parece estar associado a possíveis dívidas envolvendo “favores” e “ajudas”, dívidas que implicam em reciprocidade e que, portanto, devem ser “pagas”. O político que libera, libera apenas para votar nos cargos em que ele não indicou. O vínculo do eleitor com o político ajuda a compreender essa “liberação”, uma vez que ela está associada a “favores” e “ajudas” que geram um compromisso de reciprocidade no eleitor que os recebeu. Reciprocidade que se faz a partir do voto no candidato indicado pelo político. O político indica tais candidatos porque também está envolvido em uma rede de reciprocidade com outros políticos (incluindo os candidatos para quem ele pede apoio), o que o leva a apoiar uma candidatura específica em detrimento de outra.

É perceptível que o que ocorre é uma “indicação de voto”, devido à vinculação do eleitor ao político, mas que em si não parece se evidenciar para o eleitor. Este a capta como uma “liberação de voto” – é esta a dimensão que a prática ganha, a de uma liberação, porque é a parte da adesão que na democracia está associada à liberdade, valor nobre e universal na política. É politicamente interessante que na democracia as pessoas estejam e sejam livres e não presas a um político. É nesse sentido que a expressão ganha sua importância e complexidade, porque também dificilmente alguém assumiria estar dependente de algum candidato a ponto de ter que votar na pessoa que este indicar. A liberação, assim, carrega consigo a sutileza e a ambiguidade em que os vínculos políticos são marcados, presentes em falas como: “Rapaz, eu só peço que você vote nesse candidato, que é pra ajudar a gente, aí nos outros [cargos] você vota em quem você quiser”.

Numa interpretação mais livre poderíamos pensar a “liberação do voto” dos eleitores como sendo outra forma de explicitar os pertencimentos a políticos e a seus grupos, bem como as dádivas. É uma situação contraditória porque parece tratar-se, antes de tudo, de uma liberdade concedida ou tutelada e não de uma liberdade conquistada. É-se “livre” porque alguém concedeu tal “liberdade”.

Pierre Bourdieu (1996) em suas contribuições à teoria da dádiva, adicionando a esta discussão a premissa do tempo necessário entre o dom e o contra-dom, comenta que esse intervalo temporal é crucial para que tanto a dádiva como seu retorno possam parecer dons gratuitos, desinteressados.

No caso da liberação do eleitor, parece ocorrer algo semelhante ao que foi descrito por Bourdieu. Quando o circuito de trocas entre eleitor-político-líderes acontece, os atos parecem desinteressados e acabam por ocorrer de modo naturalizado. É em razão de suas bases<sup>14</sup> que agem os deputados, vinculados aos vereadores. Estes se responsabilizam por manter as bases que, não seria exagero considerar, algumas vezes são tão suas quanto daqueles que eles apoiam, desde que os agentes sociais que compõem a base do vereador não tenham sido “liberados para votar” ou rompam com os seus vereadores. Temos assim, uma extensa rede de dádivas e contra-dádivas que os mantém pertencentes a um grupo ou “liberados” para outro. É a dádiva/contra-dádiva que tem profunda ligação com a “retribuição” às ajudas dadas e recebidas, nos períodos correspondentes às eleições ou fora desses períodos.

Ao que parece, os motivos para essa liberação decorrem da adesão expressa, intensa e forte do político ante o candidato apoiado por aquele que pede voto. Como se pode perceber, a liberação do voto envolve a vinculação a um político ou o pertencimento a um grupo que faça alguém se integrar a uma rede de trocas e de dívidas movidas por dimensões materiais, morais ou de poder que parecem ser imprescindíveis para que haja a “liberação”. Afinal, só se pode liberar aquele que esteja vinculado, associado, junto; enfim, como se estivesse atado a alguém ou a um grupo por algum motivo.

Como afirmado antes, observei em Aracoiaba maior intensificação e acirramento da campanha para os cargos de deputado federal e deputado estadual. Divulgação de candidaturas para presidente, só se viu de maneira mais intensa no segundo turno das eleições. E somente dois candidatos ao senado e um ao governo estiveram de passagem pela cidade em uma carreata. De modo geral, os próprios carros de campanha faziam pequena ou nenhuma referência às candidaturas a outros cargos (senador, governador e presidente).

Assim sendo, fiquei a pensar se nas eleições gerais os laços de pertencimento, no âmbito do município, tendem a se afrouxarem ou interromperem, uma vez que a depender das circunstâncias, opositores locais podem estar juntos, no mesmo palanque, de mãos dadas e apoiando o mesmo candidato. Isso também poderia ser mais um elemento para justificar a “liberação do voto” que ocorre nesse período, como uma espécie de suspensão não definitiva do pertencimento a um grupo - como foi o caso do vereador aqui analisado. Percebo os conflitos serem menos intensos e fervorosos, em comparação com ao período das eleições

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre as bases, envolvendo liberação de emendas parlamentares, conferir “Em nome das bases”, de Marcos Otávio Bezerra (2001). Como se pode perceber estou realizando o caminho inverso ao que este autor fez. Analiso como atua e o que acontece com a “base” dos deputados.

municipais: opositores se toleram mais, tanto que algumas vezes chegam a apoiar os mesmos candidatos a presidente, ou ao governo do estado, por exemplo.

A adesão juntamente com a “liberação do voto” mostra que os grupos não são homogêneos, mas antes, que são diferentes. Indica também que são cercados de conflitos. Estes podem desencadear ou serem desencadeados por adesões – isso se evidencia quando Marcos afirma que a decisão do líder de tê-lo “liberado” gerou conflitos internos ou quando se engajou numa passeata de apoio ao candidato do governo também apoiado por pessoas a que ele se opõe politicamente. Ou seja, adesões, “liberações de voto” e as eventuais de trocas de apoio reconfiguram os grupos de adesões, sejam estes locais ou não; fazem com que eles não sejam uma coisa estática, mas uma espécie de organismo vivo, eivado de profundas relações que lá ocorrem.

Bezerra (2001) conseguiu identificar um conjunto de relações envolvendo a aprovação e distribuição de emendas parlamentares para a “base” de políticos e as trocas de apoios desenvolvidos no “tempo da política” em razão dessas mesmas emendas. Para ele, as emendas trazem benefício para o deputado que as conseguiu aplicar num município, uma vez que lá se desenvolverão apoios a ele, ao mesmo tempo em que a conquista dessas mesmas emendas depende, principalmente, do estabelecimento de contato com um parlamentar. Da mesma forma, por outra via, o político da base que recebe tal emenda passa a ser valorizado, encarado como alguém de prestígio e importância. Temos aqui trocas de apoio semelhantes às experimentadas por Marcos e o deputado por ele apoiado.

Tudo parece ocorrer como se importasse aos políticos a liberação do voto em torno de candidatos com que eles [os políticos locais] não possuam qualquer espécie de dívida moral, política, econômica ou de qualquer outra ordem (daí o motivo de não fazerem campanha intensa para os candidatos à presidência, ao senado e ao governo – eles não foram diretamente afetados por atos destes, não possuem uma dívida direta com estes). A contraditória, a retribuição ao político ao qual se “deve”, possibilita-nos perceber dois elementos importantes: (1) a extensa rede de dádivas e contra-dádivas que envolve eleitores-políticos-lideranças políticas e (2) a dimensão “naturalizada” com que a mesma ocorre aliada à importância do intervalo de tempo entre o dom e o contra-dom, de que trata Bourdieu (1996; FICK, 2006). Para Bourdieu, segundo Fick (2006: 113), o tempo “age” de modo a permitir a quem dá “definir sua dádiva como uma dádiva sem retorno e, ao mesmo tempo, a quem retribui definir seu ato como gratuito, e não determinado pela dádiva inicial”. Ambos agem

por meio de práticas e percepções internalizadas e naturalizadas que trazem uma dimensão de gratuidade ao ato.

Numa rápida incursão pelas páginas de busca na internet, podemos encontrar situações da política relativamente semelhantes ao que aqui tento descrever sobre a “liberação do voto”; são casos, por exemplo, envolvendo partidos-eleitores e o apoio a candidaturas em segundo turno. Ou ainda, bancadas partidárias que liberam voto contra ou a favor de governos os quais integram originalmente ou oficialmente enquanto base aliada, onde, de maneira geral, a dimensão de pertencimento ou obrigação para com um grupo parece ser interrompida, apesar de mesmo assim continuar-se pertencendo ao grupo, mas de outra maneira – aspecto que traz uma dimensão ambígua para este fato. Aliás, a categoria ambiguidade é utilizada por Palmeira e Heredia (2010) em sua etnografia, quando tratam da classificação de fatos dessa natureza, constatando que a política se trata “de um período liminar, em que não só as divisões mas também as ambiguidades são explicitadas, permitindo sua resolução ou regulação, de modo a que possam se manter ‘sob controle’ no período entre duas eleições” (PALMEIRA; HEREDIA, 2010: 169). A “liberação” pode ser vista como uma espécie de adesão que aponta indicações sobre em quem se deve votar, mas afasta essa mesma “indicação”, como se se tratasse da concessão de uma “liberdade de voto” – eleitor, candidato e liderança integram esse jogo complexo de extenso emaranhado de reciprocidades e de adesões, jogam-no com suas práticas incorporadas no cotidiano e no campo político do município em que vivem.

É possível comentar algo mais e afirmar que a obrigatoriedade de retribuir parece se sucumbir em meio ao tempo de tal forma, que não só essa obrigação como a assimetria das relações sociais também parecem se dissipar. É deste modo que podemos chegar a questões mais específicas da liberação do voto. As relações entre políticos e eleitores ou entre políticos e líderes se dão entre agentes sociais possuidores de capital político e social desiguais (além de desigualdades de capital econômico e simbólico). São relações de poder (desigual) que envolvem trocas de dádivas entre si, formando vínculos em razão dessas mesmas trocas. O “liberado” é alguém que, desobrigado a seguir as normas implícitas ao campo político, porque subjacentes às relações desiguais, nunca deixou de seguir o seu grupo e age pela manutenção do mesmo. Age *obedecendo* e crendo estar “livre” do grupo, quando na verdade, mantém-se “preso”, por continuar junto deste.

### 3.4. Síntese: A política de liberação do voto

Pensei bastante sobre a categoria “liberado pra votar”, mas antes de tudo percebi o quanto ela pode estar relacionada à manutenção e à preservação do grupo, por mais contraditório que isso possa parecer, pelo menos em uma primeira análise. Tudo porque ao ser liberado, apesar do conflito gerado no interior do grupo ao qual o político faz parte, consegue-se ainda fazer com que uma quebra definitiva no grupo não ocorra.

A liberação também mostra que a política institucional é feita com uma riqueza de vínculos e trocas de apoios. A força dos laços políticos, marcada pelos inumeráveis tipos de trocas que pelo vínculo que trazem obrigam a algum tipo de retorno ou retribuição, faz dar movimento a este campo e a todos os outros a ele associados.

Os grupos não são homogêneos, seus integrantes não são iguais. Um grupo político é tomado por cisões e conflitos. Integrantes disputam cargos, influência e poder dentro e fora do grupo, entre a população. O “jogo político” e a “dinâmica” à qual muitos associam a atividade política nada mais são do que essa constante feitura e desfeitura dos laços e vínculos políticos nos mais diferentes momentos e contextos.

O que se pode notar é que essa interrupção no vínculo com um grupo marca também o ligamento com outro grupo – no caso específico, o político em questão, pela força dos vínculos e códigos das trocas de apoio, não apoiou os candidatos de seu grupo local, mas apoiou ao candidato que outrora lhe apoiara.

O dinheiro e a política causam amiúde uma espécie de incômodo, provavelmente pela possibilidade de ilações e suspeitas com as quais essa associação encontra-se envolvida. Quando perguntei sobre dinheiro dado à campanha ou recebido para apoio do candidato apoiado pelo vereador entrevistado, veio a justificativa imediata de que seria apenas para gastos com gasolina, pagamento de ativistas e materiais para a divulgação da campanha. Assim sendo, a presença do dinheiro na política pode gerar constrangimentos, que procuram ser pronta e devidamente justificados.

Apesar disso, as campanhas eleitorais no interior estão cada vez mais caras, uma vez que estão intensamente associadas ao capital econômico. Talvez tudo esteja relacionado à profissionalização da política. Há ainda uma utilização cada vez maior de elementos de marketing, de pessoas especializadas em campanhas, de estratégias que envolvem o maior uso de dinheiro para o que quer que seja.

Obviamente, não só a política institucional local está marcada pelas liberações de voto, o que é evidente em situações de votação no próprio Congresso Nacional, quando

partidos liberam votação em suas respectivas bancadas, em meio a temas que possam comprometer o partido em suas relações com o governo, os outros partidos, os eleitores e seus próprios membros eleitos.

Além disso, fora da política institucional, o sindicato aqui analisado nunca conseguiu unificar-se para apoiar uma única candidatura, uma vez que os vínculos, as desavenças e as afinidades deste com os nomes da política local fazem com que não haja uma união conjunta e maciça de apoio a um candidato específico. Um exemplo disso é a fala de um ex-sindicalista que me informou sobre a dificuldade de apoiar um único candidato entre diretores e associados, porque cada família já possui seus candidatos.

#### 4. O TEMPO DA FUNDAÇÃO E OS TEMPOS ATUAIS DO SINDICATO

Segundo dois relatos que obtive, todo o engajamento inicial para a formação do sindicato se dava em meio a algumas demandas que se relacionavam ao sistema de arrendamento da terra<sup>15</sup> e de pagamento pelo trabalho prestado. Relatos sobre os fins da década de 1980 e 1990 dão conta da presença, ainda que tímida, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo que durante vários anos a direção da organização esteve sob a presença de pessoas ligadas à prefeitura municipal (sendo pagas por ela) e, portanto, ao governante local, oferecendo serviços odontológicos, por exemplo. Esta característica também está presente em outros sindicatos, como o etnografado por Macedo (2009).

A possibilidade de “ruptura” com tais formas de atuar sindicalmente teriam sido modificadas com a inserção de um grupo de oposição com ligações com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). De antemão é possível dizer que eles já lançaram candidaturas próprias e têm apoiado candidatos com os quais se “identificam”, buscando encontrar “interlocutores” no apoio político (NOGUEIRA, 2013).

Há no relato de Gonzaga uma tentativa de mostrar a diferença entre o grupo atual que comanda a entidade e o anterior. Santos (2011) observa, em um artigo sobre o chamado “novo sindicalismo” e numa perspectiva distinta, o modo como a ideia de um sindicalismo diferente, aguerrido e combatente associado à CUT foi sendo moldado ao longo do tempo, mesmo que não necessariamente as práticas sindicais houvessem sido modificadas. Já Macedo (2009), em seu trabalho comenta sobre sindicalistas que também apontam e classificam gestões anteriores como sendo menos combativas e atuantes.

Há na fala do entrevistado uma dimensão de autodenominação de combativos e uma concepção de ruptura com antigas lideranças, criticando algumas das práticas destas pela proximidade com governos locais, por exemplo. Conversando com um partidário do PT, que esteve bastante próximo da entidade observando às práticas dos membros desse partido, pude perceber a existência de algumas práticas, como a participação de sindicalistas em campanhas eleitorais ou a “ajuda” a associados na resolução de qualquer problema.

Numa conversa com Gonzaga, que já teve passagem pela entidade, me foi dito que “a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracoiaba, data de 28 de abril de 1963”. Exatamente nesse período outros tantos sindicatos se formavam pelo país. Este aspecto

---

<sup>15</sup> Uma discussão profunda sobre a renda da terra pode ser vista em Soto (2003). Uma crítica a algumas concepções sobre renda da terra em José de Sousa Martins pode ser vista em Bertero (2007).



será mais evidente no relato de Dona Maristela, que durante essa época participou dos processos de fundação da entidade. Ainda segundo aquele,

O trabalho para fundar do Sindicato, aconteceu de forma conturbada, pois se por um lado os patrões e governos tentavam impedir, por outro, os próprios trabalhadores, que sem consciência de classe, não estavam tão interessados em formar uma entidade, já que não tinham clareza da sua importância.

Senhor Barroso, em uma conversa que tive com ele em sua casa, comenta coisas semelhantes, fala em conflitos de terra, questões acerca da posse de imóveis, confrontos entre patrões e empregados em torno de direitos. Ele é uma liderança sindical e participou da mediação de alguns desses conflitos.

“É muita história”, esta era a frase que advinha dele a cada esquecimento ou lembrança. Tudo para dizer que são tantos fatos ocorridos, que explaná-los parecia algo impossível. A contação de suas memórias se dava de maneira detalhada. É o relato de quem as vivenciou. Algumas vezes me angustiei na expectativa academicista e etnocêntrica de um relato linear dos acontecimentos, como se tudo tivesse sido desencadeado a partir de fatos específicos e elementos causais. Não se pode esperar que tudo se conforme ao modo como descrevemos e vemos o mundo.

É preciso atentar ainda aos conflitos em que a entidade se viu. Os relatos sobre tais conflitos estão associados às “questões”. São exemplos de “questões”, os conflitos desenvolvidos entre pequenos proprietários e fazendeiros em torno dos limites da extensão de terra. Esses conflitos parecem ser mais próprios dos primeiros momentos da entidade.

O “sindicato é um órgão de luta”, continuava o Senhor Barroso, classificando a entidade. Aliás, a “luta” é frequentemente associada à ação sindical; também é própria desse momento inicial da instituição. “Luta” e “questões” podem muito bem resumir a conquista de um lugar para assentamento de reforma agrária, onde encontrei a ex-sindicalista Dona Maristela, que terminou sua exposição com a apresentação de um documento emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tratando da expropriação da terra para uso de assentamento. O documento parece ter aquela mesma importância que Antonádia Borges (2003)<sup>16</sup> comenta acerca dos moradores de uma região em Brasília e que

---

<sup>16</sup> O documento a que Borges (2003) menciona é um ficha denominada “tempo de Brasília”, instrumento de comprovação exigido pela prefeitura aos que moram em lotes de terra ocupados, para que estes moradores tivessem acesso ao processo de reconhecimento do direito à permanência no lote. Este documento constituía também em uma via de acesso ao ambiente das relações de troca no campo político.

Peirano (2014) nota em seu trabalho sobre a utilização de documentos e sobre a etnografia enquanto teoria e método.

Esse assentamento a que me referi acima está localizado em um distrito de Aracoiaba onde ocorriam alguns conflitos e por ele os agricultores passaram a entrar em uma acirrada disputa, que se desenvolveu em meio à busca de pessoas como políticos, advogados, entidade sindical e instituições governamentais que pudessem intermediar, mas mais que isso, que pudessem viabilizar essa conquista.

O sindicalismo era algo novo e a experiência com essa coisa nova, vai ocorrer em meio ao envolvimento com o Movimento de Educação de Base, que Dona Maristela passa a frequentar. Ela conta que seu contato com o grupo se deu depois de uma reunião em que procuravam dar uma formação básica sobre as questões envolvendo a vida no campo, como a pobreza e a relação desigual entre fazendeiros e trabalhadores rurais, em uma perspectiva mais própria do conjunto de valores e ideias do espectro político da esquerda. Ela comenta ainda que não conhecia muito sobre sindicato e sindicalismo, até participar dessas formações específicas.

Mas, quanto a Gonzaga, este nos traz ainda elementos que constituíam não só uma demanda da época, como um dos motivos que contribuíram para a formação sindical. A partir desses relatos, podemos perceber o modo como se dá sua percepção sobre aquele momento da entidade se contrastar com seu tempo inicial. Assim ele relata:

As principais lutas eram pela diminuição nos pagamentos do arrendamento pelo uso da terra, que era de meia (metade da produção era repassada para os donos da terra) quando a terra era destocada e possível ser tratada com o cultivador de tração animal ou de terça (30% da produção, repassada para o dono da terra) quando o trabalhador pegava a terra bruta e brocava, queimava, plantava, cultivava e colhia. Outro aspecto que o sindicato combatia, era o sistema de sujeição que os patrões tinham sobre os trabalhadores, com relação ao “fornecimento”, que era uma espécie de mercearia, que cada fazendeiro tinha, onde o trabalhador comprava o querosene, a rapadura, a farinha, o sabão, a cachaça, algum tipo de enlatado, instrumentos de trabalhos, vestimentas, rede, outros produtos que não eram possível obter do roçado. Sendo que o trabalhador era obrigado a dar três ou quatro dias de serviço para a fazenda e o pagamento era feito com a mercadoria, que patrão anotava num caderno, ao bel prazer, de forma que ele nunca tinha nenhum saldo positivo. O que ele trabalhava, ou o que ele produzia, nunca era suficiente para pagar a conta do “fornecimento”. Isso significava, que era impossível a emancipação ou a abolição do trabalhador, desta situação se semiescravidão.

Relações de trabalho no campo semelhantes às descritas são observadas por Barreira (1992), e de algum modo contribuem para demarcar e reforçar o caráter desigual das

relações no campo, numa constante dependência do trabalhador em relação ao patrão, fazendo sobressair a figura do fazendeiro.

Quando pergunto a Gonzaga sobre o processo de formação da entidade, ele afirma que tudo teria ocorrido no contexto da década dos anos sessenta. Assim, são feitas menções à ditadura e a perseguições, os relatos são acompanhados de certo ar de tensão, as palavras são um pouco reticentes:

Relatos [...] contam que nos primeiros anos de funcionamento do Sindicato, houve perseguição contra os membros do Sindicato, os professores do MEB (Movimento de Educação de Base) e outras lideranças, [...] sob a acusação de serem comunistas.

O trecho acima é interessante, entre outras coisas, por trazer uma característica que é a influência de uma instituição externa na formação da entidade. Essa relação de sindicalistas e trabalhadores rurais e outros órgãos, entidades e instituições em geral, também é percebida por Marcelo Ernandez Macedo (2009) quando, analisando o processo de formação de um acampamento no Estado do Rio de Janeiro, ele detectou que “as disputas por terras são também as disputas pela organização dos trabalhadores” (p. 37), uma vez que principalmente no processo de formação houve “uma intensa disputa entre instituições e políticos sobre a prerrogativa de representação dos posseiros” (p. 15).

Enquanto isso, o tempo atual pelo qual a entidade passa, suas demandas, suas questões, são apontados de modo relativamente “menos glorioso”, sem muitas “lutas” ou batalhas a serem conquistadas. Para muitos entrevistados, a entidade se ocupa mais em atender demandas por benefício e auxílios concedidos pela Previdência Social mediante a confirmação da condição de agricultor, uma vez que isso se dá pela simples apresentação de documentos relativos à associação ao sindicato. Sobre isso, Gonzaga afirma:

Hoje, a busca pelo sindicato é mais uma conveniência, do ponto de vista de garantia dos direitos sociais (aposentadoria, pensão, salário maternidade, auxílio doença, auxílio reclusão). Não há uma adesão ao sindicato, numa perspectiva de fortalecimento da entidade, na busca da transformação social ou da luta de classes.

Assim, a possibilidade de acessar bens, garantias e direitos se dá, de algum modo, pela intermediação do sindicato, já que para acessar certos direitos precisam de uma comprovação de que são agricultores, e um modo de se comprovar é pela carteira de sócio do sindicato; isso também aparece na fala de outros sindicalistas e parece servir de estímulo para as pessoas se associarem ao sindicato de trabalhadores e trabalhadoras rurais local.

Nesta pesquisa venho tentando trabalhar a partir das concepções, definições e classificações dos agentes sociais dos agentes sociais, por esse motivo a ênfase recai de maneira mais predominante sobre suas visões de mundo do que sobre a teoria social que pretende explicar suas relações e atitudes de maneira mais normativa. No entanto, para uma análise sobre sindicato e sindicalismo nas Ciências Sociais, além da produção acerca do mundo rural numa abordagem diferente da que aqui apresento, é importante considerar trabalhos como os de Marco Aurélio Santana (1999), Giovanni Antônio Pinto Alves (2000; 2002), Armando Boito Júnior (1994; 1996), Luiz Flávio Carvalho Costa (1996), Ricardo Antunes (1996), Maria Celina Soares D'Araújo (1990; 2009), Arilson Favereto (2006), Leôncio Martins Rodrigues (1990) entre outros, que analisando teórico e historicamente trazem uma contribuição para esse campo de estudos. Para uma análise sobre o campo, ver José de Souza Martins (2000), Antonio Montenegro (2008), Anita Brumer e José Vicente Tavares dos Santos (2006), André Haguette (1983), Rudá Ricci (1999), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2010, 2011) e demais pesquisadores que abordam aspectos do rural brasileiro atentando para suas particularidades.

#### **4.1. Sobre as Eleições, União, Unificação, Ajudas e serviços prestados**

Setores que compõem essa entidade já desenvolveram apoio a algumas candidaturas, tanto nas eleições municipais como para os cargos de deputados, senador, além dos cargos majoritários de governador e presidente. No entanto, os apoios não são uniformes, já que existe, como afirmei, a dificuldade de unificar os votos, embora haja uma tentativa de unificação entre diretores e agricultores. Nada disso impede a aparente possibilidade de relação entre sindicalistas e políticos nas eleições.

Sempre houve o esforço de tentar [unificar] [...] Houve o esforço de tentar unificar a diretoria. O que nunca foi possível. [...] A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores. Então, o povo não tem clareza da importância que tem de eleger um vereador. Na cabeça das pessoas, vereador é aquele que... Primeiro, tem que ter estrutura na cabeça do povo. O vereador que não tem nem um carro pra lhe levar pro hospital, ou pra fazer uma viagem a Fortaleza. Ou pra botar uma carrada de areia aqui, ou pra ir buscar uma mudança, ou coisa assim, ele não presta pra se eleger não. Na cabeça do povo, vereador "liso" não existe. O vereador e qualquer outro cargo. Então, infelizmente, aqui na Aracoiaba não se ganha eleição sem serviço prestado. Olha o serviço prestado: era levar a mulher pra maternidade, era marcar consulta, era fazer mudança. Esse é o serviço prestado. Então, você lutar pela comunidade, você conseguir projeto, orientar, ir atrás, fazer uma mobilização isso não é serviço prestado. Aí, você vai ver que na Aracoiaba só continua sendo vereador esse povo que tem dinheiro.

Esse trecho da conversa com Gonzaga mostra que a unificação do voto aparece como um recurso, uma estratégia para tornar possível uma representação da “categoria”, um tipo de voto que viria de um “esforço de consciência” de que se deve votar e eleger alguém, que não seja aquele que desenvolve ações em torno daquilo que é possível chamar de “ajudas” ou de “serviços prestados”. Aponta a “unificação” do voto como um esforço, um ideal, aparentemente difícil de conseguir, mas sempre presente; o consenso aparece como algo a ser conquistado.

A fala mostra também o modo pelo qual o integrante da entidade percebe como as pessoas em geral veem a política e os políticos. A ideia geral, implícita nesse trecho, é a de que o político deve “ajudar”, deve ter “serviço prestado”, ou seja, deve “chegar junto” às pessoas nos momentos em que estas “precisarem” de algo e para fazer doações e contribuições financeiras às pessoas, quando estas o solicitarem.

Em uma conversa que tive com o vereador Henrique, este muitas vezes comentou sobre suas “ajudas”. No dia em que conversamos ele falou que gostava muito de ajudar, que isso era algo que já vinha de sua família e citou como exemplo o que lhe ocorrera naquele mesmo dia, quando tivera que ir à Fortaleza para deixar um doente num hospital. Ele afirmou que isso era constante e ao ser questionado me disse que faria isso independentemente de ser vereador ou não.

Já a fala do sindicalista Gonzaga traz consigo a noção de “ajuda”, quando, por exemplo, cita a tentativa de conquistar políticas públicas para atender as necessidades e demandas para uma população específica, como se percebe no trecho a seguir: “a gente tava tentando sempre ajudar o pessoal a receber a agrovila”. Ajuda, neste sentido, consiste em fazer levar às pessoas políticas que sem a devida mobilização não seriam conquistadas; trata-se de contribuir com a comunidade.

Quero chamar atenção para mais dois aspectos importantes e presentes em sua fala: o primeiro é o fato de que, segundo o próprio Gonzaga, a respeito de uma política do Governo do Estado, este “ajuda” com uma parcela na execução de uma ação que é vista como boa para o agricultor. Aqui se classifica a ação pública como “ajuda”, como algo que é feito em benefício de alguém ou de um grupo, desde que esteja necessitado disto. Outro momento em que a categoria “ajuda” é utilizada é quando Gonzaga aborda a possibilidade de contribuição da FETRAECE a eventuais candidaturas de sindicalistas. A “ajuda” aqui, em sua concepção, é sinônimo de contribuição, de engajamento, de apoio e força política e “moral”.

Esses exemplos mostram como a “ajuda” pode estar presente de diversos modos em diferentes contextos.

Assim, a “ajuda” permeia também as ações sindicais, além das já citadas instâncias governamentais e estatais; obviamente, também está presente no cotidiano das pessoas em geral, como já venho tentando demonstrar. Aqui pude observar como essa categoria é ampla e se dilui em múltiplas instâncias. Ela agrega a si tanto fatores, que é possível verificar que tal categoria não é própria de um único campo, mas permeia toda a vida social transversalmente, mostrando como os vínculos são fortes e frequentes e como estes são interpretados.

Outro aspecto importante é a justificativa para o fato de a diretoria jamais ter conseguido unificação. Em certo momento ele afirma que “dentro de cada família eles sempre escolhem um [candidato]. Então, a gente nunca conseguiu unificar porque a consciência das pessoas não permite”. O trecho citado é importante por demonstrar os vínculos políticos que ocorrem dentro de uma família<sup>17</sup>

A ajuda está presente em diversas situações e contextos. Ela se dá entre pessoas de classes sociais diferentes ou entre pessoas de mesma classe social. Pode ocorrer em momentos de dificuldade, em que alguém ajuda o outro. Também pode estar relacionada aos serviços que os políticos conseguem acessar para seus eleitores.

A dimensão da ajuda pode, em certos contextos, carregar uma conotação quase religiosa no sentido de uma realização para o bem, num ato de compaixão. Ela pode ainda adentrar até as relações comerciais quando alguém afirma que compra algo “só para ajudar”. Os favores que as pessoas se fazem no cotidiano também são ajudas, e mostram como este ato é muito presente.

A ajuda está para além do campo político e não se dá somente quando na relação político-eleitor. E por vezes a dimensão da ajuda parece servir como elemento de vínculo entre as pessoas de modo geral, como um sindicalista comentou ao se referir a um acampamento: “Nesse contexto a solidariedade é plena. Um acampamento de sem-terra, de sem-teto é uma coisa linda de se ver. Todo mundo se ajuda, não tem o ‘eu’. Até pra ligar um ventilador tem que fazer uma assembleia pra decidir”.

---

<sup>17</sup> Em tópicos anteriores tratei dos vínculos políticos associados a famílias, mas é preciso observar como nem sempre essa “unificação” na família ocorre, podendo haver, portanto, membros da família que se dedicam a apoiar candidatos distintos. Ocorre, com maior frequência, uma não unificação associada a nomes de vereadores e deputados.

A “ajuda” também está na fala de um dos sindicalistas fundadores com quem conversei, quando este me afirmou: “eu fui um dos que ajudei lá”. Assim sendo, “ajudar” é também contribuir, colaborar, cooperar e permeia querendo firmar um elo que orienta condutas e relações, pelos códigos morais aos quais está associado.

#### **4.2. A representação: em busca de “interlocutores”**

O envolvimento com políticos, embora por vezes seja visto com desconfiança, ao mesmo tempo parece se fazer necessário, já que Gonzaga e os demais sindicalistas promovem uma aproximação junto àqueles, chegando a chamá-los de “interlocutores”.

Na política local, Gonzaga afirma não possuir “interlocutor”. Apesar de o PT possuir um vereador na Câmara Municipal, ele me disse que não considera suas posturas próprias às de um petista e reclama do fato de tal vereador nunca ter aparecido a uma reunião do Sindicato. Afirma que “o mandato dele é muito apagado, apagado, assim, pro padrão de um petista que é combativo, que denuncia, que critica, que participa, que movimenta a comunidade”. Assim, é possível ver como a relação com políticos e a busca de um canal institucional ou não de representação e participação são vistas como algo importante, para ele. Criticar o político porque “nunca participou de uma reunião do sindicato” mostra que a participação junto à entidade é não só algo desejado como esperado. Além disso, também é observável sua percepção em torno do que deve ser um político do PT.

Numa conversa que tive com um filiado ao PT, que participou de campanhas eleitorais juntamente com alguns sindicalistas, este me disse que antes do início de uma eleição o sindicato se dividiu no apoio a dois candidatos a prefeito, tendo sido, inclusive proposta a possibilidade de que a Secretaria da Agricultura ficaria sob a tutela de um dos sindicalistas, caso um dos candidatos a prefeito, que disputava o apoio dos sindicalistas, viesse a vencer. Este fato mostra como se dão os apoios envolvem trocas de elementos negociáveis.

A possibilidade de que um agricultor se torne um vereador, vindo a atuar na política institucional junto aos governos municipais, foi observada em conversa com um dirigente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), que me disse que desde 2004 esta entidade incentiva candidaturas de agricultores. Neste sentido, ele afirma que mais de 30 agricultores já se tornaram vereadores em suas respectivas cidades. Talvez assim, seja possível encarar isso como uma alternativa

para romper com o “interlocutor” que fala em nome da categoria profissional sem pertencer a ela, uma vez que a partir daí tem-se a possibilidade de que o próprio agricultor atue diretamente junto a governos.

A inserção de sindicalistas no campo político partidário é, segundo um ex-presidente da FETRAECE, estimulada. Macedo (2007) apresenta em sua etnografia um exemplo disso no Estado do Rio de Janeiro. Também é preciso considerar que Francisco, ex-sindicalista da entidade, por mais de uma vez se candidatou ao cargo de vereador, não obtendo êxito.

Gonzaga utiliza o termo “interlocutores” para classificar e definir a importância de apoios a políticos de integrantes da entidade em períodos eleitorais, justificando-os pela necessidade de se ter representantes nas instâncias governamentais no intuito de que as demandas da categoria possam ser atingidas ou pelo menos levadas aos governos federal e estadual. Os “interlocutores” aos quais ele se refere seriam espécies de elos entre os sindicalistas e os governos, daí o apoio a essas candidaturas. Essa relação entre movimento social e políticos nas esferas institucionais da política também é observada por Paulino (2012), ao constatar o apoio de uma associação de moradores e de um banco comunitário a políticos que se comprometiam com causas defendidas por essas instituições.

Essa característica do “interlocutor” como alguém capaz de defender e representar agricultores e agricultoras é estabelecida e defendida como algo positivo, embora Gonzaga admita não haver maiores consequências práticas para o sindicato e seus associados decorrentes dos apoios dados aos candidatos eleitos.

A ideia de “interlocutor”, conforme pude perceber na conversa, também parece servir de justificativa para prestar apoio a candidaturas. É importante reafirmar que a ideia de interlocutor pressupõe alguém destinado a representar politicamente alguma ideia, um indivíduo ou um grupo. Alguém disposto a falar em nome de quem ele representa ou, mais que isso, capaz de elaborar ou executar políticas públicas em benefício ou em assistência a certos setores organizados ou não. O sentido apontado por Gonzaga não parece ser muito diferente:

Na última eleição [refere-se às eleições de 2012] os diretores, em sua maioria, votaram em Rachel Marques e Eudes Xavier para o parlamento estadual e federal, respectivamente. Estes têm levado algumas demandas do município para o Governo do Estado e o Governo Federal. No parlamento municipal, não temos nenhum interlocutor. É importante sim que existam estes apoios, pois como eles estão mais próximos do poder maior, têm informações sobre as políticas e programas, o diálogo com as instituições do governo se torna mais fácil.



As demandas passam a ser a expressão dos anseios e vontades, e aqui parecem justificar as motivações das mobilizações em torno de certas candidaturas. Mas também por ter comentado que seus “interlocutores” têm levado aos governos estadual e federal suas demandas é que se torna possível questionar quais seriam essas pautas e principalmente, qual tem sido o retorno dado por esses mesmos candidatos, agora deputados, a seus eleitores. Passei a questionar sobre seus apoios e perguntei se eles valiam a pena, se eram realmente necessários e se traziam algo de concreto após as eleições. Afinal de contas, o que eles, os agricultores de Aracoiaba têm recebido em troca desses apoios que possam justificar uma mobilização para a campanha de certos candidatos? Vejamos um trecho da conversa:

**Carlos** – Não só em relação ao Eudes Xavier, mas em relação a outros apoios, que vocês podem ter dado a outro político, vocês sentem algum retorno?

**Gonzaga** – Não, não.

[...]

**Carlos** – É válido investir nesses interlocutores, nesses políticos?

**Gonzaga** – Rapaz, não.

**Carlos** – Tem sido válido?

**Gonzaga** – Não, porque como eu te disse. As pessoas conseguem as políticas [públicas], a pessoa individualmente consegue, que dirá a entidade. É importante ter um vereador, um deputado? É! É importante pra gente ter mais força, pra conseguir uma audiência com o governador e é um parlamento, é importante ter um deputado pra propor leis e as políticas públicas. É um instrumento que a gente nunca, num vou dizer abrir mão deles, mas [...] o sindicato acho que nunca precisou desse povo assim, né? O sindicato hoje consegue caminhar com suas próprias pernas...

As justificativas acerca dos apoios parecem ser ambíguas: ora são necessários, outras vezes não. Mas tudo parece seguir em torno da possibilidade de se conseguir ter acesso a políticas públicas, a ações governamentais que possibilitem melhorias para a vida no campo. “Ter um deputado” é como ter com quem contar.

Toda essa consideração sobre apoio político dado a deputados esbarra na discussão sobre as “bases”, que Marcos Otávio Bezerra (2001) se dedicou a analisar. A questão que Bezerra se dedicou, *grosso modo*, está associada à conquista de projetos por meio de emendas parlamentares para serem enviados às bases eleitorais de deputados, como forma

de “retribuição” aos apoios recebidos e também como mecanismo de manutenção dessas mesmas bases de apoio que lhes dão voto. Para este caso específico, não estou me referindo a emendas parlamentares, mas a apoios que possam retornar sob a forma de políticas públicas, projetos, leis etc. que possam beneficiar uma categoria e que possam ser retribuídas com o apoio em eleições.

Gonzaga afirma que, em geral, eles (sindicalistas) é que procuraram os deputados, em épocas de eleições. Diz ainda que um vínculo maior não existe porque eles mesmos é que não têm ido à procura de políticos, chegando a afirmar que “quem tá interessado é que vai atrás”. Ele reconhece depois que o grupo tem se omitido: “a gente é que não foi”. Ao mesmo tempo em que afirma: “precisamos ser protagonistas e não viver à reboque da agenda ou das informações dos políticos. Ao contrário, eles é que precisam estar atentos às nossas agendas”.

O embaraço e a contradição que o tema dos apoios políticos provoca parecem mostrar a ambiguidade na qual está envolvida essa mesma situação: apoiar candidaturas, na expectativa de que tais apoios tragam algum retorno, mas sem os conseguir. Ao mesmo tempo parece que tais apoios parecem fazer jus a um modo de se portar dentro do campo do sindicalismo, onde se faz necessário buscar interlocutores, representantes. Parece ainda haver algum tipo de receio quanto à possibilidade de que haja suspeitas de ordem ética em torno desses apoios.

Além disso, a dimensão ambígua da política (PALMEIRA; HEREDIA, 2010) também parece servir como algo a ser refletido. Não se trata de uma mera observação entre o que é dito e o que é feito. As contradições que permeiam as falas mostram que os grupo têm representantes, mas que pragmaticamente falando não parecem obter tantas consequências com esta representação, deixando dúvidas sobre suas motivações. Todo campo parece ter seus segredos – a política e o sindicato têm os seus.

Por esses elementos expostos nos parágrafos acima, restou-me fazer algumas perguntas: porque líderes sindicais continuam apoiando candidatos, sem irem à procura destes? Ou melhor, se não há aparentemente um retorno e se eles não têm ido à procura de políticos depois de apoiá-los, e principalmente, se o sindicato pode caminhar com suas “próprias pernas” como ele mesmo afirma, por que considerá-los como interlocutores? Pela fala de Gonzaga, os “interlocutores” parecem mesmo estarem imersos numa expectativa - a possibilidade de qualquer retorno enquanto benefício para a categoria dos agricultores, principalmente os locais. E o embaraço na fala, manifestado quando Gonzaga comenta sobre

o apoio também parece estar relacionado ao fato de que, enquanto membros do sindicato, devem mostrar uma posição de autonomia e firmeza frente a qualquer político.

No decorrer da conversa, após reconhecer que o sindicato não tem procurado seus “interlocutores” como deveria, Gonzaga, talvez tentando justificar essa situação, chega a comentar: “a Rachel veio várias vezes aqui”. Algumas vezes os próprios candidatos se fazem presentes em reuniões. Ronaldo, que é filiado ao PT e já participou de campanhas eleitorais a favor de candidatos desse partido em parceria com alguns sindicalistas rurais de Aracoíaba, também cita a presença de Rachel Marques na cidade e o apoio do sindicato num certo momento, conduzindo aqueles que estavam em uma reunião sindical a um local onde a candidata estava, para o lançamento de sua campanha. Assim, parte do sindicato acaba declarando e participando da campanha de alguns candidatos, conforme afirma Gonzaga:

**Carlos** - Mas nessa reunião de lançamento, vamos chamar assim, vocês, inicialmente, falavam com eles [os associados ao sindicato] em reunião aqui [na sede do STTR-Aracoíaba], em assembleia?

**Gonzaga** – Sempre era combinado aqui. [...]

**Carlos** – Junto com os filiados, vocês fazem essa espécie de lançamento da candidatura...

**Gonzaga** – É, só que é difícil, como eu te disse. A gente não consegue fazer consenso, nem com relação a diretoria, imagine fazer com os agricultores.

Parece que também pode ocorrer uma busca por apoio por parte dos próprios políticos, não bastando somente que haja intencionalidade dos STTRs em apoiá-los, mas que os candidatos se façam presentes, que se mobilizem minimamente a fim de que possam conquistar os votos – o trânsito é fluido e de ambas as partes. Gonzaga comentou: “Inclusive, o próprio [nome de integrante da FETRAECE], acho que em 2002, ele tava cotado pra ser candidato a deputado, só que, aí, muitos sindicatos [já] estavam comprometidos com outras candidaturas”. Assim, o apoio à candidatura é visto com certa naturalidade, como algo que faz parte do campo e da dinâmica política.

Essa presença externa de políticos e outras instituições na entidade como forma de dar apoio, de buscar ajuda, formação, influência ou representação junto a trabalhadores rurais também está presente em trabalhos como os de Comerford (2003), Macedo (2009), Palmeira e Heredia (1995), entre outros. Essa relação tem forte dimensão associada à noção de

representação, a que eles tanto parecem buscar, e que Gonzaga vincula à figura do “interlocutor”. Como se dá em várias organizações, os/as sindicalistas rurais também exercem sua busca na atuação por direitos e garantias junto a governos.

Em se tratando da “interlocução” com Rachel Marques, em certos momentos o interlocutor justifica a atuação desta enquanto parlamentar de “pouca atuação” em benefício do sindicato ou dos agricultores, afirmando que isso se dá pelo fato de ela não ser “bajuladora do governo”, ao mesmo tempo em que afirma que ela sempre fala em defesa dos agricultores, e que assim ela consegue dar voz ao movimento.

De maneira mais ou menos semelhante ocorre em relação à “interlocução” com Eudes Xavier. Gonzaga observa que o deputado tem outros campos de atuação política, como a economia solidária e o desenvolvimento territorial, e reconhece que sua atuação política está muito mais voltada para Fortaleza e Região Metropolitana do que às comunidades rurais.

Também já houve apoio às candidaturas de José Guimarães (PT) e Nelson Martins (PT). Sobre essa campanha, em especial, um antigo filiado do partido fala do dinheiro investido na campanha, ele discorda da manutenção de militância paga e dos agitadores (embora ele próprio tenha participado).

É interessante observar como a relação entre os campos político e sindical se apresenta de modo fluído. Pela busca de apoio políticos em campanha estabelecem vínculos com sindicalistas, que esperam daqueles apoio para a garantia de direitos dos agricultores. As trocas e a busca por interlocução, seja na câmara ou na assembleia (junto a governos) parecem ser o mote que condiciona e torna esses apoios explícitos.

Enfim, na tentativa de explicar os apoios, Gonzaga passa a tratá-los como algo de cunho ideológico, que ocorre por afinidade de ideias, mesmo argumento para explicar a opção pela CUT em relação a outra entidade: “Na verdade, por ser do PT. A gente tem um histórico de interlocutores. A minha opção pelo PT é muito mais ideológica do que pragmática. [...] do ponto de vista pragmático, nós teríamos interlocutores de outros partidos que teriam atuação muito maior”.

Em se tratando da política local, a possibilidade de participação também existe. Em alguns momentos, o sindicato, a partir de alguns de seus integrantes, conseguiu se mobilizar em favor de alguns nomes. É que alguns nomes do sindicato gozam de certo capital simbólico ante algumas lideranças comunitárias do município, que têm ligação com o sindicato exatamente por serem agricultores/as. Essa legitimação ante algumas pessoas faz com que sejam “bem vistos” e até “queridos”. “Onde ele chegava ele era muito querido,

principalmente, pelo pessoal mais idoso. Eu ficava tão empolgado com tudo que eu via [por ver a força do sindicalista]. O amor do pessoal que frequentava o sindicato...”. Esse relato foi feito por Ronaldo. Em sua fala é possível perceber que esse sentimento em torno do sindicalista era facilmente convertido em influência política dele para com os demais associados. Esse sentimento nutrido pelas pessoas era bastante associado à atuação desenvolvida pelo sindicalista, ou melhor, pelo modo como sua atuação era interpretada pelas pessoas associadas à entidade, que provavelmente a via como “ajuda”:

**Ronaldo:** O Rodrigo [sindicalista] fazia fala, o Maurício [outro sindicalista] fazia fala nas reuniões políticas. Mas assim, quando o Maurício ia fazer uma reunião política do [nome de candidato a deputado estadual] ele tentava resolver os problemas das pessoas. Eu via isso, ele falava. Eu lembro disso. Ela falava das dificuldades das pessoas. Ele atendia a galera muito bem. Ele resolvia os problemas. [...] Ele encaminhava auxílio-doença, auxílio-maternidade. Tudo isso era ele que encaminhava do sindicato com toda a documentação pro INSS de Baturité, que não tinha aqui na época. ...

**Carlos:** Ele fazia pra pessoa, pela pessoa.

**Ronaldo:** Não. Porque ele era responsável por isso. Porque o sindicato...

**Carlos:** Só a parte burocrática.

**Ronaldo:** É. Só a parte burocrática

**Carlos:** E ele chegava a conduzir a pessoa até lá?

**Ronaldo:** Já. Já aconteceu. Eu vi ele fazer já. Acompanhava e ia com a pessoa lá mesmo. Às vezes quando a pessoa ia entregar o documento e não dava pra pessoa voltar ele ia lá de novo, só ele, deixar o documento lá. Às vezes faltava documento e a pessoa voltava e ele ia lá. Ele tava em cima. Ele resolvia o problema. Até que terminou esse mandato do Rodrigo...

Ronaldo falou comigo durante muito tempo e por vezes recorrentes. Eu já o conhecia na cidade e conversávamos bastante sobre a política de Aracoiaba. Foi sobre sua experiência de proximidade com pessoas ligadas a essa entidade que ele passou a tratar. Sua fala nos permite compreender o sindicato como um lugar onde ocorrem práticas que remontam à dimensão das “ajudas” e da proximidade com pessoas associadas; uma relação que traz consigo aparentemente algumas noções de que é preciso ter e manter estas práticas.

Pelas conversas que tive e pelas observações que fiz é como se existisse uma elite sindical, um grupo mais “articulado”, engajado e envolvido não só com as questões do sindicato, como também com as questões políticas. Isso ficou evidente quando um ex-

sindicalista entrevistado me falou que nem todos têm uma participação ou “consciência política”, por não terem tido a “formação política” que ele tivera ao ter participado de CEBs e ter estabelecido contatos com algumas pessoas etc.

Desse modo, o que se tem a observar é que nesse pequeno contingente que são os sindicalistas, há uma parcela mais ativa, proeminente e que possui mais destaque ante os demais exatamente por estar mais “exposta” politicamente. Essa parcela se dedica a atuar em questões que ocorrem no âmbito da administração pública, dos projetos governamentais, dos acontecimentos dentro dos governos e dos partidos, inclusive nas questões de âmbito nacional, e também atua em razão dos problemas enfrentados pelos agricultores, articulando isso a uma dimensão de pressão política e de poder.

Foi esse grupo que me dediquei a analisar, mas não fiz isso por essa sua característica de ser o grupo de maior destaque dentro da entidade. E assim também pela abertura e oportunidade que a mim foi dada. É claro que o fato de o grupo ter maior destaque, exatamente porque também atua mais, fez com que inevitavelmente eu lhe acessasse. Também pesou o fato de seus integrantes não me serem hostis, pela receptividade, embora percebesse que essa abertura era relativamente restrita, pois se relacionava a alguns temas. Enfim, consegui me aproximar e um deles em certo momento não se importou em me levar até antigos associados voluntariamente, como já afirmei.

Na última eleição para os cargos de deputado estadual e deputado federal, o setor mais ativo politicamente do sindicato dedicou apoio à candidatura de Moisés Braz – candidato pelo PT. Braz tem uma trajetória no sindicalismo rural, no município de Massapê, que fica na Mesoregião Noroeste Cearense (Microrregião de Sobral). Conforme é possível acompanhar em sua descrição na página da Assembleia Legislativa do Estado Ceará, ele teve passagem não só no sindicato de trabalhadores rurais de sua cidade como também na FETRAECE.

No sindicato de Aracoiaba, é possível ver adesivos de Braz, de Dilma Rousseff e de Mauro Filho, este último, candidato ao Senado. O foco do apoio era, aparentemente, o nome de Moisés Braz. No entanto, a falta de unanimidade entre os apoios prestados pelos sindicalistas foi por mim observada quando em uma carreato eu percebi que o sindicalista Pedro portava em seu peito um adesivo de um candidato – Thiago Campelo Nogueira (à época pelo Partido Solidariedade – SD. Atualmente, encontra-se filiado ao PDT) – filho de Marilene Campelo Nogueira. A justificativa dada era a de que o candidato Braz, de origem sindical, não se dedicava a aparecer na entidade – isso me fez lembrar Kuschnir (2000) em obra que trata de uma eleição no subúrbio carioca. Atenta aos símbolos de adesão como as

bandeiras, santinhos, fotos de candidatos, passeatas etc., a autora mostra a política no cotidiano, em meio aos valores e perspectivas locais. De modo semelhante, Mattos (2012) percebe como as pessoas elaboram critérios bastante pessoais para aderir ou não a certas candidaturas bastante pessoais, como o fato de o político não ter feito visitas às suas casas, por exemplo. No caso analisado, uma proximidade maior com o sindicato é o critério cobrado pelo sindicalista, sendo esse um valor seu.

Não tenho dúvida de que estou diante daquilo que é explícito, mostrável, apresentável a mim. Enfim, suas falas são aquilo que pode ser dito. Esses apoios envolvem variados aspectos que colocam em amostra toda uma dinâmica do modo como a política funciona, repleta de aspectos que permeiam o que é moral e socialmente aceito. Observo que as falas nem sempre captam a dimensão do legalismo, ou melhor, que nem sempre algumas práticas são vistas como ilegais.

### **4.3. Dia de Assembleia: entre informes, votações e conversas**

Chego ao sindicato, que está localizado em frente à praça principal da cidade, oficialmente chamada Praça 16 de Agosto<sup>18</sup>, mas que é conhecida pela maioria das pessoas como Praça da Igreja ou Praça da Matriz, por estar em frente ao templo da Igreja Católica. É lá onde comumente se instalam parques nos períodos das festividades religiosas do catolicismo local, as festas da padroeira e do co-padroeiro. É válido informar que, como em outras cidades brasileiras, ali é perceptível o aparecimento e o crescimento de templos de denominações religiosas protestantes.

Antes de tratar da reunião, devo afirmar que não tenho a intenção de expor esse evento como síntese ou resumo do que sempre acontece em todas as outras reuniões sindicais. A descrição aqui apresentada tem por objetivo expor genericamente alguns aspectos encontrados numa assembleia de trabalhadores e trabalhadoras rurais, cujas práticas e relações são passíveis de serem analisadas.

O prédio em que o sindicato está instalado fora reformado ainda no início dos anos dois mil, pelo grupo (ou parte dele) que ainda hoje permanece na direção da entidade. Está situado entre casas, numa rua residencial central e importante. É coberto por azulejos de cor cinza e possui um andar superior. Ao entrar na entidade deparamos com seu auditório,

---

<sup>18</sup> O nome da Praça faz referência à data comemorativa relacionada à emancipação do município, que segundo dados oficiais ocorreu no dia 16 de agosto de 1890.

onde ocorrem assembleias, como a que me dispus a participar e descrever. Mais adiante há um corredor. A primeira porta dá para uma sala com computador, onde o advogado da entidade costuma atender aos associados, e onde se encontram alguns dados sobre estes; uma janela de vidro com vista para o auditório torna possível ver qualquer um que lá esteja. Passando um pouco mais, é possível encontrar mais um corredor secundário, onde ficam os banheiros. Seguindo pelo corredor principal, é possível encontrar mais uma porta; trata-se de uma sala que abriga uma mesinha, duas cadeiras, uma estante, sem um uso específico, aparentemente, onde certa vez estive conversando com dois sindicalistas. Ao final, é possível encontrar a cozinha, onde refeições, como as que foram servidas no início da assembleia, são feitas. No andar superior, além de salas de uso variado, é possível encontrar uma com equipamentos voltados para consultas odontológicas.

Na fachada do prédio é possível ver uma placa com o nome da entidade. Trata-se de um desenho contendo a imagem de um agricultor de chapéu cultivando a terra com uma enxada; há ainda a indicação de que o sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o número de telefone da entidade. Estes elementos gráficos não chamam tanta atenção quanta a frase estampada na parte superior da mesma placa: “Ou nós se une, ou nós se lasca”, seguida da indicação de quem teria feito tal afirmação – “Seu Fernando de Vazantes”.

Adentro ao local onde a assembleia acontece, está lotado. A maioria das pessoas que lá estão sentadas é de mulheres. Os homens assim como aquelas aparentam ter, em sua maior parte, entre cinquenta e sessenta anos de idade. São, em sua maioria, pequenos proprietários rurais.

#### **FOTO 04 - INDICAÇÃO DE ALGUNS INFORMES QUE COMPUNHAM A PAUTA DO DIA.**



Fonte: Arquivo Pessoal



**FOTO 05 – SECRETÁRIO FAZ INDICAÇÃO DE ALGUNS INFORMES AO LADO DE REPRESENTANTE DA CUT E OUTROS SECRETÁRIOS.**



Fonte: Arquivo Pessoal

**FOTO 06 – REPRESENTANTE DA FETRAECE FALA AO LADO DE SECRETÁRIOS**



Fonte: Arquivo Pessoal

A reunião é iniciada com os informes. Um dos secretários da entidade inicia comentando sobre a situação política no país. Sua visão sobre o momento atual da política no Brasil consiste, em linhas gerais, em compreender que o país passa por uma situação de crise, um momento em que políticos aliados fazem chantagens para obter vantagens junto a um governo que tem que lidar com denúncias de corrupção. Para ele, a presidenta da república está com uma carta de renúncia nas mãos, e o Congresso Nacional enfrenta e/ou está

constituído por forças conservadoras e tradicionais. Para o sindicalista, detentores de poder econômico, principalmente o grupo patronal, estão pressionando o governo para fazer com que a classe trabalhadora perca seus direitos. Assim sendo, ele conclama as pessoas a prestarem atenção em quais são os políticos que querem fazer isso. Em certo momento de sua fala, ele menciona o comentário feito por Cid Ferreira Gomes, que quando ainda Ministro da Educação, em sua rápida passagem por essa pasta, ficou conhecido por seu comentário de que no Congresso haveria uns 300 ou 400 achacadores. Ao falar sobre isso, o sindicalista se põe a explicar o termo, que ele associa a pessoas que fazem algo por dinheiro ou coisa parecida. Para ele, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estariam entre esses “achacadores”. Sua fala oscila entre o apoio e o descontentamento com o governo federal.

O sindicalista frequentemente explica o significado de algumas expressões próprias do mundo da política e do universo sindical. Por vezes, o modo como ele fala se assemelha ao um professor dos tempos da escola: suas explicações são bastante simples, seu modo de falar é às vezes duro, quando pede silêncio, e outras vezes calmo e manso, quando se trata de demonstrar e explicar o que acontece na política atual. Também é possível perceber seu modo mais duro quando ele passa a falar como alguém que se opõe às políticas de ajuste fiscal – assim sua fala não é de um apoio total e irrestrito ao atual governo, ao mesmo tempo em que não parece condená-lo por inteiro, mesmo porque muitos do sindicato apoiaram a campanha de reeleição de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ele pergunta o que significa CUT, FETRAECE, CONTAG etc. e a quase totalidade dos que ali estão presentes não sabe responder. Procura mostrar a dinâmica do funcionamento das instituições públicas e elementos relacionados ao processo legislativo, tudo elaborado de acordo com as suas percepções sobre a política institucionalizada.

Muitas conversas acontecem enquanto o sindicalista fala, fato que o leva a pedir silêncio muitas vezes. E só interrompe sua fala para dar lugar ao representante da CUT – são assuntos sobre a conjuntura política e econômica abordadas com bastante simplicidade na explicação, assim como o fez seu antecessor, com analogias a situações cotidianas (aspecto que inevitavelmente me faz lembrar os pronunciamentos do ex-presidente Lula da Silva e sua retórica bastante acessível, quando ia explicar assuntos de ordem um pouco mais complexa por exigirem conhecimentos acadêmicos prévios, por exemplo).

As conversas desses trabalhadores que muitas vezes escutei acabam sendo, de maneira geral, bastante relacionadas ao seu mundo, óbvio: vendas de vacas, novilhas e garrotes ou o estado de saúde destes, venda de terras, trocas ou permutas; pessoas que

executam ou executaram esse tipo de atividade. O cotidiano segue em torno do que é experimentado pelas pessoas. E é no cotidiano que os valores e rótulos atribuídos a pessoas e lugares, que há pouco eu mencionei, se reforçam ou se modificam, a partir das conversas e/ou fofocas nas calçadas, nos bares, nas bodegas, nas praças, nas visitas ao fim de tarde.

Enquanto o sindicalista fala, abordo um homem: trata-se do senhor Feliciano; não o conhecia até então. Este passa a conversar comigo de uma maneira bastante amigável, sem qualquer acanhamento. Ele fala sobre sua plantação, comenta que a produção de milho não iria “segurar”, porque as chuvas não estavam tão intensas. Perguntei se ele sempre vinha às reuniões, e ele respondeu-me positivamente, mas revelou que só presta atenção nos assuntos que mais têm a ver com o seu dia-a-dia, como a atividade agrícola, os benefícios e os direitos. E foi o que aconteceu quando o assunto na fala do sindicalista passou a se referir ao seguro-safra: seu Feliciano fez sinal de que iria interromper nossa conversa para prestar atenção à fala. Após isso, ele volta a conversar comigo.

Seu Feliciano mora em uma comunidade que, segundo o próprio, fica acerca de duas léguas<sup>19</sup> dali. Ele conta sobre suas “experiências” de chuva, suas observações em torno do comportamento dos bichos e da aparência do sol e da lua. Entre uma conversa e outra ele gentilmente me oferece balas de hortelã. Aceito-as. A conversa segue até que ele pergunta sobre mim. Digo-lhe que estou fazendo uma pesquisa e ele logo pergunta de onde sou. Falo que sou da cidade e ele logo faz indicação de que vai perguntar de quem sou filho. Antes de ele perguntar, revelo-lhe o nome de meu pai. Ele fica surpreso e alegre, pois eles se conheciam e passou a falar de como era sua relação com meu pai. Nunca pensei que uma pesquisa poderia me proporcionar conhecer um pouco mais sobre mim mesmo.

Antes do fim da assembleia, depois de votações sobre a proposta que reduz o valor pago ao sindicato para que inadimplentes possam ficar quites com a entidade, e após a escolha feita para que associados e/ou membros da entidade possam representar o sindicato em eventos como a Marcha das Margaridas e em reuniões da FETRAECE, sou convidado pelo diretor da entidade a “dar uma palavrinha”. Eu não esperava pelo convite, mas diante da necessidade de uma resposta rápida, e no calor do que estava acontecendo acabo aceitando, com receio sobre as possíveis implicações disso para a pesquisa. Em não havendo alternativa, assumo a palavra, em uma fala que buscava estimular sua atuação, com comentários sobre a

---

<sup>19</sup> Léguas e braças são antigas unidades de medida ainda muito comuns entre agricultores. Valem, respectivamente, 6 quilômetros e 2,2 metros, conforme o interlocutor. Pode haver ainda a referência à meia légua ou meia braça, para se falar da metade dessas unidades de medida, que obviamente seriam 3 quilômetros e 1,1 metro, cada.

política institucional da cidade e do âmbito federal e prestava esclarecimentos sobre o que eu fazia ali. Falo ainda sobre a importância da participação dos agricultores em um sindicato, sobre a necessidade de união e a busca por direitos, e que direito não é “favor” ou “ajuda”, é uma garantia que eles têm e que deve ser posta em prática. Ao fim da minha fala, algumas despedidas e encerra-se a assembleia.

Na assembleia, pude perceber como algumas ações são centralizadas no diretor geral. Também é perceptível o fato de que os associados conhecem pouco sobre a própria instituição. Enquanto o diretor comenta sobre a política nacional, os sindicalizados parecem não dar tanta atenção. Esses elementos ficam evidentes quando na escolha de representantes da entidade para participarem da *Marcha das Magaridas* pessoas do próprio sindicato ficam a sugerir nomes de pessoas que poderiam ir para esses eventos representando a entidade, sem que essas mesmas pessoas manifestem sua vontade de participar. Quanto à pouca atenção dada aos assuntos políticos, é na fala de Seu Feliciano que isso é evidente, já que o próprio afirma que fica apenas ouvindo, e quando alguém fala algo importante ele logo passa a dar atenção ao que é dito.

Essa postura em torno de uma noção mais pragmática na vida, em que se busca aquilo que é mais útil, não necessariamente de cunho econômico, mas sobre aquilo que lhe pode ser usual e conseqüentemente melhore ou simplifique o modo de realizar os afazeres cotidianos, foi percebida por mim mais uma vez em outro momento, quando eu conversava com um sindicalista e este me falava que preferiria um técnico agrícola a um doutor agrônomo. Ali observei, pelos assuntos que tratávamos e pelo teor da conversa que sua preferência é, na verdade, pelo conhecimento técnico, objetivo, prático e direto, que aponte soluções exatas para os problemas do cotidiano, por imediata oposição ao conhecimento acadêmico, e provavelmente o da universidade, que ele associa à teoria, com a qual não se pode operar no âmbito da prática ou do dia-a-dia, senão por meio de mais teorias, divagações intelectuais. Como se fosse um conhecimento que não possui serventia para o agricultor, no seu roçado.

Pontes chama de pragmatismo sertanejo, o “engajamento e [a] articulação social para soluções de problemas inerentes ao sertanejo” (2014: 162), ou seja, sua disposição para buscar não aquilo que lhe convém, aquilo que possa lhe servir na vida diária. É o que fez Seu Feliciano quando afirmou ter buscado o sindicato para poder ter gente que possa “ajudar” aos trabalhadores, já que em sua concepção as lideranças que estão na direção da entidade, diferentemente das anteriores, “fazem a coisa andar”, no que diz respeito a documentos e

processos. E neste sentido aquele mesmo autor considera o “crescente envolvimento do sertanejo em associações, sindicatos, articulações, igrejas, dentre outras [...] [como] busca pela valorização e convivência com seu meio” (*idem*: 158).

Mas esse pragmatismo em nada impede um potencial criativo, aliás é exatamente pelas necessidades cotidianas que a criação se torna tão importante. Embora não se queira firmar que essa dimensão criativa da cultura tenha caráter utilitarista, pragmático ou que seja mero reflexo das necessidades materiais. Em se tratando de capacidade de criação, os agricultores fornecem grandes possibilidades analíticas. Isso porque o agricultor e/ou a agricultora, em suas atividades, “lutas”, “lidas” e “afazeres” diários em casa, no terreiro ou no roçado encontram-se diante de problemas que requerem soluções muitas vezes imediatas. Se tem praga na lavoura, alguma doença nos bichos que criam ou precisam evitar que o gado adoça – recorrem a veneno, mata-bicheira ou vacinação. Se se precisa de algo e falta dinheiro ou ainda se está faltando algo e mora-se longe de um comércio ou da cidade, improvisa-se: assim, uma antiga lata de produto industrializado pode “virar” copo, pequeno vaso, balde, recipiente para guardar grãos, retirar água do pote, calço para algum objeto entre tantas outras possibilidades que a criatividade permitir. Objetos ganham usos a depender do contexto, das necessidades e do que for possível, transfigurando-se em outros. É óbvio que a situação material não é a única explicação para isso. Quero apenas mostrar aqui seu acervo e arsenal criativo e imaginativo em meio a esse pragmatismo.

Durante a assembleia, percebi certa centralidade do secretário que a comandava. Em poucos momentos a fala foi aberta, mas mesmo o secretário-geral, comumente considerado como sendo o presidente da entidade, falava pouco. O secretário conduzia, inclusive indicando nomes das pessoas que poderiam participar de eventos estaduais da FETRAECE e da Marcha das Margaridas, como afirmei acima.

Enquanto o evento ocorria, o microfone e a fala estiveram bastante centrados na figura desse secretário. Foi quando, por sua iniciativa dele, convidado a fazer uma fala, fui apresentado como alguém de Aracoiaba, filho de pessoas de Aracoiaba, com alguma referência ao fato de estar na universidade e fazendo uma pesquisa. Em outro momento, tive a oportunidade de conversar com esse mesmo secretário; já tivera feito isso uma vez, mas desta vez tratava-se de uma conversa bem mais informal. Naquela conversa ele deu sua opinião contrária aos programas governamentais. Demonstrou sua concepção de que há oportunidades, bastando tão somente às pessoas quererem, terem disposição e irem atrás dos objetivos para conseguir alcança-los, como se todos tivessem possibilidades iguais. Suas

opiniões eram corroboradas por um técnico agrícola e funcionário público de classe média. Não hesitei em discordar e mostrar argumentos, todos aparentemente em vão. O sindicalista carregava consigo uma visão de mundo tão conservadora que parecia tornar totalmente desnecessária a existência de um sindicato patronal ali, que de fato não existe. Para mim, não era novidade saber que um sindicalista pudesse assumir uma postura em defesa de temas conservadores, mas a conversa serviu-me para perceber que não necessariamente as posturas e as ideologias dentro de uma entidade trabalhista são as mesmas. Enfim, estas são apenas observações pessoais.

#### **4.4. Síntese: os dois tempos – o tempo da fundação e o tempo atual**

A relação de sindicalistas com políticos e o envolvimento daqueles em campanhas eleitorais destes é um aspecto que não é próprio da política aracoibense e, repito, não é aqui explorada como algo ilegal, imoral ou aético. Mostra antes de tudo o intercâmbio de bens políticos, trocados cada vez que o ritual das eleições acontece no país. Mas também, durante os mandatos de políticos e sindicalistas.

A relação com seus associados guarda alguns aspectos que se relacionam a uma dimensão de “ajuda”, em alguns momentos. Isto faz com que seja possível pensar “ajuda”, como algo que se encontra na vida social cotidiana, mas também presente não só no campo político como também no sindical.

Além dessas caracterizações, outras contribuem ainda para pensarmos dois tempos, que aqui os chamo de “tempo da fundação” e “tempo atual”. As práticas presentes no cotidiano do sindicato fazem com que eles tragam algumas classificações que podem ser associadas a esses dois sentidos temporais que eu classifico.

O “tempo da fundação” é o período em que o sindicato estava se formando, quando as pessoas eram mais envolvidas, engajadas e as “lutas” ocorriam de uma maneira mais intensa, em que eles estavam “unidos” para enfrentar os problemas, as “questões”, os conflitos com proprietários e até com políticos, eventualmente.

O “tempo atual” é a época dos dias de hoje em que as pessoas seriam menos envolvidas, só estariam no sindicato para “conseguir” aposentadoria, seguro-desemprego ou algum outro benefício que lhes interesse individualmente. É um período visto como sendo marcado por certa apatia, indiferença e até apolitismo.

A fala deles remonta a um período em que as pessoas parecem não se importar com questões relacionadas a movimentos sociais, a reforma agrária, direitos dos agricultores. Enfim, trata-se de um olhar que compara o antes e o agora: o antes é lembrado com certo saudosismo, classificado como sendo o período de quando as pessoas eram atuantes, em contraste com o tempo atual, marcado por práticas distintas das de antes, quando se percebe inclusive um sentimento de pesar pelos tempos atuais.

Esses dois tempos foram percebidos por mim quando eu conversava com os sindicalistas. Há um comentário frequentemente entusiasmado sobre como o sindicato começou, e que vai sendo aos poucos tomado pelo tom melancólico dos tempos atuais, exatamente pelas características deste.

Tempos distintos presentes em falas de trabalhadores rurais também fora algo percebido por Mello (2011), quando analisando assentados do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST) após a conquista do assentamento, constatou dois discursos que remontavam a tempos de práticas diferentes: o “tempo do patrão” e “quando os assentados chegaram”, quando as características de antes, marcadas pela relação com o patrão foram alteradas, modificando-se com a chegada dos assentados. A presença destes teria alterado parte do conjunto das práticas e das relações existentes até então.

De maneira não muito diversa, Loera (2009) observou diferentes tempos em um acampamento. Em sua tese, analisando uma ocupação do MST, ela identificou diferentes momentos experimentados como socialmente relevantes. Daí seu diálogo teórico e empírico estabelecido entre a etnografia e a teoria social, entre os dados de seu campo, a partir dos trabalhos de Moacir Palmeira (2002) e das análises acerca do tempo presente em Norbert Elias (1998).

Loera (2009) procura demonstrar a afinidade entre as análises de Elias (1998) e Palmeira (2002) uma vez que aquele, ao abordar o tempo, trata-o como tempo social, trazendo a dimensão de algo socialmente construído, propondo uma análise relacional, no contexto em que este é produzido. Enquanto isso, Palmeira, em suas etnografias realizadas no Nordeste brasileiro, procura atentar às concepções acerca da categoria tempo utilizadas pelas pessoas dessa região, mostrando o tempo como unidade em que algumas relações se desenrolam no cotidiano, sendo menos associado a uma temporalidade e mais a certas atividades que se realizam num determinado período (PALMEIRA *apud* LOERA, 2009: 235)

Os tempos que eu tenho descrito – o tempo da fundação e o tempo atual – não chegam a estar presentes como tal nas definições trazidas explicitamente nas falas dos

agricultores e associados. Esses tempos trazem uma dimensão analítica, mas que se desenvolveu a partir das falas, nas conversas realizadas com eles, quando frequentemente logo após a expressão “hoje em dia” seguia-se uma classificação negativa em torno do momento atual vivido pelo sindicato, em comparação ao período relativo à fundação, quando as “lutas” ocorriam.

A classificação que eles costumam fazer acerca desses dois tempos, consiste em certa insatisfação com um possível comportamento apático dos associados em relação e à “luta” e ação política, característicos do tempo atual. Tudo se passa como se “a atualidade” fosse marcada pela busca do sindicato para benefícios que dizem respeito a uma dimensão mais individualista, como a procura por comprovantes para aposentadoria, já que uma das formas de se comprovar ser um agricultor e “conseguir” se aposentar por tempo de serviço ou por idade enquanto pertencente a essa categoria profissional é tendo a carteira de sócio da entidade. Assim, parte da insatisfação da qual os sindicalistas reclamam está relacionada a esse tipo de associação à entidade, que para eles é visto como algo que tem por objetivo somente o interesse por benefício pessoal, no caso a aposentadoria<sup>20</sup> ou qualquer outro benefício.

Em um contraponto a esse tempo, apresento o tempo da fundação, presente na fala dos sindicalistas, quando estes se referem à época em que as pessoas vinham de longe para participar de reuniões, quando em meio às “lutas” eles tinham que resolver “questões de terra”, entre fazendeiros e pequenos proprietários.

Como se vê, esse tempo a que me refiro faz referência a um conjunto de práticas que marcam certas épocas. É possível fazer um paralelo entre o “tempo da fundação” e o “tempo atual” com outros tempos encontrados por Mello (2011) em sua pesquisa sobre o MST, como o “tempo do patrão” e “quando os assentados chegaram”. Este paralelo pode se dar pelo fato de que evocar essa época remete a momentos distintos marcados por relações e práticas, indo além de uma simples lembrança. No caso da minha pesquisa, as expressões são muito mais uma síntese das falas dos interlocutores que podem ser associadas a essas categorias.

Nitidamente, parece haver mais orgulho em falar do tempo da fundação do que tratar do tempo atual. É como se o tempo atual marcasse uma espécie de decadência do movimento anteriormente iniciado. Como se as práticas atuais descaracterizassem o sentido

---

<sup>20</sup> É válido observar que o trabalhador rural tem, pela própria Constituição Federal, o direito a aposentadoria em tempo menor que o trabalhador urbano. Atualmente, a idade mínima para a aposentadoria é de 60 anos para o homem e 55 para as mulheres do campo. Cinco anos a menos que os/as trabalhadores/as urbanos/as.



de um movimento sindical “de luta”, “batalhador” e que enfrenta situações adversas, não importando quais sejam.

#### **4.5. Excurso: As chuvas, o tempo, a política das águas e a vida social no “sertão”**

A Semana das Águas consiste num evento que promove debates acerca da preservação dos rios e açudes locais. De acordo com um de seus idealizadores, que já integrou a entidade quando esta ainda se chamava Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Aracoiaba (a entidade teve o nome alterado para Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Aracoiaba, conforme informado anteriormente), esse debate surgiu após a água ser tema de uma Campanha da Fraternidade, produzida pela Igreja Católica há cerca de dez anos. O Sindicato era uma, entre várias instituições que participavam deste evento.

Nessa Semana vários eventos tinham a água como tema, óbvio. Mas o que me chamou a atenção foi o evento voltado para debater as condições do volume de água presente na adutora que abastece as cidades de Aracoiaba e Baturité, e que por vezes serve para abastecer indústrias da Região Metropolitana de Fortaleza, em certos períodos de escassez nessa região. A água é assim tema de eventos.

A reunião para debater a condição do reservatório de água, não conta com a presença de muitas pessoas. Ao início, uma rodada de apresentação, estamos em círculo – aspecto que remonta à ideia de um diálogo horizontalizado, sem hierarquias, ao menos aparentemente. Em seguida fala-se sobre o nível da água represada, com técnicos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH). Há um intervalo, quando todos lancham e conversam. A reunião ocorre pela manhã e entre as preocupações levantadas também estão as condições de limpeza das margens e das águas do Rio Aracoiaba; isso mostra a tendência à inclusão da temática ambiental no âmbito do sindicalismo no campo. A reunião acaba com a oração do Pai-Nosso.

Esse evento, em especial, trouxe a mim a inquietação em torno do clássico debate entre cultura e natureza. Entre humanos e coisas. Não sou capaz de responder a essa inquietação, nem tenho a intenção de fazê-la superada. Mas o fato de a chuva e a água serem elementos centrais nas conversas públicas e privadas, nos debates da vida política, nas discussões em diversos momentos da vida dos agricultores diz muito sobre essa relação sociedade e natureza.

Esse aspecto é interessante porque a chuva, que ocupa uma enorme centralidade nos variados campos da vida social, passa também a ser objeto de diversas formas de classificações, sendo positivada na maioria delas, exceto quando esta vem em excesso causando enchentes, além de danos e estragos em plantações.

O mesmo ocorre com a água, frequentemente associada a uma dimensão de igual importância, mas, principalmente, de valor simbólico e econômico. Famílias podem armazenar água em cisternas, a partir de calhas instaladas ao final das telhas que a fazem escorrer até que possa ser captada e por fim consumida. Quando os anos são de seca prolongada e as cisternas secam é comum que famílias mais conhecidas e próximas permitirem que vizinhos, amigos ou familiares retirem água de suas cisternas. Essa partilha compreendida como “ajuda” é muito bem vista. Acontece não só entre moradores dos lugares mais afastados da sede do município, como na sede, propriamente dita. Por se tratar de um bem econômico e de uma ajuda de cunho simbólico por sua grande importância, esse tipo de atitude costuma ser frequentemente lembrado e relembado; parece-me que até como um gesto de reconhecimento e agradecimento à ajuda recebida, uma vez que frequentemente não se cobra financeiramente por isso.

Recentemente, essa prática se tornou menos frequente, embora ainda ocorra. Políticas governamentais envolvendo a construção de cisternas de placas, políticas de distribuição de renda, um maior acesso à água, pela construção de açudes, barragens ou pela possibilidade de aquisição por meio de compra ou distribuição governamental e gratuita, de forma geral, contribuíram para que isso venha se tornando menos comum. Pois permitiram que as pessoas pudessem adquirir esse bem, visto cada vez mais como um direito.

As chuvas, o tempo, a seca, a estiagem, as enchentes e os mais diversos aspectos relacionados ao clima e à temperatura são todos eles envolvidos por aspectos do domínio dos significados. São portadores de certas características e podem modular práticas e comportamentos. Tempo de seca e de chuva marcam práticas.

Essa dimensão tende a ser mais comum entre os agricultores, devido ao seu envolvimento maior com o mundo tradicionalmente classificado como natural. Seu envolvimento com esse mundo vai para além de uma relação pragmática em que a água de chuva possa vir a ser útil em algo e para que a plantação seja exitosa, uma vez que parece estar presente para além de uma dimensão puramente econômica, adentrando um universo de práticas repletas de simbolismo.

É aqui que entram as práticas de “previsão”, “profetamento” ou “experiências” para saber se haverá bom inverno ou não. Tratando genericamente, essas práticas consistem em diversas análises feitas pelos agricultores, observando a alteração no comportamento ou nas características gerais de animais, corpos celestes, ou em alguns objetos que se relacionem com a água, o tempo e o clima, em dias específicos, frequentemente, os dias dedicados a santos católicos.

Do modo como tenho observado, entre esses agricultores parece haver uma integração entre os mundos aos quais estamos acostumados a nos referir como distintos e diferentes. Assim, o mundo classificado como pertencente à natureza (excluindo os seres humanos), o mundo sobrenatural/espiritual/religioso (aquele que está para além da vida terrena) e o mundo social/cultural dos seres humanos (seus valores e visões de mundo, que abarcam inclusive aquelas outras esferas), apresentam-se como que amalgamados – embora seja possível indicar algumas diferenças entre estes. Essa concepção aparece em especial na noção de que os animais são criaturas divinas, assim como os seres humanos o são, e que por isso teriam condições de “prever” ou de saber se haverá chuvas ou não.

A Semana das Águas não parece ser simples mobilização para conscientizar as pessoas acerca da conservação e preservação deste recurso (como se isso por si não falasse sobre o peso e a importância da água em suas vidas), mas mostra pelos frequentadores (ainda que poucos) o modo como o sindicalismo e as políticas governamentais se encontram para tratar daquilo que aparece como central na vida dos agricultores.

A água surge assim permeada de aspectos de ordem simbólica, como coisa fortemente marcada por significados, como que impregnada de valores socialmente estabelecidos e repleta de representações ao seu redor. É assim que ela deixa aparentemente de ser uma coisa qualquer e passa a ter uma força simbólica de suma importância na vida social de agricultores.

Aqui é possível adentrar à dimensão da gestão da água, de sua forte presença no cotidiano de muitos agricultores, de modo permeado por aspectos não só simbólicos como também de poder, já que ela é objeto visado tanto por agricultores, proprietários, como pelo próprio estado. Taddei e Gamboggi (2011) têm comentado sobre a gestão das políticas das águas, atentando à importância múltipla à qual ela está associada, em meio à possibilidade de se gerir este bem.

Já no âmbito da administração pública, há uma política em torno da água, das informações sobre as chuvas, do represamento de água, da liberação desta, do consumo, do

abastecimento, da distribuição, da gestão que é totalmente permeada por aspectos de poder, deliberação, argumentação, regulação, conflitos, debates etc. em torno da água.

Ora, a seca, as chuvas, o clima são por si objetos de disputas e legitimações de interpretações entre agricultores, técnicos e cientistas. O próprio estado conta com órgão e instituições dedicadas a aplicar conhecimento, enquanto os agricultores, buscam suas previsões baseando-se em concepções e representações, tentando interpretar aquilo que consideram como “sinais” da natureza, em especial, nos bichos.

Assim, alguns animais seriam dotados de capacidade de indicação de chuva. A natureza como um todo geraria indícios, cabendo ao sertanejo interpretar. “A natureza, não mente, ela nunca erra”. O agricultor ou o profeta da chuva estes sim podem errar, se não interpretarem corretamente os seus “sinais”. O comportamento dos animais serve como indicador de se haverá chuva ou não.

Deste modo, por exemplo, quando a rã coxa é sinal de que vai chover. O som emitido por esse animal é resultante de um tipo de respiração que ele executa e é menos comum no cotidiano, talvez a excepcionalidade do fato crie uma noção de quebra de uma estabilidade, gerando especulações sobre a tão esperada chuva. De maneira semelhante, para alguns agricultores, quando o pássaro popularmente conhecido como João-de-barro, ao construir sua moradia faz a entrada de seu ninho em direção ao poente, é sinal de que haverá um bom inverno, pois isso significaria que ele estaria protegendo a si e aos seus filhotes da água da chuva que poderia adentrar o lugar onde ele mora, já que esta vem no sentido de onde nasce o sol.

Curiosamente, agricultores e animais disputam sobrevivência em meio ao sertão. É bastante comum a noção de que os animais são inteligentes e possuem uma perspicácia, da qual o agricultor procura identificar, para também driblar os riscos que os períodos de seca trazem. Saber interpretar o tempo pelos “sinais” que a natureza parece mostrar é crucial para o agricultor decidir se vai ou quando começará a plantar. Tudo isso dependerá da “experiência” obtida por ele e por seus amigos agricultores, já que a variedade de experiências e a possibilidade de se obter diferentes resultados faz com que eles compartilhem entre si aquilo que concluíram com suas observações.

O que eles chamam de experiência é exatamente o ato que realizam para saber se vai chover. Há vários tipos de experiência e em todas elas, empregam-se técnicas diferentes. Podem observar coisas diferentes, podem analisar animais diferentes como referencial e assim, tirar suas conclusões para saber se haverá um inverno bom ou fraco.

Para alguns autores, por essa relação de proximidade entre esses agricultores, os animais e natureza em geral, têm proposto aquilo que vem sendo chamado de perspectivismo sertanejo, numa referência explícita ao perspectivismo ameríndio de Eduardo Batalha Viveiros de Castro, para quem, em suma, o perspectivismo “é a concepção comum a muitos povos ameríndios do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos e pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO *apud* SENA, 2011). Deste modo, seguindo essa mesma linha,

Na cosmologia sertaneja, os bichos também participam do mundo de forma ativa, interferindo em seu curso e anunciando prognósticos aos quatro cantos com suas aparições, vozes e movimentos. Cabe ao homem sertanejo desenvolver, face a essas agências e potencialidades sobrenaturais, uma refinada percepção para ler o profetamento dos bichos, portadores intuitivos de uma sabedoria de inspiração divina (VEIGA, 2006: 140).

Se para Viveiros de Castro (1996) o perspectivismo ameríndio não engloba todos os animais, senão aqueles que estão envolvidos em relação de caça, servindo como presa ou podendo ser perigosos ao homem, também entre os agricultores, os animais “usados” nas experiências de chuva não são todos, mas alguns que vivem em meio aos “matos”, encontrados em “roçados”, que estão em profunda relação com o meio natural, e assim como os próprios agricultores, dividem o lugar e a sobrevivência no sertão.

Todas essas experiências, a observação dos bichos, o estado da natureza e do clima em certos períodos do ano, se relacionam com a dúvida de saber se haverá um “bom inverno”, que é aquele em que as chuvas são regulares, sem exageros; é aquele em que os açudes e as barragens enchem, e se chegam a “sangrar” (transbordar por sulco devido ao excesso de acúmulo d’água), melhor ainda. Como já afirmei, encontrei agricultores e proprietários de fazendas capazes de elencar uma série de anos em que se teve “bom inverno” ou “inverno fraco”. Para Taddei, essas “experiências” dizem mais que isso, por se relacionarem a um “processo de sincronia coletiva que une plantas, bichos e gentes” (2014: 604), já que todos estariam como que interligados, numa relação de vivência e experiência em um ambiente por vezes adverso.

É nesse contexto que o clima ganha as explicações próprias definidas pelos que trabalham na terra. A estação “inverno” está quase sempre restrita à quadra chuvosa – nos primeiros meses do ano, em especial fevereiro, março e abril, podendo-se acrescentar o mês de janeiro, caso haja uma ótima estação chuvosa; também a depender desta as chuvas podem

ocorrer, embora de modo não regular e com menor intensidade, até meados de junho. E podem ocorrer chuvas em quantidade e intensidade bem menor nos meses de outubro e novembro – quando ocorre a chamada “chuva do caju”; chuva que cai nas primeiras safras de caju. Mas aqui não se diz que é inverno, diz-se no máximo que houve um ótimo ano de “inverno”, chegando a chover até no “tempo do caju”.

A estação do “verão” se refere aos demais meses do ano. Em geral, de julho até dezembro considera-se “verão”. Mas não há uma definição exata, porque o “inverno” pode se estender. Já a “seca” não é propriamente uma estação, sendo associada aos períodos ou anos de estiagem, de escassez, de falta de chuva. Há, em geral, algum tipo de receio que isso ocorra.

O anúncio das primeiras chuvas parece ser tomado de esperança, mesmo no semblante das pessoas. Os agricultores e pequenos proprietários frequentemente esboçam alegria em seus rostos, parecem se animar em meio à possibilidade de bom inverno; é como se houvesse uma renovação da vida e da esperança ali, um novo ciclo, uma nova fase, um recomeçar que acontece na vida das pessoas e na natureza que as cerca.

Como já afirmei, uma constante nas falas dos agricultores são as chuvas e a água. A centralidade de tais assuntos é evidente, a preocupação com a plantação, com os reservatórios de água, com a sobrevivência dos bichos e, obviamente, com a sua propriamente dita. Comentam sempre se haverá bom inverno ou não. Fazem experiências observando fauna, flora e céus, e discutem entre si os resultados encontrados.

O cair das primeiras chuvas é bastante comemorado. As chuvas tornam-se um importante evento pelas consequências positivas a elas atribuídas: a caatinga enche-se de verde e se forma o pasto para alimentar a criação, nos riachos e rios passa a correr água intensa, os açudes enchem, a plantação se sustenta e dá certo. Nesse cenário, a autoestima própria dos agricultores e os sentimentos pelo do lugar são enormemente ampliados. Mas se não tem bom inverno e o ano é de seca, é perceptível, o ar por vezes triste e inquieto dos agricultores<sup>21</sup>.

Valho-me agora de algumas considerações elaboradas por Loera (2009), sobre o tempo presente em alguns autores da antropologia. Toda questão se desenrola em torno de

---

<sup>21</sup> Não por acaso, Luiz Gonzaga em *Último Pau-de-Arara* canta os seguintes versos: “A vida aqui só é ruim / Quando não chove no chão / Mas se chover dá de tudo / Fartura tem de montão”. Já em *A Volta da Asa Branca* temos: “Rios Correndo / As cachoeira tão zoando / Terra moída / Mato verde, que riqueza / E a asa branca / Tarde canta, que beleza / Ai, ai, o povo alegre / Mais alegre a natureza”. Deste modo, a terra seca é a mesma que quando chove tudo dá e em tudo dando, traz a alegria aos que dela dependem.

percepções sobre o espaço, clima, as estações e o tempo (no sentido de condições meteorológicas e atmosféricas que caracterizam certo lugar ou região, mas também dentro de uma dimensão de temporalidade).

Por exemplo, Evans-Pritchard, segunda a autora, faz um recorte analítico acerca do tempo entre os nuer, povo nilota situado no Sudão egípcio, quando das pesquisas realizadas por este antropólogo na década de 1930 (EVANS-PRITCHARD, 1999). Haveria, dois tempos, sendo um deles associado à relação dos nuer com o meio ambiente e outro “que fundamenta as alianças políticas e os vínculos entre os diversos grupos e linhagens” (LOERA, 2009: 223). A autora finaliza afirmando que ambos são “determinados pelas relações sociais”, fazendo “referências a sucessões de acontecimentos, e a contagem do tempo estaria relacionada às formas de relacionamento dos grupos sociais” (*Idem*).

Em seguida, a autora traz Marcel Mauss para o debate acerca das estações e do clima que segundo ela, faz indicações sobre a “natureza social do tempo [...] como marcador do ritmo da vida social”. A sociedade analisada neste caso são os esquimós, para quem “as variações da sociabilidade do grupo estão relacionadas com duas estações do ano” (p. 234). Assim, associada à variação do tempo também se tem a variação da forma do grupo social. Mauss, segundo ela, chega à conclusão de que isso não é exclusividade dos esquimós, uma vez que “qualquer vida social passa por momentos de intensa interação social e de repouso, nunca se mantendo em um mesmo ritmo nos diferentes momentos do ano.” (*Id.*)

Em certo ponto a autora chega a Norbert Elias, já mencionado aqui, quando observa que este vai além, ao considerar o tempo como tempo social, constituído por uma rede de relações, uma vez que é “histórica e socialmente apreendido e produzido”. A autora sintetiza da seguinte forma:

A percepção de tempo como socialmente constituído e principalmente como símbolo relacional resolve o problema da velha dicotomia ação/representação. Afinal, *o tempo é atividade*. E quando tais atividades fazem sentido para um determinado grupo ou sociedade, elas são sintetizadas, integradas e temporalizadas. (LOERA, 2009: 235 - Grifo meu).

É a partir dessa compreensão não só do tempo, como também do clima e das estações como categorias permeadas por aspectos sociais e que se encontram associadas a práticas, ações e atividades que abordo o fenômeno da chuva e das águas na vida social de Aracoiaba, seja para os agricultores, pequenos proprietários, fazendeiros etc., em especial para os integrantes do mencionado evento, a Semana das Águas.

Neste sentido, toda a dimensão do clima, das estações, das chuvas e das águas também está presente na vida social de agricultores, políticos e sindicalistas. O “bom inverno” permite boa safra, que pode implicar em não ficar à mercê de benefícios governamentais. Uma boa quadra invernososa também permite açudes cheios, faz com que os moradores dos distritos e mesmo os do centro tenham acesso fácil à água, sem precisar da “ajuda do governo” para carros-pipa, por exemplo. É possível que, com chuva, as pessoas continuem a recorrer ao sindicato e a políticos para “conseguir” alguma “ajuda”, mas certamente, as coisas pedidas tendem a ser outras: se chover bastante e as estradas estiverem com poça inviabilizando as passagens, o pedido seguirá no intuito de se recuperar essas estradas. Se não chover, a busca passa a ser por carros-pipa etc.

Taddei (2014), numa perspectiva distinta, comenta sobre como as secas são significadas a partir de um certo enredo. Em sua descrição é possível perceber o modo como o clima (em especial a seca) afeta e traz implicações sobre as relações sociais como um todo, principalmente as relações políticas, permeando uma gama de significados acionados a todo momento:

No sertão cearense, se as chuvas não se estabilizam até o final de janeiro, começa-se a falar em secas nos meios rurais, como forma de preparação da organização política necessária para mover as engrenagens do sistema de *ajuda governamental*. As lideranças locais começam a pressionar vereadores e prefeitos que começam a contatar políticos na Assembleia Legislativa, em Fortaleza, na tentativa de chegar ao governador e ao secretário de agricultura; ao mesmo tempo, começam a acionar a imprensa, elemento fundamental na articulação política para afetar as ações do governo. O governo estadual, no entanto, temendo uma avalanche de declarações de situações de emergência, que pode impactar as finanças estaduais, reage na direção contrária: evoca incertezas, questiona ansiedades injustificadamente adiantadas no tempo etc.

Se a barreira do governo estadual é quebrada, declarações de emergência são reconhecidas pelo Estado e enviadas à Coordenação Nacional de Defesa Civil, no Ministério da Integração Nacional (TADDEI; GAMBOGGI, 2010). As declarações chegam em fluxo caudaloso, e em Brasília são recebidas com frieza e resistência: secretários ministros irão mencionar a “indústria das secas” e a exploração política do impacto emocional das imagens sensacionalistas veiculadas pela imprensa sobre a opinião pública do Sudeste e do Sul (estando esta, concomitantemente, segura de que o Bolsa Família é parte de cínicas manipulações eleitoreiras que têm nas secas seu principal combustível).

No entanto, nada disso é possível sem a interpelação de corpos e materiais: o agricultor leva o fotógrafo do jornal da capital até o pé de milho ressecado, ou ao cadáver ressecado do boi, na beira da estrada (que pode ter sido atropelado; a secura do cadáver, no entanto, cumpre a função de indexar e iconizar a secura da atmosfera). O governo evoca estatísticas, leis, relatórios técnicos, mediações feitas com equipamentos sofisticados. Surgem coisas como seca verde, seca hidrológica, categorias estatísticas de chuva (como “abaixo da média histórica”): tudo embasado por argumentação técnica impecável, e ainda assim, entendida por boa parte da população sertaneja, como malabarismos conceituais no intento, por parte do governo, de evadir-se da obrigação de mobilizar recursos e tomar decisões necessárias, mas custosas (TADDEI, 2006). Afinal, dinheiro gasto em mitigação de



impactos não deixa marcas físicas (e, portanto, não gera rituais políticos oficiais preferidos da elite política do sertão, as inaugurações, não trazendo, assim, dividendos políticos), e é menos dinheiro para a “modernização” do estado, tão necessária quanto incompleta (TADDEI; GAMBOGGI, 2011). (TADDEI, 2014: 04 - 05, 2014 – Grifo meu)

Taddei traz o que ele chama de um enredo do modo como a seca é inventada, construída e iconizada no imaginário social. Mas é interessante pensarmos também como o clima, as chuvas e as águas são vividos, experimentados e perpassados por uma dinâmica de poder, de símbolos e classificações.

Os impactos são diferentes de acordo com cada agente social, suas posições, suas atividades econômicas, sua rede de relacionamentos etc. Numa conversa que tive com um agricultor, perguntei-lhe como ele fazia para enfrentar a seca. Ele respondeu: “Aí a gente tem que se virar. Pra nós que num tem terra é mais difícil. Tem que cortar lenha, vender carvão... tudo na terra dos outro”. Nos fins de semana, ele costuma vender bebidas num bar. Essa parece ser uma atividade paralela que ele desempenha, o que também acontece com outros agricultores, como outro que conheci que, na posse de uma moto, passou a desenvolver atividade de moto-taxista, por exemplo. Essas atividades paralelas parecem ocorrer mesmo em períodos de “bom inverno”, mas tendem a se intensificar caso este seja “fraco”.

Como se percebe, relações são moduladas: caso estejamos no “inverno” ou no “verão”, as plantações, do modo como já foram apresentadas, são um exemplo disso. A safra dessas plantações inclusive gera temporalidades próprias, uma vez que o período da safra passa a ser o tempo em que o que se colhe é consumido, comercializado, trocado entre vizinhos etc. E é no tempo das chuvas que passa a ocorrer uma procura por trabalhadores para plantar e trabalhar nos “roçados”.

É necessário investir mais nessa possibilidade analítica que permite uma imersão no modo de vida, nos significados das experiências sociais e sentidos acerca do viver no interior, no sertão, nas comunidades, nas localidades. Os agricultores parecem viver em um mundo socialmente regido por uma forte dimensão religiosa, sobretudo divina, em que cada ser tem uma espécie de encanto que possibilita algo. E tudo, de algum modo, parece estar interligado de maneira que nem o homem nem a mulher do campo conhecem direito, embora se proponham a descobrir. Assim escreveu Brandão sobre a vida no campo:

Os próprios seres da natureza, das águas e do vento às plantas e aos animais, são dotados de identidades, de forças e de formas de interação conosco bem maiores do que poderíamos supor. Entre camponeses católicos, os ciclos da vida natural, entre a

floresta, os campos de pastagens, os terrenos de lavouras sazonais ou permanentes, o pomar ao redor da casa e a horta próxima à cozinha, são diversos interligando tempos-lugares regidos pelas forças da natureza, transformados pelas forças do trabalho humano e ordenados por princípios e ritmos extranaturais que entrecem a maior parte das atividades agropastoris de tempos, ritos e gestos ora mágicos, ora religiosos (BRANDÃO, 2007: 52 - 53).

Esses aspectos ajudam-nos a compreender a dimensão social do tempo, do clima e daquilo que conhecemos por natureza. Essa dimensão parece atravessar as relações sociais que contribuem para a formação de uma visão de mundo que mais congrega do que divide o mundo em coisas humanas e não-humanas. Neste sentido, é fácil compreender porque sindicalistas rurais e agricultores em geral ocupam-se da temática que aparentemente é algo distante para alguns de nós do meio universitário das Ciências Sociais: o meio ambiente, quando na verdade, trata-se de se preocupar com algo ao qual sua própria vida encontra-se integrada. Ao reunirem-se em torno da temática da água, notadamente tornam possível uma relação com o poder público e o econômico no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos. A água que sempre foi vista como algo de valor, passa a ser tratada em meio a disputas e formas de gestão, podendo ainda ser alvo de políticas públicas. Mas uma questão fica ainda a ser respondida, uma preocupação cada vez maior com o meio ambiente será uma nova característica do sindicalismo rural?

O objetivo desta seção foi mostrar como uma discreta noção de política e aspectos de ordem econômica, social e cultural permeiam a significação da chuva, das águas e do tempo. Quando um agricultor se preocupa com fatores relacionados à chuva, está também pensando como será aquele ano em que não terá boa safra, a quem terá que pedir “ajuda”, que pode não haver êxito no seu roçado, tendo que se preocupar em como fará para se sustentar. É desse modo, que um aspecto de “ordem natural” afeta a dinâmica das relações sociais, uma vez que este elemento natural é impregnado de significados que lhes são socialmente atribuídos.

## 5. SOBRE “PEDIR”, “AJUDAR”, “CONSEGUIR” E A SOCIABILIDADE AGONÍSTICA: ALGUMAS NOTAS SOBRE A POLÍTICA E O SINDICALISMO

John Cunha Comerford se dedicou às pesquisas sobre trabalhadores rurais, buscando observar, entre estes, a sociabilidade. Esta categoria é o fio condutor de alguns de seus textos que, provavelmente pela influência goffmaniana, exige ir aos detalhes das relações. Esse elemento é positivo pois permite explorar o cotidiano.

Por exemplo, em *Fazendo a Luta* são explorados os diversos significados acerca da categoria nativa “luta” nos vários lugares por onde ele passou e que pôde frequentar em suas atividades enquanto técnico. A expressão tão corriqueira e que o autor se dedica a analisar, constatando seus múltiplos usos no cotidiano, pode servir de indicação para se referir à lida diária, ao enfrentamento das dificuldades, a sua dimensão de projeto político etc. Esses significados variam conforme o contexto no qual estão inseridos (COMERFORD, 1999). O mesmo vale para as expressões que aqui estou tentando expor acerca do contexto local dos trabalhadores rurais.

Mas o elemento que pretendo explorar neste instante é a dimensão da sociabilidade agonística presente em *Como uma Família*, obra onde o autor aborda as sociabilidades numa perspectiva que atenta aos conflitos, às disputas e até às tentativas de sobressaírem-se uns aos outros a qualquer custo, o que ele chama de sociabilidade agonística, vista como um forte elemento capaz de estruturar as relações.

Se por um lado a categoria nativa “luta” traz uma dimensão mais conflitiva para se compreender sociabilidades e, de certa forma, isso se reforça quando o autor trata da sociabilidade agonística, também presente entre os que vivem no município de Aracoiaba, a noção de “ajuda”, por outro lado parece trazer à tona a dimensão dos vínculos, dos elementos que unem, que ligam as pessoas, que as tornam próximas. As “ajudas” são as dádivas trocadas cotidianamente. Não precisam ser imediatamente retribuídas, embora tais obrigações “pesem” enquanto valor a ser cumprido e seguido. A expressão: “Eu prefiro dever dinheiro do que favor”, que ouvi de um moradora da cidade, reflete bem essa dimensão – o grau de rigor, enfim a obrigação de que quando se recebe, deve-se retribuir.

Venho demonstrando como este aspecto da “ajuda” é importante e bastante presente na vida social local, uma vez que a “ajuda” pode ser vista como forma de explicação e mecanismo para a obtenção de bens materiais ou não, mas também como serviços, realizados por eleitores a políticos, permeando alguns aspectos do sindicalismo. A “ajuda”

também está presente no voto que o político recebe do eleitor e nas ações governamentais mediadas ou realizadas pelo político. De modo geral, é possível afirmar que ela não é vista como ato que ultrapassa os limites do que é legalmente aceito e encontra-se na vida cotidiana juntamente com outras expressões com significado próximo, como “favores” e “serviços prestados”. Trata-se, definitivamente, de uma categoria ampla, utilizada tanto por políticos como por eleitores e, como em muitas outras categorias que aqui foram exploradas, seu significado pode alterar conforme o contexto.

A “ajuda” é um elemento que permeia variados aspectos da vida social, não somente a política. Isso faz com que não só as ações realizadas por políticos fora do âmbito institucional sejam interpretadas como tais, como também as ações executadas dentro da institucionalidade do estado e do governo ganham essa interpretação.

A “ajuda”, como já afirmado, é uma categoria ampla, que pode ser aplicada a diversas situações em que alguém age em relação ao outro na intenção de poder fazer superar alguma adversidade, da mais grave à mais simples. Algumas ações, embora à primeira vista se assemelhem a uma ajuda, não costumam ser classificadas como tal. São os casos em que vizinhos trocam, por exemplo, alimentos. Como se pode deduzir inicialmente, trata-se de uma troca e não de uma ajuda propriamente dita. Um ex-agricultor, que hoje é taxista, me contou que quando era mais novo e morava em uma localidade, quando se matava um carneiro costumava-se dividir parte destes entre os vizinhos (extremantes de terreno, ou seja, aqui não se trata daqueles vizinhos de casas bastante próximas umas das outras, como se vê nas cidades). Tudo porque segundo ele, “já sabiam que os outros iam fazer o mesmo, dali a dois ou três dias”. Ele finalizou dizendo que isso era bom, porque assim todos os dias eles comiam carne. Fica evidente a dimensão das trocas e sua distinção da ajuda.

Os vizinhos podem se ajudar quando, diante de uma necessidade de um, o outro aparece em socorro, independentemente do que se trate. É óbvio, que em situações extremas em que a vida está em jogo, uma ajuda emergencial não tem o mesmo peso de outros tipos de ajuda, como uma simples marcação de consulta médica para alguém.

A cada ajuda cria-se a necessidade de uma retribuição, um pagamento, o retorno de algo em troca. Tudo isso se dá sem que haja cobrança e esta frequentemente nem deve ocorrer, uma vez que, em geral, não é bem vista. Não é interessante que haja uma cobrança explícita. As ajudas são tão frequentes que vão ocorrendo no cotidiano, a todo instante, sem que seja necessário qualquer protocolo, exatamente por se saber que a retribuição virá sempre de uma forma possível. Outras vezes a ajuda ocorre independentemente de qualquer pedido,

quando, por exemplo, as pessoas se dispõem, se oferecem para fazer alguma coisa ou prestar algum serviço.

É comum a expressão de que determinado político ajudou muito determinado povo, alguma comunidade, ou mesmo o Brasil. A interpretação dos atos do governo como “ajudas” põe-nos diante da necessidade de compreender a política para além da dimensão do clientelismo.

Acerca do clientelismo é possível afirmar que uma extensa literatura nas Ciências Sociais se dedicou a esse tema. Valho-me, especialmente da exposição de Carvalho (1997), que resumidamente o define como uma relação que envolve “concessão” de bens públicos, a saber: empregos e isenções fiscais concedidas, principalmente, em troca de apoio político, a partir do voto. Trata-se de uma relação estabelecida entre pessoas detentoras de poder assimétrico: o patrão (que concede os benefícios) e o cliente (que depende daquele). É nesse cenário que a prática é estabelecida e julgada.

Carvalho (Op. cit.) reconhece que o conceito é frequentemente utilizado de maneira frouxa: o que se nota é sua utilização em meio a um contexto de ações em que se observa a não distinção entre o público e o privado, entre políticos e eleitores, fazendo surgir zonas marcadas pela extrapolação dos limites tanto do que é moral e socialmente aceito, como do ponto de vista das normas jurídico-legais.

A “ajuda”, ao contrario não carrega qualquer acepção de ilegalidade; aliás, torna possível compreendermos como as pessoas interpretam atos governamentais, aspecto que pela categoria normativa “clientelismo” não permite observar; pois não adentra às dimensões subjetivas da percepção sobre a política, o sindicalismo e a vida social. Também é preciso considerar que, paralelamente à sociabilidade agonística que marca as relações de conflito entre os agentes sociais, a “ajuda” mostra os laços que integram e fundamentam outras formas de sociabilidade.

É evidente que para o debate das “ajudas”, há que se considerar a contribuição de Marcel Mauss (2013), em seu clássico *Ensaio sobre a Dádiva*. O autor é referência inclusive para os contemporâneos que aqui foram citados, abordando a questão das dádivas, das contra-dádivas, das reciprocidades e da sociabilidade agonística. A ênfase dada aos contemporâneos não tem por objetivo diminuir a importância deste que continua sendo referência aos estudos dos diversos tipos de trocas presentes nas variadas sociedades.

Percebo que em certos tempos algumas pessoas estão ou são mais propensas a serem “ajudadas” por políticos. É como se elas fossem vistas como aquelas que devem

receber “ajuda” ao mesmo tempo em que a elas é reservada a “condição” de pedir ajuda; ou seja, chega a ser esperado que se comportem dessa maneira. Afinal, é “pedindo” que muitos conseguem conquistar o que precisam de imediato.

No entanto, é interessante notar que o que alguns pedem, seria possível de ser adquirido mesmo que não tivessem a ajuda que lhes é dada, pedem mesmo podendo pagar; o que demonstra que o ato de pedir não está estritamente reservado a uma dimensão econômica, e permeia a dimensão das trocas. Um exemplo disso foi observado quando um vereador me contou que um eleitor seu chegou a pedir-lhe para pagar somente as despesas com a documentação, já que a moto que possuía estava quitada. O vereador contou-me isso em tom de gracejo, afirmando ter negado ao pedido feito. Assim, as “ajudas” e trocas se sustentam enquanto práticas que integram o fazer político.

De todo modo, a “ajuda” parece ser uma espécie de firma, que reafirma um vínculo não necessariamente econômico. Um ritual que indica e confirma laços. Uma indicação de vínculos que se fazem, mesmo sabendo-se que podem ser desfeitos, e algumas vezes o são.

Mas o pedir, poderia ser exclusividade do economicamente pobre, não fossem os pedidos que as pessoas de classe média e mesmo aquelas detentoras de maior capital econômico fazem. Os pedidos continuam a existir entre grupos políticos quando a aliança está sujeita à concessão de cargos – como no caso contado por um vereador, em que um candidato só se aliaria a certo grupo se o líder deste ficasse como seu vice de chapa.

Já venho comentando sobre “conseguir”. Esta categoria movimentada uma noção associada à conquista de algo, e é usada tanto por quem realiza um “feito”, como por quem o “obteve”; obviamente, com as devidas adaptações. Quem “obtem”, frequentemente associa isso a alguém, e quem realiza associa a si mesmo, à sua capacidade, a seus contatos, enfim, a qualidades que só ele próprio possui para conseguir fazer realizar.

Há, em geral, certo orgulho em “conseguir” no modo como venho expondo. E devo reafirmar que essa noção não está necessariamente relacionada a aspectos que estejam fora do que é social, moral ou legalmente aceito, como procurei mostrar anteriormente com a categoria “ajuda”. É muito comum “conseguir” algo para alguém. Não precisa ser político, eleitor, sindicalista ou associado a sindicato para se obter algo. As pessoas “conseguem” e se tornam muito gratas por isso.

O “conseguir” e o “ajudar” são categorias de significados bastante próximos, muitas vezes até intercambiáveis. A diferença é que em geral, “conseguir” parece ser mais

importante em situações em que há uma maior dificuldade, trazendo uma maior dimensão de esforço ou ainda a necessidade de se superar aquilo que poderia ser visto como obstáculo legal e burocrático.

Pelas falas que registrei foi possível perceber que algumas práticas e situações que facilitam o acesso ao sindicato são vistas como “ajudar” ou como “conseguir”. Este último termo é bastante utilizado e também está presente na política institucional, mostrando o quão é possível que algumas pessoas detenham certa centralidade que as faz capazes de obterem para os seus mais próximos qualquer coisa que possa vir a ser necessária a quem precisa de “ajuda”.

O “conseguir” está presente em momentos quando “favores” estão envolvidos a ponto de serem determinantes para se alcançar algum objetivo. É comum ouvir “eu consegui isso com fulano de tal”. Este “isso” geralmente está associado à conquista de bens materiais ao acesso a favores e serviços. Pode ser uma consulta com um médico, a obtenção de materiais para a construção ou reforma de casas, o pagamento de conta de luz, a atualização da situação cadastral ou a anistia informal de dívidas junto a algum órgão ou entidade representativa em que a mensalidade esteja atrasada.

“Conseguir” permeia aspectos para além de legalismos morais. Inclui também aspectos de dentro das convenções legais, como por exemplo, “conseguir se aposentar, depois de anos ‘pagando o sindicato’”. Aqui a expressão também carrega a dimensão de uma ação exitosa, uma vez que se aposentar, como agricultor ou não, é visto como empreendimento duradouro, que conta com a dificuldade da “burocracia”, esta que é frequentemente vista de maneira negativa.

A conquista da aposentadoria como agricultor é habitualmente objeto de conversas que amiúde abordam o tema explorando toda a dificuldade ou mesmo a facilidade (em alguns casos) com que algumas pessoas “conseguiram” isso. Tais agricultores contam com orgulho sobre o tema e sobre o fato de ainda terem disposição física para trabalhar, apesar da idade. De fato, a ética do trabalho, de ser “trabalhador”, “cidadão” e “honesto”, categorias que muitas vezes dividem os mesmos significados, perpassa muitos de seus valores, sendo frequentemente acionados.

Semelhantemente ao termo “conseguir”, também é possível encontrar outra categoria. Trata-se da expressão “ajeitar”. “Ajeitar” é fazer conseguir algo para si ou para outrem. A expressão é bastante próxima do campo semântico do termo “conseguir”, a não ser pelo fato de que, em geral, a coisa a ser obtida certamente seria difícil de ser adquirida não

fosse pelo “jeito” dado, que algumas vezes consiste em ultrapassar protocolos, procedimentos e rituais burocráticos. “Ajeitar” também aparece sob a forma de “dar um jeito” para que algo possa se efetivar. O termo tende a ser mais comumente associado ao mundo da administração pública e da burocracia. Também encontrei o termo associado à noção de resolução de problema. Quando alguém fala que vai “ajeitar”, algumas vezes quer dizer que vai se mobilizar (com alguém, na administração pública) para que algo seja efetivado. Certa vez, conversando com um agricultor, este me falava sobre a atuação dos sindicalistas afirmando que bastava levar seus documentos que estes “conseguiriam resolver tudo”.

O termo também tem significado atribuído ao conserto de coisas ou situações que estejam eventualmente erradas, complicadas ou que precisem ser melhoradas. Neste sentido é bem mais utilizado. Assim como os outros termos este pode ser empregado por pessoas ligadas ao setor público ou ao privado, políticos, eleitores e pessoas em geral.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho procurei demonstrar como o sindicalismo e a política são vividos, percebidos e classificados entre sindicalistas, políticos e eleitores do município de Aracoiaba, Ceará, Nordeste do Brasil. Minhas dúvidas consistiram em saber sobre as percepções e os significados que as pessoas atribuem a essas instâncias e às práticas nelas desenvolvidas.

O objetivo inicial, mencionado ainda na introdução, de observar e analisar as representações, as percepções e as definições acerca das práticas de políticos e de sindicalistas no município de Aracoiaba foi buscado a partir de uma pesquisa que procurou mapear lugares e captar categorias nativas capazes que permeiam a vida política e sindical, captados em conversas e entrevistas com interlocutores e na observação e vivência no município como pesquisador nativo.

Foi pelas categorias e pelas classificações que os próprios agentes sociais que pude acessar seus modos de definir e perceber a política e o sindicalismo local. Além disso, essas categorias condensam uma série de elementos capazes de caracterizar as relações, as práticas e as representações desses agentes sociais acerca do mundo social vivido por essas pessoas nesse pequeno município.

Foi dessa forma que pude adentrar a um mundo social marcado por trocas, “favores”, “ajudas”, “pedidos”, lugares morais e tempos diversos. Noções que servem para pensar as diversas práticas que ocorrem no município, mas que também funcionam como referências locais. Analisar esses termos, que revelam muito sobre o lugar pesquisado, permitiu-me imergir no universo de práticas e significados das pessoas que habitam o município, essas expressões condensam elementos da vida social, servindo como referenciais capazes de orientar os que pretendem adentrar a esse mundo, uma vez que são utilizados nas experiências cotidianas dos moradores locais.

No momento final deste trabalho dedico-me mais a explicar genericamente sobre o que foi realizado e encontrado, uma vez que breves conclusões já foram expostas ao longo dos capítulos e subcapítulos desta dissertação. Assim, na intenção de evitar maiores repetições, exponho aqui algumas considerações sobre o trabalho que se finda.

Procurei mapear os sentidos acerca das categorias nativas utilizadas para definir as relações desenvolvidas em cada âmbito. Percebi que as categorias são expressões da vida social e que por isso mesmo acabam por dizer algo sobre as relações tecidas entre as pessoas.

Procurei também não criar julgamentos concernentes às práticas ou as concepções. É provável que em certos momentos eu não tenha conseguido isso. Mas o esforço foi permanente.

As categorias identificadas algumas vezes permeiam tanto o campo sindical como o campo político, servindo para pensar as relações que se desenvolvem nesses campos e para demonstrar a proximidade que há entre eles, que também se aproximam pelas práticas de seus membros, inter-relacionando-se.

As práticas e as representações presentes no âmbito da política e do sindicalismo foram apresentadas como expressões da vida social mais ampla. E foram expostas a partir de categorias nativas, que também serviram para mostrar as concepções sobre essas mesmas instituições e a interface observada entre elas.

Durante a pesquisa pude perceber como aquela separação e distinção que costumamos buscar a fim de definir diferentes instituições ou campos, na vida cotidiana parece ser algo difícil de ocorrer. É que os agentes sociais se relacionam entre si independentemente das instituições das quais possam fazer parte. E essa diferenciação exata que separa esses dois campos parece constituir-se muito mais em uma espécie de formalidade acadêmica, uma vez que no cotidiano vivido por sindicalistas e políticos, essa separação é bem mais tênue e sutil e a divisão menos evidente; fato que leva a pensarmos em termos de “zonas cinzentas” e entrecruzáveis.

Procurei apresentar a política e o sindicalismo do município, a partir das categorias e das noções de: “ajuda”, tempo, “liberação de voto” e trocas de apoio entre políticos e sindicalistas. Essas são as expressões que se apresentam no cotidiano do município e também condensam, em parte, algumas das concepções em torno daqueles dois campos.

A “ajuda”, por exemplo, por sua carga de significados permeia todo o universo social, inclusive o mundo da política e do sindicato. Isso faz com que as práticas desenvolvidas no âmbito desses campos sejam interpretadas como “ajudas”, mesmo que sejam realizadas em meio a ações institucionais e legais ou do Estado. As “ajudas” acabam assim por nos fazer pensar sobre a necessidade de vermos o universo político para além da categoria normativa: clientelismo.

A “ajuda” encontra-se para além de uma dimensão moral ou ética, e assim busquei analisa-la. Isso não quer dizer que não haja práticas condenáveis, que sejam vistas como ilícitas, desonestas ou repreensíveis. Mas especificamente, a “ajuda” consiste em um elemento que persiste na política e também presente em alguns momentos no sindicato, assim

como na vida diária. Aliás, em meio às práticas do dia a dia, elas parecem muitas vezes se misturar.

Cria-se assim um universo de trocas, de dádivas e contra-dádivas aos moldes experimentados por Marcel Mauss (2013) em seu clássico *Ensaio sobre a Dádiva*. Mas, neste sentido, a contribuição de Pierre Bourdieu (1996 *apud* FICK, 2006) para do debate sobre os dons também é importante, uma vez que o autor insere a dimensão do tempo e do *habitus* como elementos para se pensar toda essa economia de bens simbólicos na qual pode ocorrer mecanismos capazes de “esconder” ou mascarar as obrigações e os interesses que há por trás dos atos.

Esses aspectos fazem mover uma complexa rede envolvendo trocas de apoios entre políticos, sindicalistas e entre as pessoas em geral, atualizando e reconfigurando vínculos e relações. A depender dos vínculos, os grupos podem ser alterados e as relações no interior dos grupos podem ser modificadas, mas não finalizadas. Aliás, a categoria “liberado para votar”, evoca exatamente essa compreensão da política marcada por vínculos que se modificam alterando a composição e a configuração dos grupos políticos. Esta categoria permite ainda ver como “liberar” pode contribuir para a manutenção do grupo, por mais ambíguo ou paradoxal que isso possa aparentar. Tal categoria produz assim o reconhecimento de que a política é feita de vínculos associados a dádivas trocadas permanentemente. Isso foi percebido tanto na política como entre os sindicalistas, uma vez que estes nunca conseguiram “unificar” o voto, por força dos vínculos políticos externos à instituição. O grupo permanece unido evitando uma possível quebra, permitindo que cada membro apoie quem achar mais conveniente.

Os tempos foram apresentados de modo a mostrar a dimensão das experiências, do ser e estar em Aracoiaba. Acabei expondo isso de maneira generalizada, mas a intenção era mostrar um pouco sobre como se vive nesse lugar. Os vários tempos ocorrem simultaneamente para cada grupo. Tempo da política, tempo da fundação do sindicato, tempo atual. São exemplos de como noções do tempo, associado a atividades e práticas, coexistem na vida das pessoas. Os tempos são muitos, entrecortam-se, mas também se inter-relacionam.

Neste trabalho também procurei chamar a atenção para as mudanças nos municípios pequenos, com a introdução de novos valores, a monetarização da vida, nas reputações individuais, além das familiares. Introduzem-se novos estilos de vida e gostos que fazem com que haja uma tendência a uma crescente pluralidade. Novos tempos em um Nordeste que sempre se modificou.

Busquei ainda apresentar os diferentes lugares do município a partir de suas interconexões, inter-relações, valendo-me mais de noções recorrentes atualmente na Sociologia e Antropologia voltadas ao mundo rural que atentam para a dinâmica da relação entre os diferentes lugares, localidades. Tentei mostrar o município para além da clássica dicotomia rural-urbano, campo-cidade, de modo a apresentar a pluralidade e a diversidade da “terra onde os pássaros cantam”.

## REFRÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, n. 15, p. 111-124, 2000.

\_\_\_\_\_. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “Década Neoliberal” (1990-2000). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

BARNES, John Arundel. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, p. 181-207, 2001.

BOITO JR., Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 3, 1996.

\_\_\_\_\_. De Volta para o Novo Corporativismo: a trajetória política do novo sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 08, n. 03, p. 23-28, 1994.

BORGES, Antonádia Monteiro. **Tempo de Brasília**: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996.

\_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, 2004.

\_\_\_\_\_. L'Objectivation Participante. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 150, p. 43-58, 2003.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**. Campinas. v. 1, n. 1, pp. 37-64, 2007.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleitores por município**. Disponível em: <http://goo.gl/OrIWrl>. Acessado em 22 out 2014.

BRUMER, Anita; TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Estudos Agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p. 49-72, 2006.

CANIELLO, Marcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 31-56, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Rural como categoria de pensamento. **Ruris**. Campinas, v. 2, n. 1, pp. 9-38, 2008.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 02, 1997.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: NUAP,/UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Onde está a “comunidade”? : conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 2, pp. 7-29, 2014.

\_\_\_\_\_. **Fazendo a luta**: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e modernos**: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial. São Paulo: Annablume, 1997.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

COSTA PINTO, Luís de Aguiar. **Lutas de família no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 196-206, 1990.

\_\_\_\_\_. **A elite dirigente do governo lula**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 17. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os nuers**: uma descrição do modo de substância e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FAVARETO, Arilson da Silva. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 157-190, 2007.

\_\_\_\_\_. Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, São Paulo, p. 27-44, 2006.

FICK, Vera Maria Soares. Reflexões sobre a Dádiva à Luz da Teoria de Pierre Bourdieu. In: BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (Org.). **Teorias sociológicas contemporâneas**: Elias, Foucault e Bourdieu. Fortaleza: Edições UFC, 2006.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1993.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zuzulândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Símbolos de status de classe. Versão em espanhol de Servando Ortoll. México, s/d. Do original: Symbols of Class Status. **The British Journal of Sociology**, Londres, v. 2, n.4, p. 294-304, 1951.

GOLDMAN, Marcio. Introdução: Política e Subjetividade nos “Novos Movimentos Sociais”. **Ilha – Revista de Antropologia**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2, p.8-22, 2007.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Jovens na política**: animação e agenciamentos do voto em campanhas eleitorais. Campinas: Pontes, 2012.

HAGUETTE, André (Coord.) **O pequeno produtor rural e a estrutura de poder**: um estudo bibliográfico do produtor rural de “baixa renda”. Fortaleza, Editora UFC, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE cidades**: Aracoíaba. Disponível em: < <http://goo.gl/4zTvUX>>. Acessado em: 22 out 2014.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LOERA, Nashieli Cecília Rangel. **Tempo de acampamento**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2009.

MACEDO, Marcelo Hernandez. MST, políticos locais e sindicatos: uma etnografia da representação dos trabalhadores rurais no Rio de Janeiro. **Ruris**, Campinas, v. 3, n. 1, pp. 13-90, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, Carlos Benedito de Campos. Nota Sobre O Sentimento de Embaraço em Erving Goffman. **RBCS**, São Paulo, v. 23 n. 68, p. 137-144, 2008.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e Sua Contribuição para a Qualidade de Vida Rural. Estudos Sociedade e Agricultura. In: CONGRESSO MUNDIAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE SOCIOLOGIA RURAL. 10., Ago, 2000. Rio de Janeiro. **Anais...** 2000.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MELLO, Marcos Paulo Campos Cavalcanti de. **Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Rev. Soc. Pol.**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, 2003.

MONTENEGRO, Aberlado F.. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1980.

MONTENEGRO, Antonio T. Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais em Tempo de Revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucíola de A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo e a experiência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 3, p. 242-271.

MATTOS, Geísa . **A favor da comunidade**: modos de viver a política no bairro. Campinas: Pontes, 2012.

NOGUEIRA, Carlos Antonio Ferreira. **Sindicalista rurais**: militância sindical e participação na política partidária. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, 2013. Disponível em: <[http://www.cienciassociais.ufc.br/monografias/2013\\_Car-los\\_Nogueira.pdf](http://www.cienciassociais.ufc.br/monografias/2013_Car-los_Nogueira.pdf)>.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia solidária como projeto cultural e político**: a experiência do banco palmas. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PALMEIRA, Moacir. Política e Tempo: nota explanatória. In: Peirano, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.



\_\_\_\_\_. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : NUAP, 2010.

\_\_\_\_\_. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

\_\_\_\_\_. Eleição Municipal, Política e Cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Orgs.). **Política no Brasil: a visão dos antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os Comícios e as políticas de facções. In: **Anuário Antropológico**, Brasília, n. 94, pp. 34-94, 1995.

PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. In: MICELI, Sergio. et. al (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. 2. ed. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPOCS, Brasília-DF: CAPES, 1999.

\_\_\_\_\_. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, p. 219-232, 2000.

\_\_\_\_\_. **Rituais ontem e hoje**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PONTES, Emilio Tarlis Mendes. Fé e Pragmatismo no Sertão. **Mercator**, Fortaleza., v. 13, p. 155-168, 2014.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

SANTANA. Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimentos sindical brasileiro. **RBCS**, São Paulo, v.. 14, n. 41, pp. 103-120, 1999.

SANTOS. Raphaela de Almeida. A CUT, o “Novo Sindicalismo” e as Reconstruções da Memória do Movimento Operário Brasileiro. **Espaço Plural**, Cascavel, n. 24, pp. 51-60, 2011.

SOUZA NETO, Arlindo de; AMARAL, Polyanny Lílian do. Os Imponderáveis da Pesquisa Religiosa: uma análise sobre o trabalho etnográfico no campo da religião. **Mneme – Revista De Humanidades**, Caicó, v. 11, pp.492-505, 2011.

TADDEI, Renzo. Ser-Estar no Sertão: capítulos da vida como filosofia visceral. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 18, n. 50, 597-607, 2014.

\_\_\_\_\_. As secas como modos de enredamento. **Climacom Cultura Científica: Pesquisa, Jornalismo e Arte**, Campinas, v. 01, 2014.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, A. L. Marcas de uma Democratização Diluída: modernidade, desigualdade e participação na gestão de águas no Ceará. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n.2, pp.8-33, 2011.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A honra da política**: decoro parlamentar e cassação de mandato no congresso nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

VEIGA, Felipe Berocan. “Profetamento dos Bichos”: visões e reminiscências de viagens em busca do sertão de Goiás. **O Público e o Privado**, Fortaleza, n. 07, p.133-149, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 115-144, 1996.

SENA, Selma. O sertão como Imaginação. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC. 63. 2011. Goiânia. **Anais...**, 2011.

SILVA, Martinho Braga Batista E. Reflexividade e implicação de um 'pesquisador-nativo' no campo da saúde mental: sobre o dilema de pesquisar os próprios 'colegas de trabalho'. **Campos**, Curitiba, v. 8, p. 99-115, 2007.

SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

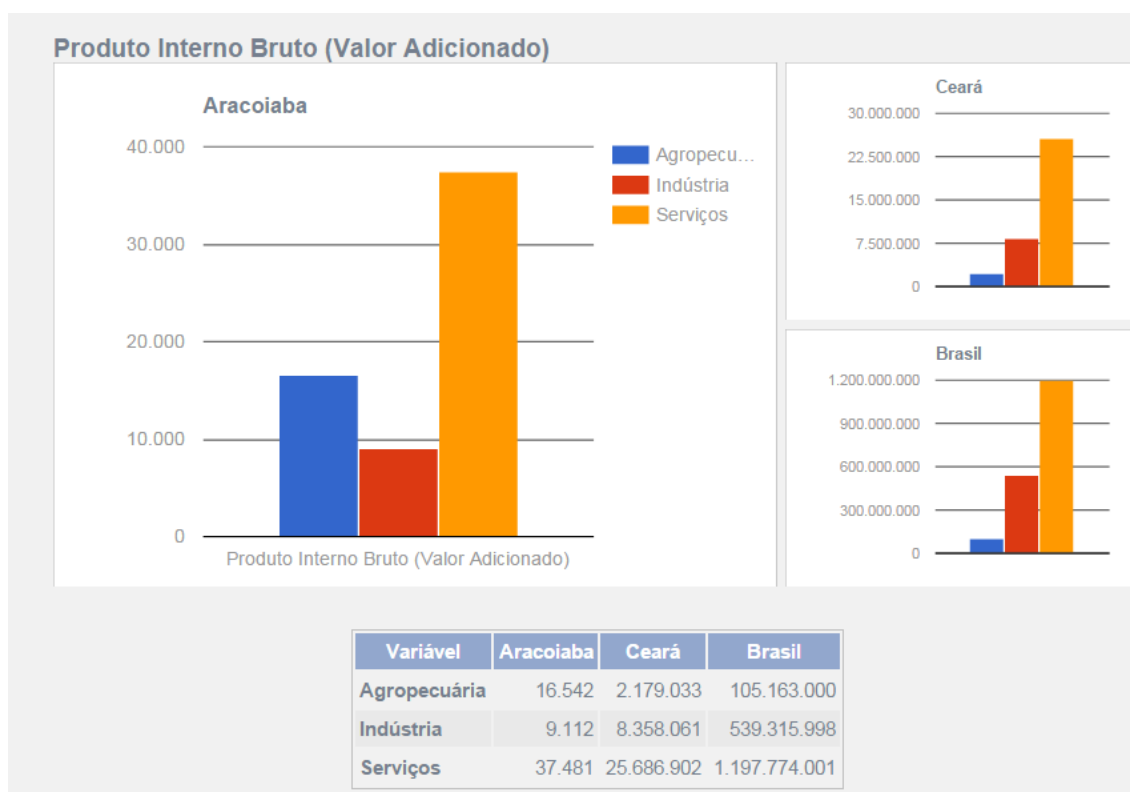
WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 26, pp.13-29, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista da ALASRU Nueva Época**, Montevideu, v. 5, p. 17-44, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência sociais e na política – 1904. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

## ANEXO A – PRODUTO INTERNO BRUTO POR SETOR DA ECONOMIA – COMPARAÇÃO



Produto Interno Bruto de Aracoiaba. Elaboração: Infográficos - IBGE – Cidades.

Disponível em: <http://goo.gl/EXoB9i>

Acessado: 13/01/2016